



Universidade Federal do Pará
Instituto de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Estudos Literários

Alan Victor Flor da Silva

MARQUES DE CARVALHO NA IMPRENSA PERIÓDICA BELENENSE
OITOCENTISTA (1880-1900)



Belém – Pará
2014

Alan Victor Flor da Silva

**MARQUES DE CARVALHO NA IMPRENSA PERIÓDICA BELENENSE
OITOCENTISTA (1880-1900)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Germana Maria Araújo Sales

**Belém – Pará
2014**

Alan Victor Flor da Silva

**MARQUES DE CARVALHO NA IMPRENSA PERIÓDICA BELENENSE
OITOCENTISTA (1880-1900)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Germana Maria Araújo Sales (UFPA) – orientadora

Prof.^a Dr.^a Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (UFPB) – avaliadora externa

Prof.^a Dr.^a Marlí Tereza Furtado (UFPA) – avaliadora interna

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima do Nascimento (UFPA) – suplente

**Belém – Pará
2014**

A uma mulher batalhadora, independente e vencedora: a minha mãe,
cuja trajetória de vida poderia muito bem compor o enredo de um
romance-folhetim com mais de cem fascículos...

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida e por me incentivar, desde quando eu era muito pequeno, a trilhar o caminho dos estudos e a seguir uma carreira acadêmica.

Ao meu irmão, por ser, apesar das nossas brigas e diferenças, um amigo com quem sempre poderei contar e por representar o melhor elo que eu tenho com o meu passado.

Aos membros da família FLOR (meus tios, minhas tias, meus primos e meu avô), por me incentivarem a sempre querer ser uma pessoa melhor.

Às minhas grandes amigas do peito, SHIRLEY MEDEIROS, TAYANA BARBOSA e VANESSA SUZANE, por estarem sempre presentes nos momentos mais significativos da minha vida, por tornarem os meus dias mais alegres, por gostarem de mim do jeito que eu sou e por representarem hoje para mim uma segunda família.

À professora GERMANA SALES, minha querida orientadora, pelo incentivo, pelos conselhos, pelos puxões de orelha (sempre muito bem-vindos) e, principalmente, por acreditar em mim às vezes até mais do que eu mesmo.

Aos professores que tive durante o curso de Mestrado, SÍLVIO HOLANDA, SOCORRO SIMÕES, VALÉRIA AUGUSTI, MARLÍ FURTADO, FÁTIMA ROCHA e JOSÉ LUÍS JOBIM, por contribuírem significativamente para minha formação acadêmica.

Às minhas queridas amigas IZENETE NOBRE e ALESSANDRA PAMPLONA, não apenas pela amizade, mas também pelos conselhos e pelas indicações bibliográficas (sempre muito bem-vindos).

Às professoras SOCORRO PACÍFICO BARBOSA e MARLÍ FURTADO, por todas as contribuições no exame de qualificação.

Ao ROGER, meu gato, por me ajudar a aliviar tensões, quando a escrita desta dissertação me consumia fisicamente, emocionalmente, psicologicamente e intelectualmente.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

Resolução

A Paulino de Brito

Poeta, escuta: o tempo é bom pra o egoísmo,
pra prova sensabor, pra o gozo bestial;
agora só se encontra o pedantismo
de braço com a impudência cínica, imoral.

Esfrega-se na lama o *célico lirismo*
da Musa do presente, – a Musa sensual,
que se ocupa de dia em mantos de ascetismo
e a noite vai dançar na imunda bacanal.

Não vale ser poeta meigo e sorridente,
Cantar a virgindade cândida, inocente
Nuns versos ideais, à margem da ribeira...

Por isso eu já mandei a minha pobre Musa
tomar um banho bom à fonte de Aretusa,
e fico aqui, sozinho, olhando a tanta asneira.

(Marques de Carvalho)

RESUMO

O escritor, político, jornalista e diplomata paraense João Marques de Carvalho nasceu em Belém, capital do estado do Pará, no dia 6 de novembro de 1866, e faleceu em Nice, no sul da França, no dia 11 de abril de 1910, aos 43 anos. Além de parte de sua prosa de ficção publicada em livro, alguns de seus textos, entre contos, romances, lendas e ensaios críticos, encontram-se dispersos em páginas de determinadas folhas periódicas que circularam por Belém nas duas últimas décadas do século XIX (1880-1900), como o *Diário de Belém*, *A Província do Pará*, *A República* e *A Arena*. Considerando, portanto, esse universo de escritos divulgados em jornais locais, objetiva-se, com este trabalho, avaliar não apenas como Marques de Carvalho compreendeu a doutrina naturalista, a função da crítica e a produção literária no estado do Pará, como também analisar a representação do espaço ficcional lusitano e amazônico em seus contos e romances publicados na imprensa periódica belenense oitocentista.

Palavras-chave: Marques de Carvalho; prosa de ficção; periódicos; século XIX; Belém.

ABSTRACT

The writer, politician, journalist and diplomat João Marques de Carvalho was born in Belém, capital of Pará state, on November 6, 1866, and died in Nice, southern France, on April 11, 1910, with 43 years. Besides his prose fiction was published in book form, some of his texts between short stories, novels, legends and critical essays, are spread on pages of certain periodic sheets that circulated by Belém the last two decades of the nineteenth century (1880-1900), as *Diário de Belém* (Belém's Daily), *A Província do Pará* (The Province of Pará), *A República* (The Republic) and *A Arena* (The Arena). Therefore, considering the universe of his writings published in local newspapers, the objective is, with this work, to evaluate not only as Marques de Carvalho understood the naturalist doctrine, the function of criticism and literary production in the state of Pará, as well as analyze the representation of the Lusitanian and Amazonian fictional space in his stories and novels published in Belém's periodical press of the nineteenth-century.

Keywords: Marques de Carvalho; prose fiction; periodicals; nineteenth century; Belém.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 – A trajetória literária de Marques de Carvalho na imprensa periódica belenense oitocentista	16
1.1 – A imprensa periódica na província do Grão-Pará (1880-1900)	17
1.2 – Marques de Carvalho: um escritor paraense na imprensa periódica belenense oitocentista.....	24
CAPÍTULO 2 – Marques de Carvalho: o crítico e o romancista naturalista	46
2.1 – <i>Da crítica literária</i> : um ensaio crítico de Marques de Carvalho.....	57
2.2 – <i>A leviana: a história de um coração</i> : um romance baseado em fatos reais	70
2.3 – <i>O Pajé</i> : um romance naturalista pela pena de um paraense	77
2.4 – <i>Hortências</i> : entre o prefácio e a nota	83
CAPÍTULO 3 – A alternância de espaço ficcional na prosa de ficção de Marques de Carvalho em periódicos belenenses oitocentistas	89
3.1 – Portugal: a representação do espaço lusitano nos textos de Marques de Carvalho	94
3.2 – A representação da Amazônia na produção ficcional de Marques de Carvalho	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	132

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social.

(Machado de Assis)

O escritor, político, jornalista e diplomata paraense João Marques de Carvalho – ou apenas Marques de Carvalho¹, como assim era mais conhecido – nasceu em Belém, capital do estado do Pará, no dia 6 de novembro de 1866, e faleceu em Nice, no sul da França, no dia 11 de abril de 1910, aos 43 anos. Desde quando retornou, em 1883², de seus estudos na Europa, começou sua carreira jornalística como colaborador do jornal *Diário de Belém* e, desde então, sua vida sempre esteve intimamente vinculada ao jornalismo.

A partir das pesquisas realizadas em algumas histórias da literatura brasileira, foi possível observarmos que o nome do escritor paraense raramente é mencionado.³ Apesar

¹ João Marques de Carvalho (1866-1910) e Antônio Marques de Carvalho (1867-1915) foram irmãos que atuaram na imprensa jornalística belenense oitocentista e escreveram diversos gêneros literários, como poemas e contos. João Marques de Carvalho assinava a maioria de seus textos omitindo o primeiro nome. Antônio Marques de Carvalho, por sua vez, quando publicava seus textos nas páginas de algum periódico, suprimia o nome do meio para afirmar que aquele texto era de sua autoria e não da autoria de seu irmão. Como este trabalho tem por objetivo discutir o papel de João Marques de Carvalho enquanto escritor de prosa de ficção, optamos por utilizar o nome com o qual ele assinava a maioria de seus textos: Marques de Carvalho.

² Clóvis Meira, que se propôs a escrever uma minibiografia de Marques de Carvalho, afirma que o retorno do escritor paraense de seus estudos na Europa foi em 1884, mas, de acordo com o desenvolvimento da nossa pesquisa, percebemos que as contribuições do escritor paraense para o jornal *Diário de Belém* começaram no ano anterior, quando ele começou a publicar nessa folha periódica o romance “Ângela”. Cf. MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr (Organizadores). **Introdução à literatura no Pará**: antologia. Volume II. Belém: CEJUP, 1990.

³ As poucas histórias da literatura brasileira que se propuseram a apreciar a obra de Marques de Carvalho restringiram-se apenas ao romance *Hortêncio* (1888). Essa avaliação, vale ressaltarmos, resume-se a comentários breves e depreciativos. Cf. PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira**: Prosa de ficção (de 1870 a 1920). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da**

disso, alguns estudos que se propuseram a analisar a produção ficcional de Marques de Carvalho já foram desenvolvidos.

O primeiro trabalho acadêmico a ser lançado foi a Dissertação de Mestrado de Carmen da Rocha, intitulada *O olhar microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX*⁴, posteriormente lançada em livro. Nesse trabalho, a autora contesta os julgamentos desfavoráveis que o romance *Hortênci*a, de Marques de Carvalho, publicado pela primeira vez em 1888, recebeu de alguns críticos, como, por exemplo, de José Veríssimo, que censurou severamente o estilo literário do autor paraense. Para a pesquisadora, o romance de Marques de Carvalho é digno de muitos elogios e, por essa razão, não mereceu as apreciações críticas que lhe foram destinadas.

Para além das páginas do romance *Hortênci*a, João Alfredo Guimarães Garcia, em sua Dissertação de Mestrado *Verbo de fogo: uma leitura da história, do imaginário amazônico e do social em Romanceiro da Cabanagem*⁵, tem como um de seus objetivos analisar o entrecruzamento entre os poemas do livro *Romanceiro da Cabanagem*, do poeta José Ildone, publicado em 1985, e os contos “Um caso de cabana” e “No baile do comendador”, do contista João Marques de Carvalho, publicados na obra *Contos do Norte*, em 1900, para mostrar visões diferenciadas sobre a Cabanagem.

Versando também sobre a produção ficcional do escritor paraense, Paulo Maués Corrêa publicou o artigo intitulado “Leitura mítico-simbólica d’*O banho de tapuia*, de Marques de Carvalho”⁶. Embora defenda que a obra *Hortênci*a prende-se exageradamente à estética naturalista, Paulo Maués Corrêa afirma que os contos do autor paraense, ao contrário de seu romance, apresentam uma narrativa mais aberta e densa e, partindo dessa premissa, analisou, a partir de uma perspectiva mítico-simbólica, um dos contos de autoria de Marques de Carvalho: “O banho da tapuia”, lançado no livro *Contos do Norte* (1900).

Saindo um pouco das páginas dos livros de autoria de Marques de Carvalho e indo para as páginas dos jornais, onde muitos de seus textos estão publicados e permanecem ainda inéditos, iniciei, no ano de 2010, o Plano de Trabalho de Iniciação Científica “Um escritor da

imprensa no Brasil. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983; LINHARES, Temístocles. **História crítica do romance brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

⁴ Cf. ROCHA, Carmen Dolores Marçal Barreto da. **O Olhar microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX**. 2003. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Letras, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

⁵ Cf. GARCIA, João Alfredo Guimarães. **Verbo de fogo: uma leitura da história, do imaginário amazônico e do social em Romanceiro da Cabanagem**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2005.

⁶ Cf. CORRÊA, Paulo Maués. *Leitura mítico-simbólica d’O banho de tapuia*, de Marques de Carvalho. In: CORRÊA, Paulo Maués; FERNANDES, José Guilherme dos Santos (Organizadores). **Estudos de literatura da Amazônia: Prosadores paraenses**. Belém: Paka-Taku/EDUFPA, 2007.

coluna folhetim: a trajetória literária e a repercussão de Marques de Carvalho em periódicos belenenses oitocentistas”, que tinha como principal objetivo compilar todos os textos em prosa de ficção do escritor paraense publicados na imprensa periódica belenense oitocentista⁷. Este trabalho foi o primeiro no Brasil a pesquisar a produção ficcional do autor paraense em periódicos belenenses oitocentistas, principalmente na coluna *Folhetim*.

Partindo também da produção ficcional de Marques de Carvalho em periódicos, Maurel Ferreira Barbosa, em sua Dissertação de Mestrado *O Pajé: o Naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)*⁸, tem por objetivo discutir, a partir da análise de uma das obras de Marques de Carvalho lançada na coluna *Folhetim* do jornal *A República*, o romance inacabado “O pajé”, o embate entre o saber tradicional e o saber médico oficial, em meio às transformações da sociedade paraense do final do século XIX.

Diferentemente dos trabalhos anteriormente mencionados, este trabalho, por sua vez, pretende demonstrar que Marques de Carvalho, embora não tenha alcançado um estatuto canônico, assim como aconteceu com seu conterrâneo Inglês de Sousa, foi um escritor que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da produção ficcional não apenas no estado do Pará, mas também na região amazônica, ao idealizar a institucionalização de agremiações literárias, ao escrever ensaios críticos que versassem sobre o teor dos trabalhos de crítica literária lançados em periódicos belenenses oitocentistas e ao produzir obras, tanto em livro quanto em periódicos, que se ambientassem na Amazônia.

É importante ressaltarmos que este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa documental, considerando, sobretudo, periódicos que circularam por Belém durante a segunda metade do século XIX, como o *Diário de Belém*, *A província do Pará*, *A República* e *A Arena*, visto que o jornal é uma excelente fonte primária para estudar não apenas a contribuição de Marques de Carvalho para a imprensa periódica belenense oitocentista, como também a relação que o escritor paraense estabeleceu entre jornalismo e literatura.

⁷ Vinculado ao projeto de pesquisa *História da leitura no Pará (século XIX)* (UFPA/CNPq), este Plano de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) foi desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA), financiado com verba do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e orientado pela Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales. Este plano também proporcionou a produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso e o da aluna Joice do Socorro Alves Monteiro. Cf. SILVA, Alan Victor Flor da. **Um escritor da coluna folhetim**: os contos de Marques de Carvalho no jornal *A Província do Pará*. 2010. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras). Faculdade de Letras (FALE), Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2010. MONTEIRO, Joice do Socorro Alves. *A leviana: história de um coração*: romance-folhetim de Marques de Carvalho. 2011. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras). Faculdade de Letras (FALE), Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2011.

⁸ Cf. BARBOSA, Maurel Ferreira. **O pajé**: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887). 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2011.

Para, no entanto, realizarmos pesquisas em jornais, é preciso considerarmos que esse suporte não pode ser estudado como fonte primária para se descobrir o que realmente ocorreu em determinado momento histórico, como bem afirma Robert Darnton:

Por ter aprendido a produzir notícias, agora desconfio de jornais como fonte de informação. Muitas vezes fico surpreso com historiadores que os utilizam como fontes primárias para descobrir o que realmente aconteceu. Na minha opinião, jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos em si.⁹

Tomando como base os apontamentos de Darnton, não objetivamos, com este trabalho, utilizar periódicos belenenses oitocentistas como fontes primárias para definir o que é a doutrina naturalista, para determinar o papel da crítica literária ou ainda para afirmar ou negar a existência de uma literatura paraense no estado do Pará. O que, na verdade, intencionamos é analisar como Marques de Carvalho compreendeu o movimento estético-literário naturalista, como definiu a função da crítica no lugar onde nasceu e viveu e como se posicionou em relação à produção literária dos escritores conterrâneos.

Outro aspecto que devemos levar em consideração quando realizamos pesquisas em periódicos diz respeito aos quatro princípios que, segundo Marie-Ève Thérénty, definem a essência da escrita jornalística: a periodicidade, a coletividade, a rubricidade e a atualidade.¹⁰

A periodicidade é uma das características mais evidentes nos jornais, pois reside no ritmo regular de sua aparição, que rege a vida das pessoas, as relações cotidianas, as práticas de leitura e escritura.¹¹ Desse modo, a periodicidade das folhas jornalísticas no século XIX foi um dos elementos responsáveis pela criação de novas formas literárias, como a crônica e o romance-folhetim. A coletividade, por sua vez, consiste no fato de que o jornal constitui também um negócio coletivo onde se experimenta a criação do sentido pela fusão de vozes plurais e às vezes dissonantes.¹² Bem mais que o romance, ele projeta um lugar autêntico da polifonia e constitui o ponto de ancoragem de uma forma de sociabilidade devido a seu modo de operação e redação.¹³ Além da periodicidade e da coletividade, a rubricidade é um princípio que se associa ao espaço do jornal e ao modo como ele restringe, em certa medida, a

⁹ DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 45.

¹⁰ THÉRENTY, Marie-Ève. La matrice médiatique. In : _____. **La littérature au quotidien**: poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

escrita jornalística, uma vez que o jornal suscita uma escritura em tópicos ou em rubricas, onde todos aprendem a se exprimir dentro dos limites genéricos, temáticos, periódicos e dimensionais das páginas das folhas jornalísticas. O jornalista se força, então, a uma escrita fortemente normatizada e se obriga a considerar o mundo segundo uma perspectiva fracionada, que oferece a vantagem considerável de apresentar uma imagem mais ainda globalizante.¹⁴ O último princípio do periódico – a atualidade – é o de obedecer à regra de atualidades de seus temas. Essa atualidade equivale, no entanto, a um lapso de tempo que compreende o que está sendo produzido, o que chegou bastante recentemente e o que vai se produzir. Em outras palavras, isso significa o presente, o futuro e o passado próximos. Porém, para que a realidade se torne operante, é necessário que a atualidade do jornalista coincida com a do receptor.¹⁵

Tomando como base as normas que regem a escritura jornalística, objetivamos, com este trabalho, analisar o jornal a partir dos quatro princípios elencados por Marie-Ève Thérénty, sobretudo a partir de seu aspecto polifônico, visto que a publicação de um gênero nessas folhas periódicas pode estimular e proporcionar a divulgação de outros que dialoguem entre si.

Assim como Marie-Ève Thérénty, Socorro Pacífico Barbosa afirma que o jornal pode ser visto como um espaço de diálogo e de multiplicidade discursiva, onde ecoam, ainda que de maneira incipiente, as vozes dos mais variados segmentos da sociedade.¹⁶ Se quisermos, no entanto, observar o aspecto polifônico nos periódicos, especialmente nos do século XIX, é preciso lermos o jornal como um todo para verificar se um determinado texto, aparentemente sem muito sentido, não apresenta uma relação de significado com algum outro publicado no mesmo jornal.¹⁷ Em alguns casos não muito raros, esse diálogo multivocal estabelece-se até entre textos veiculados em periódicos distintos.

Neste trabalho, essa característica da escritura jornalística, aliada ao princípio da atualidade, foi abordada quando consideramos que questões que envolvem o movimento naturalista, a crítica literária e a literatura paraense tomam como base a pluralidade de vozes de críticos e escritores contemporâneos a Marques de Carvalho. É por essa razão que este estudo prioriza uma perspectiva diacrônica, visto que objetivamos compreender a produção

¹⁴ THÉRENTY, Marie-Ève. La matrice médiatique. In : _____. **La littérature au quotidien**: poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

¹⁵ Idem.

¹⁶ BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

¹⁷ Idem.

jornalística de Marques de Carvalho a partir do contexto histórico, político, geográfico e literário no qual o escritor paraense estava inserido.

Para atingirmos nossos objetivos de pesquisa, este trabalho foi dividido em três capítulos organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo, primeiramente, intencionamos narrar a trajetória literária de Marques de Carvalho, a fim de apresentarmos não apenas a produção do escritor paraense lançada em livro, como também (e sobretudo) em periódicos. No segundo capítulo, por sua vez, objetivamos demonstrar como Marques de Carvalho compreendeu a doutrina naturalista, definiu a função da crítica no estado do Pará e se posicionou em relação ao lugar da produção literária dos escritores conterrâneos em nível regional e nacional. No terceiro e último capítulo, finalmente, pretendemos analisar a representação dos espaços lusitano e amazônico na prosa de ficção de Marques de Carvalho (os romances e os contos) divulgados em periódicos belenenses oitocentistas. Desse modo, compreenderemos como esses ambientes foram desenvolvidos na economia dessas narrativas.

CAPÍTULO 1
**A TRAJETÓRIA LITERÁRIA DE MARQUES DE CARVALHO NA IMPRENSA
PERIÓDICA BELENENSE OITOCENTISTA**

O autor, tal como ele faz a sua reaparição na história e na teoria literária, é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita.

(Roger Chartier)

Desvincular a trajetória literária de Marques de Carvalho da imprensa periódica é minimamente reduzir sua atuação profissional no campo da produção ficcional. Desde quando começou a contribuir para alguns jornais que circularam por Belém a partir das duas últimas décadas do século XIX, como o *Diário de Belém*, *A Província do Pará* e *A República*, o escritor paraense não deixou de publicar nessas folhas periódicas poemas, contos, romances, crônicas e ensaios críticos.

Nesse sentido, podemos assegurar que Marques de Carvalho soube sabiamente aliar sua carreira de jornalista à de escritor para promover sua produção ficcional. Numa região marcada pela distância em relação aos centros culturais mais desenvolvidos do país, as páginas de periódicos impressos em Belém no século XIX eram o meio mais acessível para publicar obras de ficção assinadas por autores locais e para alcançar o maior número de potenciais leitores. Desse modo, Marques de Carvalho não poderia deixar de divulgar seus textos tanto em prosa quanto em verso na imprensa jornalística, suporte tão mais barato que o livro.

Segundo Roger Chartier e Robert Darnton, um escritor está sujeito a uma série de tensões que delimitam o teor da produção de seus trabalhos, pois ele se insere dentro de um sistema ou circuito de comunicação no qual precisa atender as exigências implícitas ou

explícitas dos editores, do suporte, de uma ou várias comunidades de leitores ou, de modo bem mais geral, de um mercado do impresso.¹⁸

Traçar a trajetória literária de um escritor como Marques de Carvalho, portanto, é muito mais do que delimitar seus dados biográficos e bibliográficos. É também revelar suas tendências literárias, seus paradigmas estéticos e sua filiação intelectual. É compreender o projeto de sua prosa de ficção, tomando como base os aspectos formais, estruturais e temáticos. É observar a apropriação de suas obras para a leitura não apenas pelo aspecto da crítica literária, como também pelo do público leitor. Em suma, é buscar decifrá-lo a partir dos textos que publicou tanto em livros quanto em periódicos.

1.1. A imprensa periódica na província do Grão-Pará (1880-1900)

A imprensa jornalística belenense oitocentista, seguindo uma forte tendência europeia que se disseminava por todas as regiões do Brasil, começou a divulgar textos em prosa de ficção em regime seriado, como os tão famosos e aclamados romances-folhetins, que passaram a fazer parte do cotidiano da população da província do Grão-Pará. Nas duas últimas décadas do século XIX, a moda do gênero folhetinesco, portanto, já havia ganhado espaço em diferentes jornais locais, como a *Gazeta Oficial*, o *Jornal do Pará*, o *Diário de Belém*, *A Província do Pará*, *A República*, *O Liberal do Pará* e a *Folha do Norte*. Esses periódicos apresentavam colunas específicas voltadas quase exclusivamente para a divulgação de gêneros literários, como os romances, as novelas, os contos, os poemas e as crônicas, além – é claro – dos romances-folhetins, o chamado carro-chefe do espaço folhetinesco. Essas seções encaminhadas para as publicações literárias nas folhas jornalísticas recebiam as mais variadas denominações, como *Variedades*, *Letras e Artes*; *Ciências, Letras e Artes*; *Parte literária*; *Miscelânea*; *Literatura e Folhetim*.

Sobre a circulação de prosa de ficção em fatias seriadas no Norte do país em pleno século XIX, Germana Sales afirma que as traduções e os textos extraídos de jornais do Rio de Janeiro imperavam na imprensa periódica local.

Numa região marcada pela distância em relação aos centros culturais mais desenvolvidos, observa-se que a publicação do romance-folhetim na

¹⁸ Cf. CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitoras, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

provincia do Grão-Pará se desenvolveu literariamente com os recursos mais acessíveis à região, como a publicação de traduções ou textos extraídos de jornais publicados no Rio de Janeiro. Concretamente, esta reprodução de textos ficcionais era mais acessível, pois as pesquisas indicam que havia um número reduzido de autores locais dedicados à escrita de prosa de ficção.¹⁹

Assim, em periódicos belenenses oitocentistas, a quantidade de narrativas ficcionais estrangeiras traduzidas é muito grande, sobretudo as francesas. As pesquisas realizadas por Edimara Ferreira Santos, por exemplo, atestam que, no jornal *O Liberal do Pará*, aparece um número considerável de romances-folhetins assinados por folhetinistas consagrados na França, como Alphonse de Lamartine, Alexandre Dumas, Ponson du Terrail e Xavier de Montépin.²⁰ Exemplos:

Escritores	Títulos
Alphonse de Lamartine	Catarina II (1871).
Alexandre Dumas	Blanche de Beaulieu (1871).
Ponson du Terrail	A Fada D'Auteuil (1872-1873).
Xavier de Montépin	O médico dos pobres (1874-1875).

Tabela 1: relação de alguns romances-folhetins publicados no jornal *O Liberal do Pará* assinados por escritores franceses na década de 1870.

No jornal *A Província do Pará*, por sua vez, segundo as pesquisas realizadas por Sara Vasconcelos Ferreira, inúmeros romances-folhetins ou textos em prosa de ficção, assinados por diversos autores estrangeiros (entre franceses, portugueses e espanhóis), foram encontrados.²¹ Exemplos:

¹⁹ SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces* (UFC), v. 1, p. 44-56, 2007, p. 46.

²⁰ SANTOS, Edimara Ferreira. **Dumas, Montépin e du Terrail:** a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2011.

²¹ FERREIRA, Sara Vasconcelos. *A leviana: história de um coração e outras histórias n'A Província do Pará*. Belém. 2012. 28 p. Relatório Técnico Científico.

Nacionalidade	Escritores	Títulos
Portugueses	Alexandre Herculano	Saudade (1877) – conto; A sala das Pérolas (1877) – conto; Amor feminil (1879) – conto.
	Pinheiro Chagas	Notícias do céu (1876) – conto; A caridade e a família (1879) – crônica; Tristezas à beira-mar (1880) – romance; Os esquecidos (1891) – crônica; O revólver (1891) – conto.
	Eça de Queirós	O tocador de realejo (1877) – conto; O Mandarim (1880) – novela; Senhor Diabo (1888) – conto; Padre Sagueiro (1892) – conto; Quinta de frades (1892) – conto; No moinho (1892) – conto; Quatro cartas de amor a Clara (1892) – conto.
	Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921)	Em casa de Mme. X. (1880) – crônica; A mulher do ministro (1880) – crônica; A estreia do delegado (1880) – crônica; A preceptora (1880) – crônica; A lenda do cuco (1881) – crônica; Cartas a Luiza (1886) – carta.
Franceses	Condessa Dash (pseudônimo de Gabrielle Anne Cisterne de Courtiras)	A marquesa ensanguentada (1876) – romance.
	Madame Émile de Girardin	Não é bom brincar com a dor (1877) – novela.
	Alexis Bouvier	Os credores do cadafalso (1881) – romance. A promessa (1893) – conto.
	Octave Feuillet	História de uma parisiense (1882).

	Henrique Tessier	A senhora Vidocq (1883).
	Henry Gréville	Dosia (1879) – romance; Consórcio de uma artista (1883) – romance; O marido de Aurette (1892) – romance.
	Jorge Ohnet	A grande Marmeira (1885) – romance; No fundo do abismo (1899) – romance.
	Hector Malot	Sem família (1886) – romance; Um susto (1892) – conto; A consciência (1888) – romance; Justiça (1890) – romance.
	Guy de Maupassant	O pão maldito (1887) – conto; A noite: um pesadelo (1887) – conto; A felicidade (1888) – crônica; Adeus (1888) – crônica; A lua (1888) – conto; A morta (1889) – conto; Uma viúva (1889) – conto; Forte como a fome (1889) – romance; Últimas folhas (1890) – conto; A inútil beleza (1890) – novela; A menina Helena (1891) – conto; O nosso coração (1892) – romance. O rezeiro (1892) – conto; O tio Mongilet (1892) – conto; Uma vendeta (1895) – conto.
	Xavier de Montépin	As deserdadas (1892-1893) – romance.
	Ponson du Terrail	O médico vermelho (1894) – romance.
	Paul Féval	O corcunda (1893-1894) - romance.
Espanhóis	Manuel Fernández y González	Lucrecia Borgia (1895-1896) – romance.
	Ortega y Frias	O diabo na Corte (1896) – romance.

	Álvaro Carrillo (pseudônimo de Rafael del Castillo)	Os cavaleiros do amor (1897) – romance.
	Manuel Juan Diana	A rua da amargura (1898) – romance.

Tabela 2: relação de alguns textos em prosa de ficção publicados no jornal *A Província do Pará* assinados por escritores estrangeiros (1880-1900)

A partir dos dados coletados por Sara Vasconcelos Ferreira, podemos observar que os folhetinistas franceses eram os mais assíduos entre os escritores estrangeiros. Nomes como os de Jorge Ohnet, Xavier de Montépin, Hector Malot, Ponson du Terrail e Paul Féval eram muito recorrentes na imprensa periódica belenense oitocentista. Essa preferência pelos romances folhetinescos europeus, principalmente os franceses, pode ser justificada pela relação muito estreita que a capital paraense mantinha com a Europa no século XIX, até mais do que com o Rio de Janeiro, principal centro cultural e literário no Brasil dos anos oitocentos. Nessa época, Belém, em decorrência do capital excedente da economia gomífera, encontrava-se no auge de um período que ficou conhecido como *Belle Époque*. Essa expressão designa a forte influência cultural, arquitetônica, intelectual e artística europeia, principalmente francesa, na cidade de Belém e na mentalidade da população elitista da capital paraense.²²

Em meio às obras de escritores franceses, publicações assinadas por autores de outras nacionalidades também foram divulgadas nas páginas do jornal *A Província do Pará*. Entre os portugueses, os que mais se destacaram, sobretudo como contistas, foram Eça de Queirós, Pinheiro Chagas, Maria Amália Vaz de Carvalho e Alexandre Herculano. Entre os espanhóis, os mais assíduos folhetinistas foram Manuel Fernández y González, Ortega y Frias, Álvaro Carrillo e Manuel Juan Diana.

Além de escritores estrangeiros, a presença de autores reconhecidos nacionalmente também foi recorrente. Manuel Antônio de Almeida, por exemplo, teve seu famoso romance “Memórias de um sargento de milícias”, antes lançado no Rio de Janeiro, no *Correio Mercantil*, no ano de 1852, publicado quinze anos depois, em 1867, no *Jornal do Pará*, em Belém. Em 1898, esse romance volta a ser novamente divulgado na capital paraense em outro periódico: *A Folha do Norte*.²³ Nesse jornal, também foram publicizados outros romances

²² SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

²³ SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Entrelaces** (UFC), v. 1, p. 44-56, 2007.

brasileiros, como alguns assinados por Visconde de Taunay e por Bernardo de Guimarães, além de determinados contos de Machado de Assis.²⁴ Exemplos:

Escritores	Títulos
Manuel Antônio de Almeida	Memórias de um sargento de milícias (1898) – romance.
Visconde de Taunay	Inocência (1899) – romance.
Bernardo de Guimarães	O seminarista (1899) – romance.
Machado de Assis	Adão e Eva (1897) – conto; Uns braços (1899) – conto; Conto de escola (1900) – conto; A cartomante (1900) – conto.

Tabela 3: relação de alguns textos publicados no jornal *A Folha do Norte* assinados por escritores brasileiros nacionalmente conhecidos (1880-1900)

Quanto à prosa de ficção de origem local, os escritores da Amazônia, embora fossem poucos, contribuíram com textos em prosa de ficção para a imprensa periódica belenense oitocentista, sobretudo com narrativas curtas, divulgadas geralmente em apenas um fascículo. O único que se aventurou a publicar romances foi o escritor paraense João Marques de Carvalho (1866-1910), que lançou na coluna *Folhetim* dos jornais *A Província do Pará* e *A República*, respectivamente, os romances “A leviana: história de um coração” (1885) e “O pajé” (1887). Além de Marques de Carvalho, outros nomes, no entanto, marcaram presença forte em periódicos que circularam por Belém no século XIX com a publicação de narrativas ficcionais, como o amazonense Paulino de Almeida Brito (1858-1919), o macapaense Múcio Javrot (?) e os paraenses Antônio Marques de Carvalho (1867-1915), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916), Luiz Demétrio Juvenal Tavares (1850-1907), Frederico Roussard (1868-1900) e João Pontes de Carvalho (?). Exemplos:

²⁴ SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. *Entrelaces* (UFC), v. 1, p. 44-56, 2007.

Títulos	Escritores
Morangos silvestres (1890) – conto; Um vai, outro vem (1890) – conto; Cinco minutos (1890) – conto.	Antônio Marques de Carvalho
Ao pé de um braço (1885) – conto.	Múcio Javrot (pseudônimo de Joaquim Francisco de Mendonça Júnior)
Preta, e basta! (1887) – conto; Um caso original (1887) – conto; O primeiro cliente (1890) – conto; A bomba (1895) – crônica; Fim de uma serenata (1895) – crônica; Uma sessão espírita (1895) – crônica; Caridade heroica (1895) – crônica.	Paulino de Almeida Brito
A lavadeira (1899) – conto; O lundum (1899) – conto.	José Veríssimo Dias de Matos
As duas amigas (1892) – conto; A vapor e a cavalo (1893) – crônica; Caprichos da sorte (1893) – conto; Uma aventura de dois roceiros (1897) – conto; Sabedoria (1898) – conto; O baralho da mãe Carolina (1900) – conto; Uma viagem de bonde (1900) – crônica.	Luiz Demétrio Juvenal Tavares
O colar de rubis (1891) – conto; A missa do galo (1897) – conto.	Frederico Roussard
Maria Clara ²⁵ (1887) – novela; Um capricho (1887) – conto; Idealismo (1889) – crônica.	João Pontes de Carvalho

Tabela 4: relação de todos os textos publicados por escritores amazônicos no jornal *A Província do Pará* (1880-1900)

²⁵ Além dos romances de João Marques de Carvalho, a novela *Maria Clara*, de João Pontes de Carvalho, foi a única narrativa ficcional divulgada em série na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*. Foi publicada entre os dias 10 de fevereiro e 08 de março de 1887, em dezessete fascículos. As inúmeras mutilações impediram a catalogação do final dessa produção de Pontes de Carvalho.

Na imprensa jornalística paraense, portanto, é possível encontrarmos escritores estrangeiros, entre franceses, portugueses e espanhóis, os quais fizeram um verdadeiro sucesso no período em que escreveram; autores brasileiros nacionalmente reconhecidos e atualmente consagrados pela crítica literária e pela história da literatura brasileira, como Manuel Antônio de Almeida, Visconde de Taunay, Machado de Assis e Bernardo Guimarães; e, finalmente, escritores brasileiros que não alcançaram uma projeção em nível nacional e, por essa razão, ficaram restritos apenas à região amazônica, onde nasceram e viveram, assim como foi o caso do paraense João Marques de Carvalho, escritor que apresenta uma vasta produção ficcional e que teve papel fundamental para o desenvolvimento e para a divulgação da literatura da Amazônia no século XIX. Outros autores brasileiros que também publicaram textos de cunho ficcional em periódicos belenenses oitocentistas, mas que não obtiveram reconhecimento nacional são Paulino de Brito, Antônio Marques de Carvalho, Múcio Javrot, José Veríssimo, Juvenal Tavares, Frederico Roussard e João Pontes de Carvalho.

1.2. Marques de Carvalho: um escritor paraense na imprensa periódica belenense oitocentista

Se, neste exato momento, fizéssemos uma enquete entre alguns leitores brasileiros em geral para averiguar quem conhece João Marques de Carvalho, ou até mesmo, caso o atrevimento nos permitisse, para saber quem já teve a oportunidade de ler alguma de suas obras, a resposta afirmativa, certamente, viria de um grupo muito restrito e seletivo, visto que seu nome é pouco divulgado nas escolas, nas universidades, nas histórias literárias e nas livrarias. Além disso, o acesso às suas obras é limitado, pois são muito raras as edições disponíveis.

João Marques de Carvalho (1866-1910) – ou simplesmente Marques de Carvalho, pois foi desse modo que assinou a maioria de suas obras –, embora não seja atualmente uma figura muito conhecida, principalmente em nível nacional, foi um escritor muito atuante em sua época, pois se demonstra demasiadamente preocupado com o futuro da produção e da crítica literárias, sobretudo na região amazônica. Apesar desse fato, por muito tempo, há aproximadamente mais de um século, suas publicações permanecem esquecidas, seja em páginas amareladas de livros considerados raros, já em estado de deterioração, seja em folhas

periódicas que circularam por Belém no final do século XIX, disponíveis atualmente apenas em rolos de microfilme ou em meio digital.

Diante de uma vasta produção ficcional, o romance *Hortênci*a, publicado em 1888, foi, sem sombra de dúvida, a obra de Marques de Carvalho que mais teve repercussão depois de seu lançamento, pois já foi alvo da pena de críticos literários hoje já consagrados, como Sílvio Romero, José Veríssimo e Lúcia Miguel Pereira, que desqualificaram veementemente a qualidade estético-literária dessa narrativa.

Os críticos literários, de modo geral, não consideraram o romance *Hortênci*a como uma produção ficcional com qualidades estético-literárias e denunciaram inúmeras “falhas” na estrutura dessa obra, como a obscenidade na descrição minuciosa das relações sexuais, a escolha inadequada de um caso de incesto como temática da narrativa, a definição simplória das personagens, a ausência de densidade literária e de verossimilhança no enredo e a preocupação exagerada com a estética naturalista.

Entre os críticos que avaliaram o romance *Hortênci*a, José Veríssimo, embora seja conterrâneo e contemporâneo de Marques de Carvalho, ressaltou, sem eufemismos ou cordialidades, que não reconheceu essa produção literária como uma obra que merecesse elogios de sua parte.

Não me é possível falar da *Hortênci*a, com a mesma isenção que tive com o *Homem* e com a *Carne*. Além de que seu autor parece ter recusado a crítica, como eu já disse e censurei, prendem-me a ele laços de camaradagem literária, que me obrigam a dar-me por suspeito. Direi, entretanto e já, com toda franqueza que devo aos que me têm feito o favor de ler e ao Sr. Marques de Carvalho, que não gosto da *Hortênci*a.

Apesar de revelar um auspicioso talento de escritor, apesar de nos prometer um *conteur* encantador da escola Banville ou Guy de Maupassant, como, aliás, já o deixava perceber na *Alegria gaulesa* e em outros trabalhos, não obstante como arquitetura e intuição artística julgar o seu romance superior à *Carne*, não gosto dele e ligeiramente direi o porquê.²⁶

Além de esclarecer que seu julgamento não se prende a laços de camaradagem literária, o crítico paraense também não reconheceu a obra *Hortênci*a no mesmo nível de outras obras naturalistas, assim como *O Homem* e *A Carne*, respectivamente romances de autoria de Aluísio de Azevedo e Júlio Ribeiro, romancistas brasileiros representantes do Naturalismo no Brasil. As restrições de José Veríssimo à produção romanesca de Marques de

²⁶ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 192.

Carvalho, porém, não se limitaram apenas a esse comentário. O crítico também afirmou que a obra *Hortência* é revestida de obscenidades e não passa de uma leitura equivocada do modelo naturalista de Émile Zola, um dos principais representantes do Naturalismo na França do final do século XIX.

O Sr. Marques de Carvalho confundiu na *Hortência* o naturalismo com Zola, falseou o seu talento, forçou a nota crua, não recuou diante das mais torpes obscenidades, reviveu a tradição simplesmente pornográfica dos livros cujos nomes nem é decente citar – e o seu livro, no qual uma leitura atenta reconhece aqui e ali um singular dote de narrador, não passa de uma cópia forçosamente pálida da maneira zolista.²⁷

Outro aspecto da crítica de José Veríssimo sobre a obra de Marques de Carvalho põe em evidência a questão da verossimilhança. Segundo o crítico, é inadmissível que a Santa Casa de Misericórdia, hospital fundado em Belém em 1650, tenha admitido como enfermeira uma rapariga mulata, de origem humilde, que apresentava à época apenas quinze anos. Além da heroína do romance, Veríssimo acredita que um personagem vadio e voluptuoso como Lourenço poderia muito bem chegar ao extremo de assassinar a irmã, se esse episódio tivesse ocorrido em Portugal. Contudo, no estado do Pará, esse mesmo caso não poderia se realizar, pois não condiz, segundo o crítico, com o perfil do povo paraense. É por essa razão que Veríssimo acredita que, enquanto em solo europeu o desfecho do romance de Marques de Carvalho não é apenas semelhante à realidade, como também verdadeiro; na sociedade paraense, torna-se ao menos inverossímil, pois um indivíduo da mesma natureza de Lourenço não seria capaz de pôr fim à vida da própria irmã, ainda mais por causa de uma quantia tão irrisória que Hortência pudesse lhe conferir. Prova disso é que, conforme Veríssimo, nunca houve um fato no estado do Pará que fosse idêntico ao que se passa no enredo do romance de Marques de Carvalho.

Seja qual for o juízo que façamos de nossa Santa Casa, podemos crer que nenhuma das suas administrações admitiria como enfermeira, e interna, uma rapariga do povo de 15 anos. Ainda um outro reparo. O desfecho que é, não só verossímil, mas verdadeiro em Portugal, torna-se no Pará ao menos inverossímil. Ali a concorrência vital é intensa e um vadio como Lourenço podia chegar àquele extremo; aqui, além da índole do nosso povo (fator a que o Sr. Marques de Carvalho não deu a devida importância) não o justificar, a facilidade da vida para a gente da casta de Lourenço é tal que, a menos não fosse ele o que os criminalistas italianos chamam um criminoso-

²⁷ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 194-195.

nato, não podemos admitir que, pela quantia insignificante que lhe poderia dar Hortência, se atrevesse ele a assassiná-la. E a prova do meu acerto é não haver no Pará um único fato idêntico ao que forneceu ao Sr. Marques de Carvalho o fundo do seu livro.²⁸

Além da verossimilhança, Veríssimo assevera ainda que os personagens do romance *Hortência* são humildes, simples e vivem às margens do processo de desenvolvimento pelo qual a capital paraense estava passando, em razão do capital excedente da economia gomífera. É por esse motivo que o crítico afirma que os indivíduos representados na configuração da obra não podem interessar aos leitores cultos, uma vez que o meio por onde circulam os personagens do romance, como bordéis, botecos, pequenas habitações, barracos, quartos e casas de cortiço, é totalmente alheio ao ambiente no qual convivem as pessoas eruditas, que frequentam salões de festas, casas de diversões, clubes recreativos e o Theatro da Paz.

A Hortência, passando-se exclusivamente entre gente que não nos pode interessar, em um meio a cuja vida somos estranhos e que nenhuma característica forte distingue e destaca, que não representa uma feição particular da vida brasileira, mesmo tratado com mais individualidade e menos *parti pris* da escola, não é ainda o romance brasileiro tal qual a escola naturalista, mais do que outra qualquer, podia dar-nos.²⁹

Para encerrar sua apreciação ao romance de seu conterrâneo, Veríssimo afirma ainda que Marques de Carvalho não representou nessa obra o povo e a pátria, pois, assim como ocorreu a outros escritores brasileiros que adotaram a estética naturalista, se prendeu à total imitação das obras de Émile Zola e, por conseguinte, não privilegiou uma particularidade que lhe fosse considerada legitimamente nacional.

Além do cenário, da verossimilhança e da escolha temática, as personagens também foram alvo de observação de outro crítico. Sobre esse tópico, Sílvio Romero faz uma distinção entre as personagens femininas de romances naturalistas e avalia que Hortência não era inteligente e intrépida como as demais protagonistas de outras obras inseridas no mesmo movimento estético-literário, como Lenita, Ester e Magdá, respectivamente personagens das obras *A Carne*, de Júlio Ribeiro; *Cromo*, de Horácio de Carvalho, e *O Homem*, de Aluísio de Azevedo. O crítico ressalta que a heroína do romance de Marques de Carvalho julgava a condição infeliz na qual se encontrava como um fardo. Por essa razão, deixou-se levar pelo

²⁸ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 201.

²⁹ *Ibidem*, p. 202.

destino que lhe fora reservado, aceitando sua submissão aos desejos e às vontades do irmão Lourenço. Portanto, Romero julga que Hortência é inferior às heroínas de outros romances naturalistas, consideradas pelo crítico mais astutas, mais ambiciosas e mais ousadas que Hortência.

Estas três heroínas desmancham-se em sonhos estapafúrdios, especialmente as duas últimas. Resta Hortência. Não era sábia como as outras; antes era uma pobre matuta rechonchuda e forte, boa candidata a mais de um homem...

A boa diaba, porém, de nervos equilibrados, tem um sonho horroroso, medonho, apocalíptico, só por ter ido a um hospital e conseguir lá um emprego!...

Se lhe falta o elemento do preciosismo para aparentar-se às outras, tem o elemento sonho para agarrar-se a elas de unhas e dentes, e mais a facilidade alvar com que se deixou deflorar por seu próprio irmão, que lhe fazia no caso o papel de mestre, não de ciência, mas de coisas da rua e das macaquices e geringonças de um circo de cavalinhos.³⁰

Depois de José Veríssimo e Sílvio Romero, as “falhas” da narrativa de Marques de Carvalho são ressaltadas também por Lúcia Miguel Pereira. A autora declara que o romance *Hortência* é uma experiência sem sucesso, construída a partir de uma ideia equivocada a respeito do Naturalismo discutido e propagado na França, assim como ocorreu em outras obras publicadas no mesmo período, pertencentes ao mesmo movimento estético-literário. Conforme avalia Lúcia Miguel Pereira, os romancistas dessas narrativas acreditaram que a inserção de personagens movidas por seus instintos mais animais em seus romances era suficiente para que suas obras fossem condizentes com o movimento naturalista no Brasil.

O livro de Júlio Ribeiro e as tentativas frustradas de Horácio de Carvalho e Marques de Carvalho e tantos outros, não têm importância em si, mas demonstram como o naturalismo se prestou a fáceis falsificações. Ouvindo que a ciência moderna estabelecia a correlação entre os fenômenos físicos e morais, cuidaram, possuídos daquele ‘misticismo fisiológico’, denunciado por Brunetière nos seus colegas franceses, que provar essa unidade era a tarefa primordial; para desempenhá-las, tinham uma receita simples: apresentar criaturas governadas por instintos depravados.³¹

Assim como a maioria das obras naturalistas, *Hortência* causou espanto na sociedade brasileira oitocentista, pois o enredo desse romance apresenta como temática principal um

³⁰ ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva: movimento espiritual do Brasil no ano de 1888. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 114.

³¹ PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: Prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 68.

caso de incesto.³² Hortência, personagem que dá título ao romance, é possuída sexualmente por Lourenço, seu irmão devasso e voluptuoso, e posteriormente por ele se apaixona. No início, os dois amaram-se perdidamente, mas os momentos felizes, em razão do perfil desregrado de Lourenço, depois chegaram ao fim e levaram Hortência a sofrer demais com as violências, as traições e as beberagens do irmão, responsável também por assassiná-la friamente ao final do romance.

Apesar das críticas desfavoráveis que recebeu de críticos literários hoje renomados, Marques de Carvalho também foi alvo de elogios. José Eustáquio de Azevedo, por exemplo, restringiu-se apenas a encher a obra *Hortência* de elogios e louvores.

Marques de Carvalho atirava às barbas dos imperialistas as “Lavas” de seu cérebro e o “Sonho do monarca”, e mandava imprimir o seu livro “A Hortência” como o porta-bandeira, na Amazônia, da escola naturalista, provando ser um componente manejador do romance experimental, imbuído até a medula das leituras de Stendhal e Zola.

A sua prosa era fluente, cheia, natural.

A “Hortência” possui páginas magníficas, como as da descrição quando a heroína vai ao quarto mudar a roupa para ir procurar emprego na Santa Casa de Misericórdia; a narração, ao vivo, de uma função no Circo de Cavalinhos e outras páginas de incontestáveis belezas.³³

Apolinário Moreira, por sua vez, dirige uma crítica exagerada quando afirma que autores responsáveis por construir uma ideia acerca do Naturalismo na Europa e na América, como Émile Zola e Eça de Queirós, não se recusariam a assinar as páginas do romance naturalista de Marques de Carvalho, uma vez que, segundo o crítico, *Hortência* estaria no mesmo nível das obras desses dois romancistas estrangeiros.

Pioneiro, entre nós, da escola realista, Marques de Carvalho, em “Hortência”, traçou páginas que Zola e Eça não desdenhariam assinar.³⁴

No jornal *O Liberal*, de 1º de janeiro de 1989, Clóvis Meira, por sua vez, ressentiu-se pelo fato de o centenário do romance *Hortência* ter passado despercebido, pois essa narrativa apresenta inúmeras particularidades.

³² MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. **A Província do Pará**, 27 maio 1984, 2º caderno, p. 13.

³³ AZEVEDO, José, Eustáquio de. **Literatura paraense**. 3. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 68.

³⁴ MOREIRA, Apolinário. O último discurso acadêmico. **Revista da Academia Paraense de Letras**, Belém, ano 1, n. 2, jan. 1952, p. 78.

Cumprindo designação da Academia Paraense de Letras, vasculhando a literatura no Pará do século passado, cheguei a João Marques de Carvalho e ao romance “Hortênciã”, daquele renomado poeta e escritor paraense. Esse romance tem várias peculiaridades. Lançado por Marques de Carvalho, em 1888, completou ou está completando cem anos. O centenário passou despercebido dos centros culturais da terra.³⁵

Apesar das apreciações negativas que recebeu da maioria dos críticos literários, a obra *Hortênciã* apresenta personagens que vivem no final do século XIX às margens do processo de desenvolvimento urbano pelo qual estava passando a capital paraense. Em razão da comercialização do látex, Belém foi palco de transformações culturais, políticas, econômicas, intelectuais, arquitetônicas e urbanísticas. A população de baixa renda, porém, não tinha condições de usufruir das vantagens proporcionadas pelos excedentes do capital da borracha. É por essa razão que a principal metrópole da Amazônia apresentava uma paisagem dicotômica. Por um lado, havia um centro urbano desenvolvido e moderno e, por outro, várias periferias, onde habitava a população segregada desse processo de urbanização.³⁶

É nesse cenário suburbano da cidade de Belém do final do século XIX que vivem as principais personagens do romance de Marques de Carvalho como mulatos, lavadeiras, prostitutas, vendedoras de açaí, sapateiros, aguadeiros e homens vadios. O espaço doméstico, por sua vez, é constituído por pequenas habitações, barracos, quartos e casas de cortiço. Desse modo, o escritor paraense traça nesse romance um perfil de uma Belém mulata, periférica e marginalizada, que contrasta com a Belém urbanizada, desenvolvida e europeizada.

O romance de Marques de Carvalho, portanto, representa uma parcela da sociedade belenense excluída do processo de desenvolvimento pelo qual a metrópole da Amazônia estava passando, em razão do capital excedente da economia gomífera. A obra *Hortênciã*, portanto, representa um lado de uma cidade de Belém decadente e abandonada, além de uma parte da sociedade marginalizada e esquecida.

Segundo Leonardo Mendes, a crítica literária, de modo geral, tem feito uma leitura dos romances brasileiros vinculados ao movimento naturalista quase exclusivamente pautada no cientificismo e no positivismo. Esse aspecto, embora não esteja necessariamente equivocados, revela um reducionismo na análise das obras naturalistas, que, por conseguinte, são relegadas a um lugar periférico no âmbito da história da literatura brasileira.³⁷ Contrapondo-se, portanto,

³⁵ MEIRA, Clóvis. O centenário de “Hortênciã”. Belém, **O Liberal**, 01 jan. 1989, p. 8.

³⁶ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

³⁷ Cf. MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

a essa perspectiva reducionista, o autor defende que, por mais que esses elementos, com efeito, estejam nelas presentes, o Naturalismo no Brasil foi muito mais que um modelo importado da Europa. Conforme Leonardo Mendes, uma das grandes contribuições do Naturalismo refere-se ao fato de que grupos sociais antes marginalizados, não apenas socialmente como também literariamente, passaram a ser representados pela primeira vez na literatura, como negros, pobres, mulatos e homossexuais.³⁸

Tomando como base o estudo de Leonardo Mendes, *Hortência*, em relação ao romance de Aluísio de Azevedo, é uma obra que exhibe uma classe social que antes não tinha representação social nem literária: os excluídos do processo de desenvolvimento da cidade de Belém oitocentista. Em vez de personagens que pertencem à elite local, que exibem seu poder de riqueza, que frequentam bailes e festas, que assistem a espetáculos no Theatro da Paz, que conhecem música erudita, que leem e discutem literatura e que gozam de uma posição social privilegiada na sociedade belenense oitocentista, como médicos, advogados, poetas e negociantes, além de mulheres e moças de família, *Hortência* é um romance que representa não apenas uma cidade de Belém ainda subdesenvolvida e decadente, como também membros de uma classe social marginalizada, como mulatos, lavadeiras, prostitutas, vendedoras de açaí, sapateiros, aguadeiros e homens vadios.

Além do romance *Hortência*, Marques de Carvalho publicou outros livros, como *Contos paraenses* (1889), *Entre as ninfas* (1896), *Contos do Norte* (1900) e a obra de cunho autobiográfico *A carteira de um diplomata* (1889).

No livro *Contos paraenses* (1889), dedicado a seu irmão Antônio Marques de Carvalho e ao excelentíssimo senhor Comendador Domingo José Dias, pelo reconhecimento, amizade e veneração, Marques de Carvalho publicou treze contos:

- A alegria Gaulesa (dedicado a José Veríssimo);
- A convalescente (ao doutor Álvares da Costa);
- Desilusão (a Fontes de Carvalho);
- A serena de Schubert (ao doutor Augusto Meira);
- Que bom marido! (a Juvenal Tavares);
- A noite de finados (a Manoel P. de Carvalho);
- Rio abaixo (ao doutor Gaspar Costa);
- Ao despertar (ao senhor A. R. de O. Gomes);

³⁸ Cf. MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador**: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

O preço das pazes (a J. A. Pinto Barbosa);
História incongruente (ao doutor Franklin Távora);
A lição de paleógrafo (a Heliodoro de Brito);
Ao soprar a vela (Ao senhor José Feijó de Albuquerque);
No baile do comendador (ao senhor Ulderico Souza).

A esses treze contos, Marques de Carvalho acrescentou ainda mais cinco “poemetos em prosa”, designados dessa forma pelo próprio escritor paraense:

Bidinha (a Múcio Javrot);
Paráfrase ossiânica (a Frederico Rhossard);
O pároco da aldeia (ao padre doutor Leorne Menescal);
Ao sol (a Fernando A. da Silva);
Remember (a Paulino de Brito).

Na obra *Contos do Norte* (1900), por sua vez, feita em homenagem ao povo paraense, Marques de Carvalho publicou oito contos:

Represálias;
Um esgotado;
Um conto de Natal;
A neta da cabocla de Ourém;
O banho da tapuia;
Complicações psicológicas (a Camerino Rocha);
Um caso de Cabanada;
Um como tantos (a Licínio Silva).

Ao contrário da crítica desfavorável ao romance de Marques de Carvalho, Eidorfe Moreira afirma que o autor paraense tinha uma vocação maior para a produção de contos.

Quando consideramos outras produções do autor, tem-se a impressão de que a sua vocação natural era para o conto, mas o gênero não lhe teria proporcionado os efeitos desejados no caso.³⁹

³⁹ MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. **A Província do Pará**, 27 maio 1984, 2º caderno, p. 13.

Outro crítico que assegurou que Marques de Carvalho apresenta uma desenvoltura mais consistente em relação à escrita de contos foi Paulo Maués Corrêa. O autor defende que os contos do escritor paraense oitocentista, quando comparados ao romance *Hortência*, causaram-lhe uma grande surpresa, pois lhe revelaram uma narrativa mais livre e vigorosa.

Em se tratando da produção ficcional, Marques de Carvalho sempre é lembrado por seu romance *Hortência* (1888), que pontua uma mudança de foco na produção romanesca paraense, pois se trata do primeiro romance que expõe centralmente a capital, Belém [...]
Porém, embora o romance me agrade, tenho minhas restrições em relação a ele, por lhe ser muito demarcada a feição caricaturalmente naturalista. Por conta de tal ressalva, voltei-me para os contos do autor, o que se configurou como uma grata surpresa, pois neles encontrei uma narrativa mais livre e vigorosa.⁴⁰

Diferentemente dos outros dois livros de contos, *Entre Ninfêias*, obra escrita por Marques de Carvalho em homenagem a sua esposa (Teresa de Carvalho), foi editado em Buenos Aires, em 1896, no período em que o escritor paraense estava atuando em sua carreira diplomática. Outro aspecto que nesse livro difere dos anteriormente citados é o fato de que Marques de Carvalho não se preocupou em delimitar o gênero dos textos que nele reuniu. Acreditamos, contudo, que esses textos assemelham-se a pequenas crônicas. Essa obra foi dividida em duas partes: Subjetivismo e Objetivismo. Na primeira parte, foram publicados seis textos:

O isolamento (dedicado a Coelho Neto);
Gaivotas;
O naufrágio do Purus (a H. Inglês de Sousa);
Brinde a minha filha;
O cemitério da floresta;
Um aniversário (à memória de sua irmã e a seu irmão).

Na segunda parte, por sua vez, foram publicados cinco textos:

A pesca do Deodato (ao senhor J. T. Lobato de Castro);

⁴⁰ CORRÊA, Paulo Maués. Leitura mítico-simbólica d'*O banho de tapuia*, de Marques de Carvalho. In: CORRÊA, Paulo Maués; FERNANDES, José Guilherme dos Santos (Organizadores). **Estudos de literatura da Amazônia**: Prosadores paraenses. Belém: Paka-Taku/EDUFPA, 2007, p. 36.

Mater dolorosa (a Belarmino Carneiro);
Iaras paraenses;
Uma história de amor;
A filha do pajé (a Martin Garcia Mérou).

O livro *A carteira de um diplomata*, por sua vez, foi publicado em 1899 no Rio de Janeiro e narra uma parte da vida de Marques de Carvalho que suscitou algumas polêmicas e obteve uma grande repercussão. Quando Justo Leite Chermont assumiu, em 1891, o Ministério das Relações Exteriores, Marques de Carvalho iniciou sua carreira diplomática como cônsul brasileiro em Georgetown (Guiana). Em 1892, foi transferido para Assunção (Paraguai) como 2.º secretário de legação. Em 1894, mudou-se para Montevidéu (Uruguai) para assumir o cargo de 1.º secretário de legação. No ano seguinte, em 1895, foi deslocado para Buenos Aires (Argentina) como encarregado dos negócios. Em 1896, por sua vez, foi demitido de suas funções diplomáticas por interferência do ministro Fernando Abbott, que o acusou pelos crimes de peculato e estelionato. No ano 1897, saiu de Belém para o Rio de Janeiro para defender-se da acusação que lhe fora imputada e ficou preso no quartel da Brigada Policial. No dia 14 de dezembro de 1897, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crime de peculato, mas recorreu da sentença e foi absolvido em 1899. Nesse mesmo ano, ainda no Rio de Janeiro, publicou a primeira parte do livro *A carteira de um diplomata*, obra de cunho autobiográfico, na qual narra episódios de sua carreira diplomática e defende-se das acusações que recebeu de Fernando Abbott. Já a segunda parte do livro não chegou a ser lançada.

Além de publicar uma grande parte de sua produção ficcional em livros, Marques de Carvalho também divulgou um número considerável de textos na imprensa periódica belenense oitocentista, de tal modo que a maior parte desses escritos não pode ser encontrada em nenhum outro suporte que não sejam as páginas de algumas folhas jornalísticas que circularam por Belém nas duas últimas décadas do século XIX.

Marques de Carvalho dedicou grande parte de sua vida ao jornalismo. Não apenas foi colaborador de alguns periódicos que fizeram parte da constituição da história da imprensa jornalística belenense, entre os quais destacamos *A Província do Pará*, *A República* e o *Diário de Belém*, como também foi, ao lado de outros escritores conterrâneos, como os irmãos Paulino de Brito e Heliodoro de Brito, fundador de alguns periódicos de pequeno porte e vida efêmera, entre os quais mencionamos *A Arena* e o *Comércio do Pará*. Aliando sua carreira de

jornalista à de escritor, soube se aproveitar de um espaço muito específico dos jornais muito utilizado por alguns escritores estrangeiros e nacionais para divulgação de parte de sua prosa de ficção. Esse espaço era conhecido como a coluna *Folhetim*⁴¹. Além do rodapé da página, Marques de Carvalho publicou textos de sua autoria também em outras seções semelhantes, como *Parte Literária*, *Varietade* e *Ciências, Letras e Artes*.



Figuras 1 e 2: fotos dos jornais *Diário de Belém* (à esquerda) e *A República* (à direita).
Fonte: memoria.bn.br

⁴¹ A coluna *Folhetim* foi uma seção específica e recorrente na maioria dos jornais de quase todo século XIX e do início do século XX. Em razão do sucesso que fez entre os leitores oitocentistas, tanto na Europa quanto na América Latina, teve um período de rápida ascensão e de auge, mas apresentou no final do século XIX também um acelerado declínio até chegar ao total desaparecimento. Originária da imprensa jornalística francesa oitocentista, essa coluna tinha uma especificidade em relação às outras: localizava-se, precisamente, no rodapé – no rés-do-chão (*rez-de-chaussée*); na base ou no pé – das primeiras páginas dos jornais, sendo separada das demais por uma linha horizontal. Esse espaço era dedicado à publicação de vários sortimentos de textos considerados frívolos: artigos de crítica; crônicas; charadas; poemas; comentários sobre acontecimentos mundanos; piadas; receitas de beleza e de cozinha; boletins de moda; resenhas de teatro, de literatura e de artes plásticas; além de outros assuntos facilmente associados ao entretenimento. Como se tratava, portanto, de um espaço reservado às miscelâneas, onde praticamente qualquer espécie de texto tinha a possibilidade de ser publicada, a coluna *Folhetim*, rotulada por Martins Pena como “sarrabulho litero-jornalístico”, tornou-se, nas primeiras décadas do século XIX, sinônimo de variedades. Cf. MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

No jornal *Diário de Belém*, primeiro periódico do qual foi colaborador, Marques de Carvalho publicou na coluna *Varietade*, em 22 fascículos, sempre localizado à terceira página, entre os dias 17 de novembro de 1883 e 8 de março de 1884, o romance “Ângela”, dedicado a Bertino Miranda. Em razão da ausência de muitos números desse periódico, essa narrativa encontra-se incompleta. Na seção *Parte Literária* desse mesmo jornal, ocupando quase totalmente a primeira página, o escritor paraense também lançou, no dia 2 de fevereiro de 1889, em um único fascículo, o conto “O preço das pazes”, dedicado a J. A. Pinto Barbosa. Ainda no jornal *Diário de Belém*, publicou, nos dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 1885, em quatro fascículos, sempre à segunda página, o ensaio crítico “Paulino de Brito”, no qual Marques de Carvalho se propõe a analisar, de modo geral, a produção poética e ficcional de seu conterrâneo e amigo Paulino de Brito, incluindo em sua apreciação crítica, por exemplo, o romance “O homem das serenatas”, divulgado primeiramente na coluna *Folhetim* do jornal *Diário de Belém*, entre 1º de janeiro e 5 de março de 1882, em 18 fascículos, e depois em livro, conforme afirma o próprio escritor paraense.

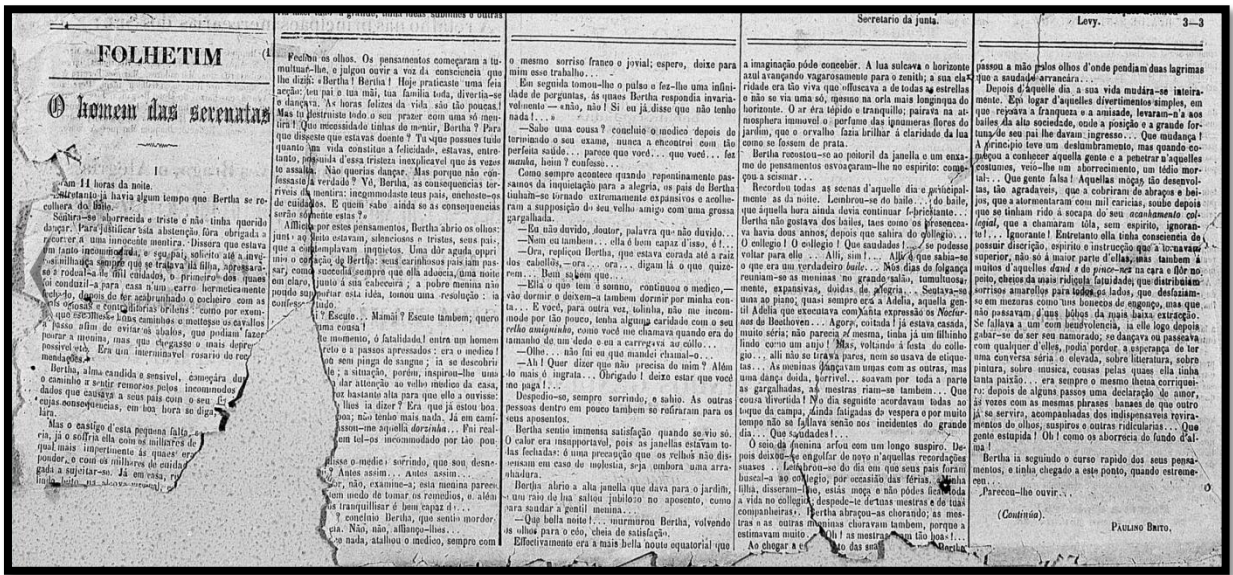


Figura 3: foto do primeiro fascículo do romance “O homem das serenatas”, de Paulino de Brito, publicado na coluna *Folhetim* o jornal *Diário de Belém*, no dia 1º de janeiro de 1882, p. 3.

Fonte: memoria.bn.br

Na coluna *Folhetim* do jornal *A República*, Marques de Carvalho divulgou, entre os dias 18 de janeiro e 20 de fevereiro de 1887, em 23 fascículos, sempre localizado à terceira página, mais um texto ficcional, o romance “O pajé”, cuja publicação foi interrompida subitamente em sua vigésima aparição, sem nenhuma explicação prévia por parte dos redatores ou do próprio autor. O que mais rapidamente chama a atenção para essa narrativa é

a presença logo abaixo do título do epíteto “romance naturalista”, como podemos observar na imagem a seguir:

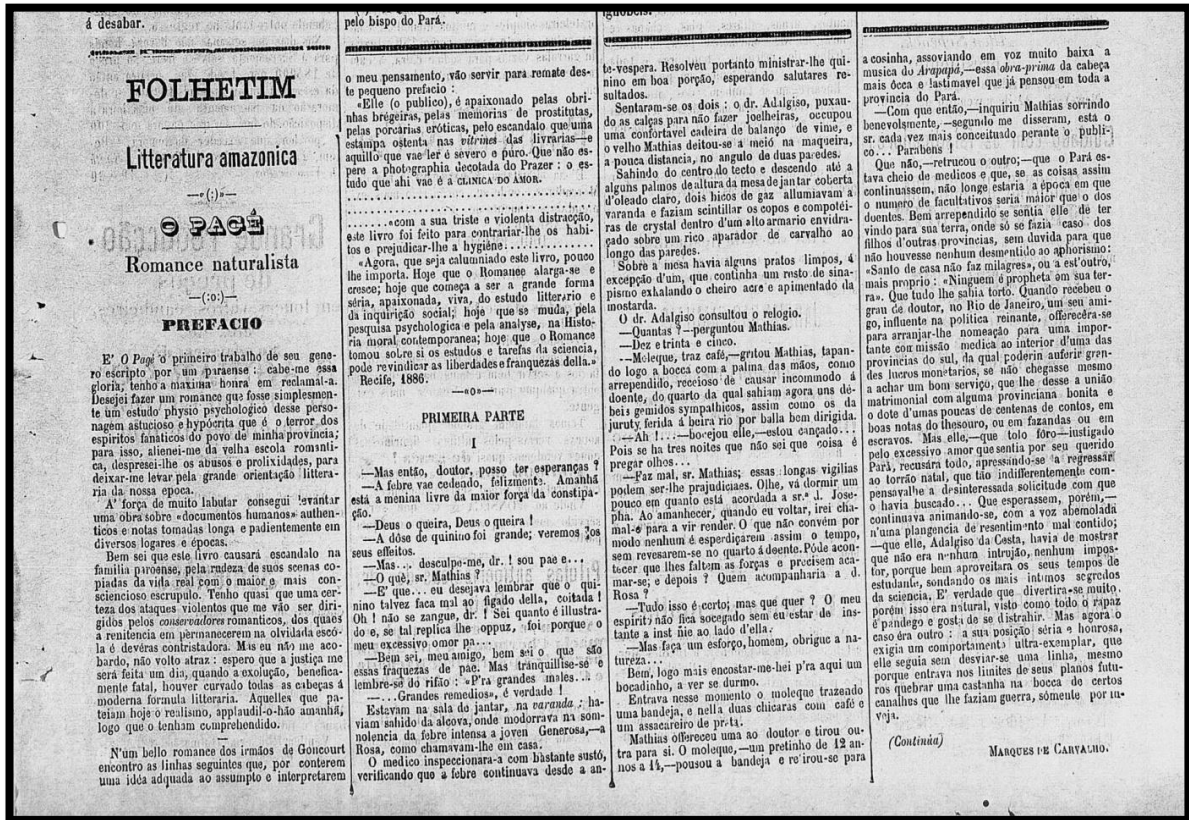
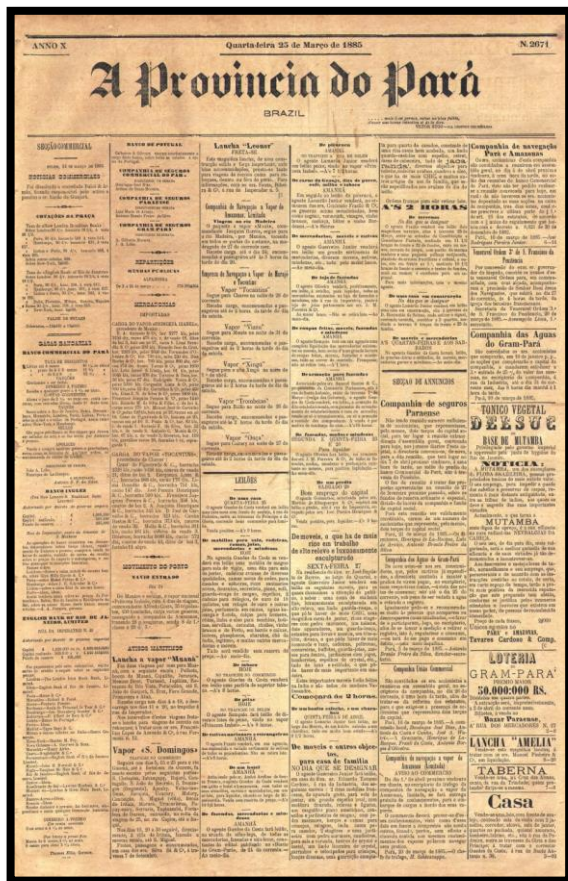


Figura 4: foto do primeiro fascículo do romance “O pajé”, de Marques de Carvalho, publicado na coluna Folhetim o jornal A República, no dia 18 de janeiro de 1887, p. 3.

Fonte: memoria.bn.br

No periódico literário *A Arena*, destinado apenas à publicação de textos assinados por autores paraenses, Marques de Carvalho publicou os contos “Ao soprar da vela”, divulgado nos dias 17 de abril e 1º de maio de 1887, em dois fascículos; “História incongruente”, lançado no dia 22 de maio de 1887, em um único fascículo; e “A medalha do soldado”, publicado no dia 9 de junho de 1887. Este último não se encontra na íntegra, pois sua continuação, anunciada para a semana seguinte, não foi localizada. Além dos contos, o escritor paraense ainda divulgou no periódico *A Arena*, em dois fascículos, o ensaio crítico intitulado “Da crítica literária”, lançado nos dias 9 e 19 de junho de 1887. Nesse texto, debate questões relacionadas aos trabalhos de crítica literária publicados no estado do Pará, à produção literária assinada por escritores paraenses e ao Naturalismo, movimento estético-literário ao qual se vinculou e defendeu energicamente.



Figuras 5 e 6: fotos dos jornais *A Província do Pará* (à esquerda) e *A Arena* (à direita).
 Fonte: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN).

No jornal *A Província do Pará*, o número de textos ficcionais de autoria de Marques de Carvalho é ainda maior. Apenas no ano de 1885, na coluna *Folhetim*, o escritor paraense publicou os contos “A Cereja” (lançado entre os dias 15 e 23 de agosto de 1885, em sete fascículos), “A comédia do amor” (divulgado entre os dias 6 e 15 de setembro de 1885, em seis fascículos) e “Que bom marido!...”⁴² (publicado no dia 25 de dezembro de 1885, em um único fascículo). Lançado ainda no mesmo jornal e na mesma coluna, o conto “A gruta do amor”, por sua vez, teve apenas sua parte final publicada no dia 1º de setembro de 1885.

⁴² Segundo José Eustáquio de Azevedo, o conto “Que bom marido!”, em particular, apresenta uma trajetória de publicação interessante. Marques de Carvalho iniciou sua carreira jornalística, em 1884, no jornal *Diário de Belém*. Em dezembro de 1885, rompeu seus laços com esse periódico, que se recusou a publicar o conto em questão, declarando-o imoral e impubescível. No dia 25 de dezembro de 1885, o escritor paraense o divulgou na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará* e o reproduziu posteriormente, em 1889, no livro *Contos Paraenses*. A trajetória de publicação do conto “Que bom marido!”, narrada por Eustáquio de Azevedo, no entanto, parece não ter muito fundamento por duas razões. Primeiramente, porque o conto não apresenta cenas licenciosas nem censuráveis para ser acusado de imoralidade; em segundo lugar, porque Marques de Carvalho, após o suposto conflito, continuou a contribuir para o jornal *Diário de Belém* com poemas, artigos jornalísticos e tradução de textos. Cf. AZEVEDO, José Eustáquio de. *Antologia Amazônica*. Belém: Livraria Carioca Editora, 1918.

Além desses contos, Marques de Carvalho publicou ainda na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará* as lendas “A fada malévola” e “A rocha do desespero”, divulgadas, respectivamente, nos dias 4 e 14 de junho de 1885, todas em apenas um único fascículo. Já o romance “A leviana: história de um coração”, cuja publicação em série foi interrompida subitamente, foi divulgado entre os dias 25 de março e 4 de agosto de 1885, em trinta e oito fascículos, também no rodapé da página.

Marques de Carvalho ainda divulgou na seção *Ciências, Letras e Artes* o conto “Ao despertar”, em um único fascículo, no dia 6 de fevereiro de 1887. No dia 19 de maio 1889, publicou na coluna *Folhetim* o conto “No baile do comendador” e, no dia 26 de maio do mesmo ano, a crônica “Gaivotas”, também na mesma seção. Um ano depois, no dia 6 de novembro de 1890, lançou no corpo do jornal *A Província do Pará* o conto “Posições”, que apresenta a seguinte dedicatória irônica.

Ao corajoso moralista da travessa do Passinho, que censura, na rua pública, a independente franqueza dos meus contos.⁴³

Muito mais tarde, no dia 25 de dezembro de 1897, fora de uma seção específica, o autor paraense divulgou também o conto “Conto de Natal”. No dia 27 de janeiro de 1898, publicou o conto “Um como tantos” e, no dia 10 de fevereiro do mesmo ano, a crônica “Colisões”, ambos os textos divulgados na coluna *Folhetim*. No dia 14 de novembro e 25 de dezembro de 1899, respectivamente, lançou no corpo do jornal *A Província do Pará* os contos “O fim do mundo” e “A neta da cabocla de Ourém”.

Ao todo, somam-se vinte e dois textos em prosa de ficção de autoria de Marques de Carvalho, entre romances, lendas, crônicas e, sobretudo, contos, dispersos em periódicos belenenses oitocentistas. Alguns dos contos já foram relançados em livros, organizados pelo próprio escritor paraense. Na obra *Contos paraenses* (1889), foram reunidas as narrativas: “Que bom marido!...”, “Ao despertar”, “O preço das pazes”, “História incongruente” e “No baile do comendador”. No livro *Contos do Norte* (1900), por sua vez, foram relançados os textos: “Conto de Natal”, “A neta da cabocla de Ourém” e “Um como tantos”. Finalmente, na obra *Entre as ninfeias* (1896), há a republicação da crônica “Gaivotas”. Esses livros, entretanto, não são reeditados há mais de um século e, por essa razão, são considerados raros e podem ser encontrados apenas em determinadas bibliotecas públicas, como no setor de

⁴³ CARVALHO, Marques de. Posições. *A Província do Pará*, Belém, 06 nov. 1890, p. 1.

Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna⁴⁴ e na Sala Vicente Salles⁴⁵ ou talvez em acervos de colecionadores.

Na tabela abaixo, podemos observar melhor os dados referentes à publicação dos textos assinados por Marques de Carvalho em periódicos belenenses oitocentistas, como o título da obra, o ano de publicação, o gênero textual, o número de fascículos, o título da folha periódica e da coluna do jornal onde o texto foi localizado. Além disso, especificamos a condição na qual a obra foi encontrada, se completa ou incompleta.

Título	Ano	Jornal	Coluna	Gênero	Fascículos	Condição
Ângela	1883- 1884	Diário de Belém	Variedade	Romance	22	Incompleto
Paulino de Brito	1885	Diário de Belém	Letras e Artes	Ensaio crítico	04	Completo
A leviana: história de um coração	1885	A Província do Pará	Folhetim	Romance	38	Incompleto
A Cereja	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	07	Completo
A gruta do amor	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Incompleto
A comédia do amor	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	06	Completo

⁴⁴ O setor de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna está localizado na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, em Belém, capital do estado do Pará.

⁴⁵ A Sala Vicente Salles encontra-se instalada no Museu da Universidade Federal do Pará (UFPA), a primeira instituição federal voltada para a preservação e difusão das artes visuais na Amazônia.

Que bom marido!...	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo
A fada malévola	1885	A Província do Pará	Folhetim	Lenda	01	Completo
A rocha do desespero	1885	A Província do Pará	Folhetim	Lenda	01	Completo
O pajé	1887	A República	Folhetim	Romance	23	Incompleto
Ao soprar a vela	1887	A Arena	***	Conto	02	Completo
História incongruente	1887	A Arena	***	Conto	01	Completo
A medalha do soldado	1887	A Arena	***	Conto	01	Incompleto
Da crítica literária	1887	A Arena	***	Ensaio crítico	02	Completo
Ao despertar	1887	A Província do Pará	Ciências, Letras e Artes	Conto	01	Completo
No baile do comendador	1889	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo

Gaiivotas	1889	A Província do Pará	Folhetim	Crônica	01	Completo
Posições	1890	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
O preço das pazes	1887	Diário de Belém	Parte Literária	Conto	01	Completo
Conto de Natal	1897	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo
Um como tantos	1898	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
Colisões	1898	A Província do Pará	Folhetim	Crônica	01	Completo
O fim do mundo	1899	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
A neta da cabocla de Ourém	1899	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo

Tabela 5: relação de todos os textos publicados por Marques de Carvalho em periódicos belenenses oitocentistas (1880-1900)

A partir dos inúmeros títulos de textos em prosa de ficção assinados por Marques de Carvalho e publicados na imprensa periódica local, é possível observarmos que o autor paraense apresenta uma vasta produção ficcional dispersa em jornais belenenses oitocentistas. No gráfico abaixo, podemos notar que ele, em relação aos outros autores da região amazônica, é o escritor que, sem sombra de dúvida, mais divulgou textos em prosa de ficção nas duas

últimas décadas do século XIX no jornal *A Província do Pará*, assim como é possível percebermos no gráfico abaixo⁴⁶.

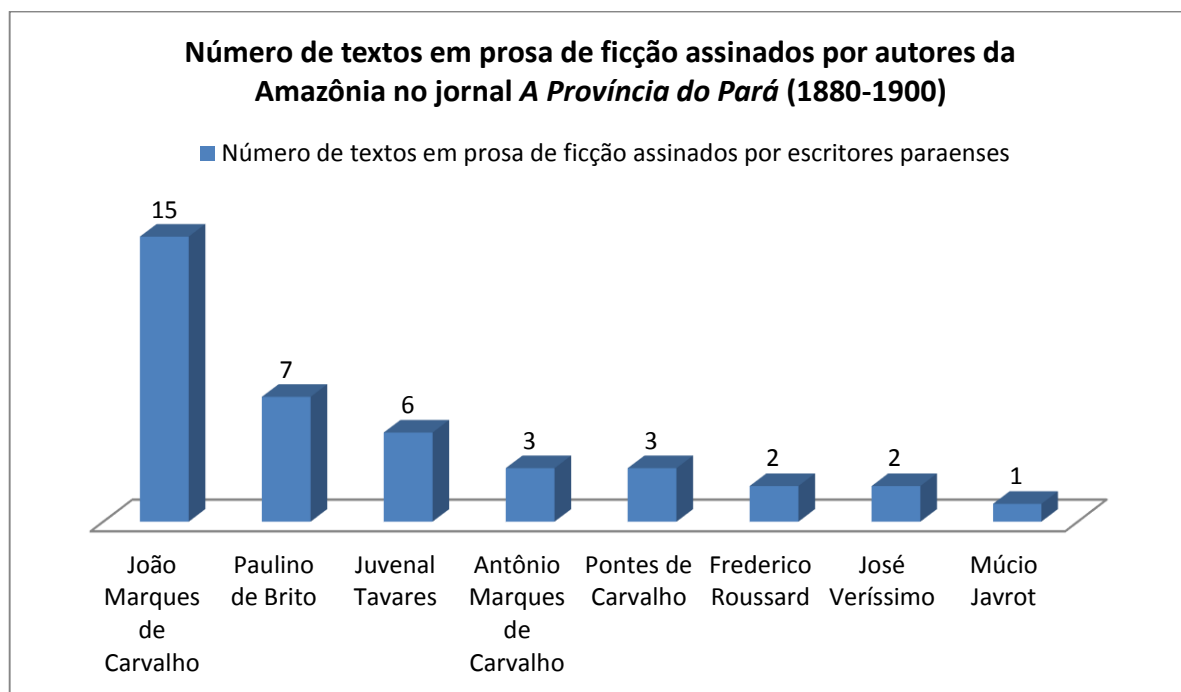


Gráfico 1: número de textos em prosa de ficção assinados por autores da região amazônica no jornal *A Província do Pará* (1880-1900).

Enquanto foram encontradas na imprensa local, em média, entre três e cinco narrativas ficcionais assinadas por outros escritores da região Norte, como Paulino de Brito, Juvenal Tavares, Pontes de Carvalho e José Veríssimo, foram localizados, considerando-se apenas o jornal *A Província do Pará*, quinze textos cuja autoria é atribuída a João Marques de Carvalho, entre romances, lendas, crônicas e, sobretudo, contos.

Observando a trajetória literária desse autor paraense, é possível afirmarmos que ele foi um escritor muito atuante em seu tempo, não apenas porque possui uma vasta produção ficcional, como também porque se preocupava com o desenvolvimento da literatura na região amazônica e com a pouca importância destinada aos autores locais no âmbito literário nacional. É por essa razão que foi um dos idealizadores de duas agremiações literárias na capital do estado do Pará: a Mina Literária e a Academia Paraense de Letras.

A Mina Literária foi uma associação formada por homens de letras, fundada no estado do Pará, com o intuito de desenvolver a literatura em todo o território amazônico. Foi

⁴⁶ O gráfico foi elaborado a partir da pesquisa realizada pela aluna de Iniciação Científica Sara Vasconcelos Ferreira, que catalogou todos os textos em prosa de ficção localizados no jornal *A Província do Pará* nas duas últimas décadas do século XIX (1880-1900).

inaugurada no dia 1.º de janeiro de 1895, no salão do Theatro da Paz. Além de Marques de Carvalho, faziam parte dessa associação José Eustáquio de Azevedo, Antônio Marques de Carvalho, Paulino de Brito, Juvenal Tavares e Frederico Rhossard, para citar apenas alguns entre os mais de cinquenta associados.⁴⁷

Depois de ter sido extinta a Mina Literária, a Academia Paraense de Letras, por sua vez, foi idealizada por João Marques de Carvalho, Antônio Marques de Carvalho, Paulino de Almeida Brito e Candido Costa Maia Filho. Numa reunião presidida por Marques de Carvalho, foi inaugurada no dia 24 de janeiro de 1900, na sede do Clube Euterpe, em Belém, onde foi eleita uma diretoria provisória e foram escolhidos os trinta primeiros membros.⁴⁸ Porém, esse primeiro esforço de implantar uma academia de letras no Pará não teve êxito. Esse projeto só veio a vigorar, de fato, treze anos depois, quando o poeta José da Rocha Moreira e o estudante de direito na época Martinho Pinto tomaram a iniciativa de fundar uma associação que reunisse diversos homens de letras que se identificassem com o estado e que se contrapusessem à situação marginal de que gozavam os escritores locais em âmbito nacional.⁴⁹

Tão grande era seu desejo de fundar uma academia de letras no estado do Pará que Marques de Carvalho menciona a necessidade de instituí-la na segunda parte do prefácio do romance “A leviana: história de um coração”, publicado no dia 27 de março de 1885, na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, onde explica como tomou conhecimento da história que apresentará nos fascículos seguintes a seus leitores.

Falamos das nossas composições literárias, do desenvolvimento que a literatura tem obtido ultimamente na Amazônia e no Brasil, da nenhuma importância que se liga aos poucos talentos que desejam frutificar em nossa terra, da necessidade de uma academia no Pará e de uma universidade na Corte do Império, etc., etc...⁵⁰

Marques de Carvalho, portanto, foi um escritor que se aventurou por diversos gêneros literários, como o romance, o conto, o teatro e a poesia, divulgados tanto em livro quanto em jornal. Ao lado de outros intelectuais das letras na Amazônia, como Paulino de Brito, Pontes de Carvalho, Frederico Rhossard, Juvenal Tavares, Múcio Javrot, Heliodoro de Brito e seu

⁴⁷ Cf. AZEVEDO, José, Eustáquio de. **Literatura paraense**. 3. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ CARVALHO, Marques de. A leviana: história de um coração. **A Província do Pará**, Folhetim, Belém, 27 mar. 1885, p. 2.

irmão Antônio Marques de Carvalho, o escritor paraense empenhou-se em criar agremiações para promover o desenvolvimento da literatura na região amazônica. Além disso, foi severamente censurado por críticos literários de seu tempo e defendeu-se das acusações que lhe foram destinadas nos prefácios de suas obras e em artigos jornalísticos, levantando impetuosamente a bandeira do Naturalismo no Brasil.

CAPÍTULO 2 MARQUES DE CARVALHO: O CRÍTICO E O ROMANCISTA NATURALISTA

Quando leio um romance, condeno-o se me parece faltar senso do real ao autor. Quer ele esteja num fosso ou nas estrelas, embaixo ou em cima, é-me igualmente indiferente. A verdade tem um som sobre o qual estimo que não nos poderíamos enganar. As frases, os parágrafos, as páginas, o livro inteiro devem soar a verdade. Dir-se-á que são necessários ouvidos delicados. São necessários ouvidos justos, nada mais. E o próprio público, que não poderia pretender uma grande delicadeza de sentidos, compreende, todavia, muito bem as obras que soam a verdade.

(Émile Zola)

De modo geral, o Naturalismo no Brasil, desde suas primeiras manifestações no final do século XIX, tem sido instituído pela crítica literária a um lugar periférico no âmbito da História da Literatura Brasileira.⁵¹ Foram várias as acusações destinadas aos romances naturalistas, cujo julgamento, quase sempre desfavorável, partiu da pena de críticos atualmente consagrados, como Sílvio Romero (1851-1914), José Veríssimo (1857-1916), Araripe Júnior (1848-1911), Lúcia Miguel Pereira (1901-1959) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999).⁵²

Partindo do conceito do termo “naturalismo”, Sílvio Romero afirma que

Esta palavra [*naturalismo*] exprime mais nitidamente a feição geral da literatura contemporânea do que o termo *realismo*. Este não é a antítese do sistema clássico, ou do romântico. [...] Realismo é o oposto de idealismo. Naturalismo é o contrário da intuição fantasista, do romanticismo aéreo, mórbido, inconsistente, histórico.⁵³

⁵¹ MENDES, Leonardo. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, p. 189-207, 2008.

⁵² Cf. ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro. In: BOSI, Alfredo (Organizador). **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: Prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

⁵³ ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 83.

Para Romero, podemos perceber que a palavra “naturalismo” foi utilizada mais para marcar uma diferença e uma oposição frente ao Romantismo. Desse modo, quaisquer “sistemas literários” que tenham como objetivo contrapor-se ao movimento romântico, por mais que se diversifiquem em alguns pontos acessórios, podem muito bem ser abrigados sob o termo “naturalismo”.

Do mesmo modo que Sílvio Romero, José Veríssimo afirma que o termo “naturalismo” não tem um significado preciso, que não suscite algumas questões e inúmeros debates. Nas duas últimas décadas do século XIX, esse termo passou a ser empregado pelos escritores e críticos literários mais para estabelecer uma contraposição ao Romantismo do que necessariamente para preconizar uma nova forma de conceber e fazer literatura, de tal modo que podemos afirmar, portanto, que o Naturalismo foi defendido mais para ser instituído como um movimento anti- e pós-romântico.

Não nos consta, neste obscuro cantinho do Brasil, que no mundo literário tenha ficado assentado, de modo a não admitir dúvidas nem discussões, o que seja o naturalismo. Não quero dizer que aqui confundamos o naturalismo com o romantismo, por exemplo. Sabemos que como este, ele é um produto natural da evolução das formas literárias e que assim como o romantismo foi uma reação contra o classicismo, assim o naturalismo foi uma reação contra o romantismo.⁵⁴

Se considerarmos a recepção dos romances naturalistas brasileiros, perceberemos que os críticos literários não foram, de modo geral, favoráveis a essas obras. Sílvio Romero, por exemplo, destaca que o Naturalismo não obteve êxito no Brasil, pois aos adeptos desse movimento estético-literário não cabe o mérito da fundação da doutrina e a imitação do modelo estrangeiro não foi feita de maneira habilidosa.

Ao passo que o naturalismo, especialmente na ramificação empírica, só tem contado até aqui, na poesia, no romance e no drama, uns paspalhões mínimos de fazer dó. A glória da invenção da doutrina não lhes pertence; é do estrangeiro; cabe-lhes apenas a gloriola da imitação e esta mesma tão desjeitosa, tão inábil, tão mesquinha que compunge.⁵⁵

⁵⁴ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 181.

⁵⁵ ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 99.

Outro aspecto da crítica de Sílvio Romero está relacionado ao fato de que os escritores no Brasil prenderam-se única e exclusivamente ao Naturalismo de Émile Zola (1840-1902), criado a partir de uma leitura equivocada da obra *Introdução ao estudo da fisiologia experimental*, de Claude Bernard. É por essa razão que o crítico ressentia-se pela ausência de uma doutrina naturalista mais promissora, mais frutífera e mais ampla.

Tenho medo que me atirem pedras, quero dizer decomposturas, mas já agora é preciso ser sincero e dizer toda a verdade. O *naturalismo* de Zola, especialmente como o entendem no Brasil, não é a última palavra em literatura. Ao lado desse naturalismo, que se pode chamar a sistematização do mal, há um naturalismo mais vasto, mais correto, mais exato, mais humano e mais científico.⁵⁶

José Veríssimo, por sua vez, defende que o Naturalismo no Brasil foi importado da França e implantado no país sem nenhuma modificação que lhe outorgasse uma particularidade que lhe afiançasse uma legitimidade brasileira. Nesse sentido, o Naturalismo é desqualificado por Veríssimo, pois não apenas se manteve alheio a outras formas de Naturalismo, como também não passou de uma imitação única e exclusiva do modelo naturalista francês.

O nosso naturalismo, que foi uma das resultantes do modernismo, nada inovou ou sequer modificou no naturalismo francês seu protótipo. Ao naturalismo inglês, anterior a este, e ao mesmo tempo tão sóbrio e distinto, ficou de todo alheio.⁵⁷

Veríssimo afirma ainda que o Naturalismo no Brasil não se remete necessariamente ao modelo francês como um todo, mas para ser mais específico à figura de um único escritor adepto do movimento – Émile Zola, cuja maior visibilidade deve-se, sobretudo, à repercussão de seus textos na imprensa jornalística no século XIX, não apenas na França, como também no Brasil.⁵⁸ Veríssimo enfatiza, portanto, que o Naturalismo, ao contrário do modo como foi

⁵⁶ ROMERO, Sílvio. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 115.

⁵⁷ VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). São Paulo: Letras & Letras, 1998, p. 348.

⁵⁸ Na imprensa periódica francesa oitocentista, era muito comum encontrar textos assinados por Émile Zola, pois o escritor “costumava bombardear a imprensa com artigos em defesa dos jovens amigos (escritores e pintores), na tentativa de fortalecer as novas propostas estéticas contra os ataques da crítica” (CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Organizadores). **Crítica e movimentos do campo literário**: Configurações discursivas do campo literário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 109-110). Já na imprensa jornalística no Brasil durante o século XIX, textos e fragmentos das obras de Zola foram reproduzidos não apenas no Rio de Janeiro, como também em outras províncias, como a do Grão-Pará.

pensado no Brasil, não foi representado apenas por Émile Zola, mas também por outros escritores, como os irmãos Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870) de Goncourt, Guy de Maupassant (1850-1893) e Jons-Karl Huysmans (1848-1907).

Zola, porém, não é o naturalismo, nem o naturalismo é Zola. É um erro fatal da crítica literária – erro cuja insistente repetição se justifica talvez pela falta de orientação científica que a tem dirigido – atribuir movimentos artísticos consideráveis a um só homem. Até bem pouco tempo, entre nós ao menos, o romantismo era Victor Hugo e Victor Hugo era o romantismo. E o que é singular é que Zola [...] sempre protestou contra a tendência de fazerem-no chefe ou porta-bandeira da nova escola, da qual, como ele bem via, e é a verdade, não podia ser senão um sectário, embora eminentíssimo.⁵⁹

Além de denunciar a obsessão dos escritores brasileiros pelo Naturalismo de Zola, José Veríssimo critica o caráter torpe ou pornográfico dos romances naturalistas no Brasil, responsáveis pela banalização da arte, pela linguagem considerada pouco literária e pela descrição minuciosa das cenas mais vulgares.

O principal demérito do naturalismo da receita zolista, já, sem nenhum ingrediente novo, aviada em Portugal por Eça de Queiroz e agora no Brasil por Aluísio de Azevedo, era a vulgaridade da arte que em si mesmo trazia. Os seus assuntos prediletos, o seu objeto, os seus temas, os seus processos, a sua estética, tudo nele estava ao alcance de toda a gente, que se deliciava com se dar ares de entender literatura discutindo livros que traziam todas as vulgaridades da vida ordinária e se lhe compraziam na descrição minudenciosa.⁶⁰

Em meio a tantas críticas, como as de Sílvio Romero e José Veríssimo, os escritores naturalistas, em geral, se utilizavam de alguns suportes para materializar um discurso em defesa do movimento ao qual se vincularam, como os jornais e os prefácios de suas próprias obras. Muitas vezes, esses escritores recorreram à autoridade de Émile Zola para legitimarem o próprio discurso.

Júlio Ribeiro, por exemplo, escreveu o prólogo de seu romance *A Carne*, publicado pela primeira vez em 1888, em forma epistolar e em língua francesa. Como toda carta é endereçada a alguém (o destinatário), o romancista foi audacioso ao destiná-la a ninguém menos que o próprio Émile Zola. Nesse pequeno preâmbulo, Júlio Ribeiro afirma que os

⁵⁹ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 192.

⁶⁰ _____. **História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. São Paulo: Letras & Letras, 1998, p. 350.

escritores adeptos do Naturalismo no Brasil não pretendem imitar os passos do escritor francês, visto que o que sentem, na verdade, por Zola é apenas admiração.

Eu não sou temerário, eu não tenho a pretensão de seguir seus passos. Nós não pretendemos seguir seus passos para escrever um pobre estudo por pouco que seja naturalista. Nós não o imitamos, nós o admiramos.⁶¹

Outro romancista brasileiro que requisitou a autoridade de Zola foi Adolfo Caminha. Em suas *Cartas Literárias*, publicadas pela primeira vez em 1895, o romancista, em carta destinada ao redator do jornal *Gazeta de Notícias*, requisitou a autoridade do escritor francês para defender o romance *A Normalista*, publicado pela primeira vez em 1893, da acusação de apresentar cenas libidinosas.

Sou contra a libidinagem literária e não perdoaria nunca o escritor que me viesse, por amor do escândalo, descrever cenas imorais, episódios eróticos a título de naturalismo.

Mas, vamos: é preciso não confundir a verdade flagrante e necessária, reproduzida naturalmente, sem intuítos dissolventes, com a patifaria rasa, que dói nos ouvidos e faz saltar o sangue à face da burguesia.

Zola, por maior que seja o número de seus inimigos, não é um romancista imoral.⁶²

Opondo-se completamente a Sílvio Romero e José Veríssimo, Araripe Júnior, por sua vez, rebate a acusação de que o Naturalismo brasileiro é uma mera cópia da doutrina zolista.⁶³ Para realizar tal feito, o crítico parte de dois fenômenos: o da obnubilação (esquecimento) e o da aclimatação (adaptação). Tomando, portanto, como base esses dois fenômenos, Araripe Júnior assegura que o Naturalismo europeu (o correto), ao ser importado para o Brasil e ao se encontrar distante de seu lugar de origem, não poderia jamais permanecer o mesmo, pois em solo brasileiro encontraria um país e uma sociedade diferentes e, por essa razão, transformar-se-ia inevitavelmente em outro Naturalismo (o errado). Para o crítico, entretanto, a incorreção, nessas condições, converte-se em qualidade. Desse modo, escritores como Aluísio de Azevedo, por exemplo, souberam adaptar satisfatoriamente para suas obras o Naturalismo europeu ao estilo tropical e ao exotismo do Brasil e da sociedade brasileira.

⁶¹ RIBEIRO, Júlio. **A Carne**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972, p. 21, tradução nossa. No original: “Je ne suis pas téméraire, je n'ai pas la prétention de suivre vos traces; ce n'est pas prétendre suivre vos traces que d'écrire une pauvre étude tant soit peu naturaliste. On ne vous imite pas, on vous admire”.

⁶² CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro, 1895, p. 81-82, grifo nosso.

⁶³ Cf. ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*. In: BOSI, Alfredo (Organizador). **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

Emigrando para o Brasil, o naturalismo não podia deixar de passar por uma modificação profunda.

Zola, neste clima, diante desta natureza, teria de quebrar muitos dos seus aparelhos para adaptar-se ao sentimento do real, aqui. O fato é intuitivo, e eu direi por quê. A concepção do mestre, os seus métodos de expectação, os seus processos experimentalistas, tiveram em vista uma sociedade decadente, de natural tristonha, que decresce, míngua dentro das próprias riquezas, perante sua antiguidade, cansada, exausta, senão condenada a perecer. No Brasil, o espetáculo seria muito outro, – o de uma sociedade que nasce, que cresce, que se aparelha, como a criança, para a luta. Ora, nada mais natural do que uma inversão nos instrumentos. Um cadáver não se observa do mesmo modo que um ser que ofega de vigor.⁶⁴

Percebemos, portanto, que, no final do século XIX, havia um debate efervescente acerca do mais novo movimento literário anti- e pós-romântico. De um lado, havia os defensores, os próprios romancistas, que se esforçavam para defender e promover o Naturalismo no Brasil. Do outro, havia os detratores, os críticos literários, que não desculpavam as obscenidades e a linguagem considerada inadequada nas obras de cunho naturalista.

Apesar de ter sido rechaçado pela crítica tradicionalista, o Naturalismo foi um período de intensa produção literária. Vários romances pertencentes a esse modelo estético foram escritos, muitos romancistas adotaram e defenderam o movimento naturalista no Brasil e alguns leitores consumiram e continuam consumindo as obras produzidas por esses escritores. Prova disso é que até hoje romances referentes a esse modelo estético são reeditados, como *O Cortiço*, *Casa de Pensão* e *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, *A Normalista* e *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, e *O Missionário*, de Inglês de Sousa.

Não apenas para defender, como também para detratar o Naturalismo no Brasil, o nome de Émile Zola é muito recorrente nos textos tanto dos escritores naturalistas quanto dos críticos literários. Desse modo, podemos afirmar que Zola, embora não seja o único responsável pela formulação da doutrina naturalista, foi uma das figuras mais importantes a representá-la e, conseqüentemente, a disseminá-la pelo mundo. Seus textos críticos, particularmente, suscitam até hoje inúmeras polêmicas e diversas interpretações. Para conhecermos um pouco a respeito das máximas do romance experimental e do papel dos

⁶⁴ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro. In: BOSI, Alfredo (Organizador). **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 126-127.

romancistas naturalistas, recorreremos aos ensaios críticos mais famosos de Zola: *Do romance e O romance experimental*.⁶⁵

Logo no primeiro parágrafo do artigo *Do romance*, o autor francês assegura que a imaginação e a fantasia não são mais qualidades que podem ser atribuídas aos novos escritores e, conseqüentemente, a seus romances, uma vez que as bases de configuração desse gênero não são mais as mesmas.

O mais belo elogio que se podia fazer a um romancista outrora era dizer: “Ele tem imaginação”. Hoje, esse elogio seria visto quase como uma crítica. É que todas as condições do romance mudaram. A imaginação já não é a qualidade mestra do romancista.⁶⁶

Embora Zola admita que a imaginação seja um artifício utilizado até mesmo pelos escritores que se detêm a produzir romances naturalistas, qualidade sem a qual não seria possível escrever uma obra de cunho ficcional, esse estratagema deve ser ocultado sob o real.

Com o romance naturalista, o romance de observação e de análise, as condições mudam imediatamente. O romancista inventa ainda mais; inventa um plano, um drama; apenas, é uma ponta de drama, a primeira história surgida, e que a vida cotidiana sempre lhe fornece. Em seguida, na estruturação da obra, isso tem bem pouca importância. Os fatos só estão lá como desenvolvimentos lógicos das personagens. O grande negócio é colocar em pé criaturas vivas, representando diante dos leitores a comédia humana com a maior naturalidade possível. Todos os esforços do escritor tendem a ocultar o imaginário sob o real.⁶⁷

Assim, para que o real se sobreponha ao imaginário e à fantasia, Zola argumenta que, para compor uma obra de cunho naturalista, quase todos os escritores contemporâneos precisam tomar longas notas, examinar todas as fontes e adquirir todos os documentos que lhe sejam necessários. Somente após essa investigação é que é possível para os romancistas começarem a escrever, pois, segundo Zola, a configuração da obra origina-se – de forma

⁶⁵ O artigo “O romance experimental”, um dos estudos mais famosos de Émile Zola, foi publicado primeiramente no número de setembro de 1879 da revista literária *O mensageiro da Europa*, de São Petersburgo, na Rússia. Depois, foi publicado em cinco fascículos consecutivos no jornal *Le Voltaire* (periódico parisiense, republicano e anticlerical), entre os dias 16 e 20 de setembro do mesmo ano. O artigo “Do romance”, por sua vez, foi publicado em onze fascículos no mesmo jornal entre os dias 20 de agosto e 4 de maio de 1880. Esses e outros artigos – “Carta aos jovens”, “O Naturalismo no teatro”, “O dinheiro na literatura”, “Da crítica” e “A República e a literatura” – foram reunidos depois por Zola em 1880 numa coleção que recebeu o título do artigo mais célebre e polêmico de todos. Chega, então, ao cenário literário a obra *O romance experimental*.

⁶⁶ ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 23.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 24.

natural, lógica e espontânea – justamente a partir dessa pesquisa na qual os escritores se devem deter.

Quase todos estabelecem suas obras a partir de notas, tomadas longamente. Quando estudaram com um cuidado escrupuloso o terreno onde devem caminhar, quando se informaram em todas as fontes e têm em mãos os múltiplos documentos dos quais necessitam, somente nesse momento decidem-se a escrever. O plano da obra lhes é trazido por esses próprios documentos, pois acontece de os fatos se originarem logicamente, este antes daquele; estabelece-se uma simetria, a história se compõe de todas as observações recolhidas, de todas as notas tomadas, uma puxando a outra, pelo próprio encadeamento da vida das personagens, e a conclusão nada mais é que uma consequência natural e inevitável. Vê-se, nesse trabalho, o quanto o imaginário tem pouca importância.⁶⁸

Para ser mais claro a respeito de todo o trabalho de um escritor naturalista, Zola parte de uma situação hipotética para demonstrar que o imaginário circunscreve-se a um plano periférico na economia da obra literária.

Um de nossos romancistas naturalistas quer escrever um romance acerca do mundo dos teatros. Ele parte dessa ideia geral sem ter ainda um fato nem uma personagem. Seu primeiro cuidado será reunir em notas tudo o que puder saber a respeito desse mundo que pretende retratar. Conheceu tal ator, assistiu a tal cena. Eis aí documentos, os melhores, aqueles que amadureceram nele. Em seguida, sairá a campo, ouvirá os homens mais bem informados sobre a matéria, colecionará as expressões, as histórias, as descrições. Não é tudo: irá, depois, aos documentos escritos, lendo tudo o que lhe pode ser útil. Enfim, visitará os locais, viverá alguns dias num teatro para conhecer seus mínimos recantos, passará suas noites num camarim de atriz, impregnar-se-á o máximo possível do ar ambiente. E, uma vez completados os documentos, seus, como já o disse, se estabelecerá por si mesmo. O romancista terá apenas que distribuir logicamente os fatos. De tudo o que tiver apreendido resultará a ponta do drama, a história que ele necessita para montar o arcabouço de seus capítulos. O interesse já não se encontra na estranheza dessa história; ao contrário, quanto mais banal e geral ela for, mais típica se tornará. Fazer mover personagens reais num meio real, dar ao leitor um fragmento da vida humana, aí se encontra todo o romance naturalista.⁶⁹

Além de desqualificar a imaginação como elemento imprescindível para compor a economia do romance, Zola defende que o senso do real é o principal atributo de um escritor. Para o autor francês, no entanto, essa qualidade, embora pareça intrínseca a todo o ser humano dotado de razão, é muito rara, pois o homem, de modo geral, observa os fatos da vida

⁶⁸ ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 24-25.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 26.

a partir de sua visão muito particular e, por esse motivo, não consegue perceber a realidade tal qual ela é. Nesse sentido, o senso do real pode ser visto como uma disposição natural ou um dom com que o ser humano nasce.

Visto que a imaginação já não é a qualidade mestra do romancista, o que, então, a substituiu? É preciso sempre uma qualidade mestra. Hoje, a qualidade mestra do romancista é o senso do real. E é a isso que eu gostaria de chegar.

O senso do real é sentir a natureza e representá-la tal qual ela é. Parece, inicialmente, que todo mundo possui dois olhos para ver e que nada deve ser mais comum do que o senso do real. Entretanto, nada é mais raro. Os pintores sabem muito bem disso. Coloquem alguns pintores diante da natureza, eles a verão do modo mais barroco do mundo. Cada um a perceberá sob uma cor dominante; um a fará tender ao amarelo, um outro ao violeta, um terceiro ao verde. Para as formas, os mesmos fenômenos se produzirão; um arredonda os objetos, outro multiplica os ângulos. Cada olho tem, assim, uma visão particular. Enfim, há olhos que não veem absolutamente nada. Possuem sem dúvida alguma lesão, o nervo que os liga ao cérebro sofre de uma paralisia que a ciência ainda não pode determinar. O certo é que de nada adiantará observarem a vida se mover ao seu redor, jamais saberão reproduzir exatamente uma cena.⁷⁰

Em seu famoso artigo *O romance experimental*⁷¹, Zola também demonstra como não apenas a realidade, mas também a verdade são elementos essenciais para a economia do romance naturalista. Se, para o romancista francês, a realidade é ponto de partida e só pode ser captada a partir de uma observação atenta e minuciosa dos fatos, a verdade é o produto final ao qual o escritor deve buscar com base na experiência.

O romancista é feito de um observador e de um experimentador. Nele, o observador apresenta os fatos tal qual os observou, define o ponto de partida, estabelece o terreno sólido no qual as personagens vão andar e os fenômenos a se desenvolver. Depois, o experimentador surge e institui a experiência, quer dizer, faz as personagens evoluírem numa história particular, para mostrar que a sucessão dos fatos será tal qual a exige o determinismo dos fenômenos estudados. [...] **O romancista sai em busca de uma verdade.**⁷²

Além do senso do real, outro aspecto da crítica de Zola está relacionado a uma das máximas do romance experimental: o indivíduo é determinado pelo ambiente e pela

⁷⁰ ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 23.

⁷¹ Segundo Émile Zola, este artigo é uma adaptação do livro *Introdução ao estudo da medicina experimental* [*Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*], do cientista Claude Bernard, pois Zola defende que o método experimental pode ser aplicado não apenas às ciências, como também ao romance.

⁷² ZOLA, Émile. O romance experimental. In: _____. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 31, grifo nosso.

hereditariedade. Baseando-se na observação fiel da realidade e na experiência, o romancista deve mostrar a relação recíproca entre o homem e a sociedade, de tal modo que o meio externo (o social), associado também ao meio interno (o fisiológico), exerce sobre ele uma influência constante. Do mesmo modo, esse mesmo homem que é produto do meio social e ainda dos próprios aspectos biológicos produz e modifica todos os dias o meio em que vive. Nesse sentido, a sociedade e o indivíduo estabelecem uma relação de interdependência, de tal modo que dentro de um mesmo sistema um age e reage sobre o outro.

Pois bem, no estudo de uma família, de um grupo de seres vivos, creio que o meio social tem igualmente uma importância capital. Um dia, a Fisiologia nos explicará possivelmente o mecanismo do pensamento e das paixões; saberemos como funciona a máquina individual do homem, como ele pensa, como ele ama, como ela vai da razão à paixão e à loucura. Mas, estes fenômenos, estes fatos do mecanismo dos órgãos que agem sob a influência do meio interior, não se produzem, externamente, de modo isolado e no vazio. O homem não está só, ele vive numa sociedade, num meio social; assim, para nós romancistas, este meio social modifica constantemente os fenômenos. Aliás, nosso grande estudo reside nisso, no trabalho recíproco da sociedade sobre o indivíduo e do indivíduo sobre a sociedade. Para o fisiólogo, o meio exterior e o meio interior são puramente químicos e físicos, o que permite encontrar facilmente suas leis. Ainda não estamos em condições de provar que o meio social também é apenas químico e físico. Ele o é certamente, ou antes, ele é o produto variável de um grupo de seres vivos que, estes sim, estão absolutamente submetidos às leis físicas e químicas que regem tanto os corpos vivos quanto os corpos brutos. Assim sendo, veremos que podemos agir sobre o meio social, se agirmos sobre os fenômenos que tivermos dominado no homem. E é isto que constitui o romance experimental: possuir o mecanismo dos fenômenos do homem, mostrar a engrenagem das manifestações intelectuais e sensuais, tal qual a Fisiologia no-las explicará, sob as influências da hereditariedade e das circunstâncias-ambiente, e depois mostrar o homem vivendo no meio social que ele mesmo produziu, que modifica todos os dias, e no seio do qual experimenta por sua vez uma transformação.⁷³

As máximas do romance experimental – a rejeição à imaginação, o senso do real e o determinismo pelo meio interno e externo – foram muito caras não apenas a Émile Zola, como também aos escritores brasileiros, pois o romance naturalista, segundo os textos críticos de Zola, é mais um estudo do comportamento humano do que necessariamente uma obra de cunho ficcional. O romancista, para chegar ao produto final, que é o romance, precisa, antes de tudo, ser um observador atento para perceber a tese na qual pretende deter-se. Nesse sentido, o escritor é, antes de qualquer coisa, mais um cientista do que um romancista

⁷³ ZOLA, Émile. O romance experimental. In: _____. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 43.

propriamente dito. É por essa e outras razões que essas máximas do romance experimental não foram muito bem aceitas pelos intelectuais da época. No Brasil, Sílvio Romero, por exemplo, afirma que Zola

Sem estudos feitos, sem cultura científica, pegou da *Introdução ao Estudo da Fisiologia Experimental* Claude Bernard e entendeu que tudo aquilo era aplicável ao romance e inventou aquela patacoada do *Romance Experimental*, como se com a sociedade se pudessem fazer experiências! [...] Foi, portanto, num injustificável erro de método que Zola fundou toda sua teoria de romance e da arte em geral. Esse erro de método trouxe inconvenientes sem par e falseou toda a sua estética.⁷⁴

José Veríssimo, por sua vez, defende que

Zola falsifica a humanidade, não a vê senão por um lado, o torpe, e castro obsecado pela ideia fixa da carne, como esses monges austeros cujos livros suam volúpia e concupiscência, levanta a singular teoria de *la bête humaine lachée tout entière*.⁷⁵

A partir dos estudos de Sílvio Romero e José Veríssimo, podemos afirmar que o Naturalismo, por um lado, representou para a crítica no Brasil um movimento estético-literário sem fundamento, associado muitas vezes a uma leitura equivocada das teorias científicas evolucionistas, e a uma compreensão parcial da humanidade, sempre coligada a seu aspecto mais perverso, torpe e abominável. Por outro lado, representou para os escritores naturalistas brasileiros o final do Romantismo, considerado já saturado no último quartel do século XIX, e a mais nova e a mais promissora orientação literária do momento.

Nos prefácios de suas obras e em seus textos jornalísticos, Marques de Carvalho, por exemplo, foi um desses escritores que levantou, sobremaneira, a bandeira do Naturalismo na Amazônia. O autor paraense vangloriou-se por se considerar o primeiro da região Norte a produzir uma obra aos moldes do novo movimento estético-literário que, no final do século XIX, se anunciava como a mais nova orientação literária do momento; criticou, severamente, os outros escritores que ainda se mantinham vinculados ao Romantismo, estética já considerada saturada na penúltima década do período oitocentista; e, finalmente, censurou – em tom mordaz e ferrenho – os presumíveis leitores de suas obras, que, segundo o próprio

⁷⁴ ROMERO, Sílvio. A crítica naturalista: sobre Émile Zola. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 116.

⁷⁵ VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 194.

Marques de Carvalho, não seriam capazes de compreender o projeto literário de seus romances, supostamente escritos à maneira naturalista.

2.1. Da crítica literária: um ensaio crítico de Marques de Carvalho

Segundo Ubiratan Machado, “a crítica brasileira nasceu na imprensa, numa época em que o jornalismo ainda estava estreitamente ligado à literatura”⁷⁶. No século XIX, as referências a livros recém-publicados, porém, restringiam-se a breves comentários, sem qualquer preocupação crítica, dispersos entre notas sobre saraus, sobre recepções imperiais ou sobre a chegada de alguma personalidade distinta da Europa, como uma atriz de teatro, uma musicista ou uma bailarina.⁷⁷

As primeiras apreciações críticas no Brasil, geralmente, eram escritas por folhetinistas, que se dedicavam a comentar as obras de seus colegas de profissão.⁷⁸ José de Alencar, por exemplo, foi um escritor que, enquanto crítico, se demonstrou inflexível na série de cartas que publicou no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, sobre o poema *A confederação dos tamoios*, de Gonçalves de Magalhães.⁷⁹

Conforme Ubiratan Machado, o hábito de folhetinistas se referirem a livros recém-lançados persistiu até o final do Romantismo, quando já havia, mesmo que de forma bastante incipiente, uma crítica literária no Brasil.⁸⁰ Leonardo Mendes, por sua vez, afirma que “o aparecimento do romance naturalista no Brasil coincide com a profissionalização da crítica literária e com a expansão da imprensa, em especial no Rio de Janeiro”⁸¹. É por volta do final do século XIX, de fato, que críticos que inscreveram seus nomes na história da crítica literária brasileira começam a aparecer, como Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior.

Sobre o surgimento da crítica no Brasil, Brito Broca chama a atenção para o fato de que os românticos, à exceção dos teatrólogos, quase não tiveram julgamentos desse gênero em sua época. De acordo com o crítico, os romances e as obras poéticas, até por volta de 1880,

⁷⁶ MACHADO, Ubiratan. **A vida literária durante o Romantismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010, p. 278.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ MENDES, Leonardo. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, p. 189-207, 2008, p. 193.

pouca consideração receberam dos periódicos.⁸² O advento do Naturalismo, no entanto, permitiu que a crítica literária começasse a se profissionalizar, pois os romances naturalistas, gênero que se sobressaiu sobre os demais durante a vigência desse movimento estético-literário, tiveram uma repercussão muito grande na imprensa periódica, principalmente pelo escândalo que essas obras provocaram em todo o território brasileiro no final século XIX, em razão das fortes cenas licenciosas que traziam em suas páginas.⁸³

Nesse período em que a crítica literária no Brasil estava se consolidando, surge uma discussão na imprensa periódica sobre o papel do crítico. Publicado inicialmente na primeira página do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 8 de outubro de 1865, o ensaio “O ideal do crítico”, de Machado de Assis, por exemplo, demonstra a preocupação do escritor brasileiro com a direção que alguns trabalhos críticos têm tomado na imprensa periódica fluminense, na segunda metade do século XIX. Nesse ensaio, Machado defende que apenas a crítica fecunda, e não a estéril, pode ser responsável pela aparição com maior frequência de obras de grande valor.

Não quero proferir juízo, que seria temerário, mas qualquer pode notar com que largos intervalos aparecem as boas obras, e como são raras as publicações seladas por um talento verdadeiro. Quereis mudar esta situação aflitiva? Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada, – será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreatantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença, – essas três chagas da crítica de hoje, – ponde em lugar deles, a sinceridade, a solicitude e a justiça, – é só assim que teremos uma grande literatura.⁸⁴

Do mesmo modo que Machado de Assis, Sílvio Romero, por sua vez, ressentia-se também com os comentários que lhe têm sido repetidos diversas vezes sobre a crítica literária no Brasil.

Seus prejuízos contra o espírito crítico, quando pretendem revestir-se de um aspecto sério, resumem-se nisto: “este país é novo, e sua literatura nascente; a crítica longe de acoroçoar desanima; ela é, pois, muito prejudicial.” É coisa que se me tem repetido algumas dúzias de vezes. O disparate é transparente. Aquilo envolve uma falsa ideia do que seja a nova ciência de criticar, sua

⁸² Cf. BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas**: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

⁸³ Idem.

⁸⁴ ASSIS, Machado de. O ideal do crítico. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (Organizador). **Uma ideia moderna de literatura**: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011, p. 560.

força e seu alcance. Em que pode prejudicar ao desenvolvimento espiritual de um povo o estudo que lhe mostre quais as suas conquistas históricas e suas aptidões iminentes?⁸⁵

Observamos que Sílvio Romero acredita que esses comentários dos quais se ressentem estão associados a uma ideia equivocada do que seja o trabalho crítico no Brasil. De opinião contrária, Romero defende que a crítica é a única que pode pôr fim a velhos preconceitos e falsidades, tirar o país de sua condição de dependência e prepará-lo para um futuro melhor.

Assim como Machado de Assis e Sílvio Romero, Marques de Carvalho publicou no jornal *A Arena* do dia 9 de junho de 1887 a primeira parte do ensaio crítico “Da crítica literária”, no qual se demonstra inconformado e ressentido com os poucos trabalhos de crítica literária que têm sido publicados na imprensa periódica no estado do Pará no século XIX.

Os poucos trabalhos de crítica literária que não foram publicados no Pará de algum tempo a esta data têm-me causado sorrisos de compaixão, ante o atraso intelectual de certas pessoas, – atraso que não prejudica o atrevimento, aliás. Com irrisória ingenuidade, – ousadia direi melhor, – têm-se-nos impingido umas críticas, – se tal nome não é uma blasfêmia aplicado a semelhantes artigos, – pretensiosas, desconchavadas, ressumando banalidades ridículas, pueris, sem uma ideia nova, sem uma observação feliz, que trouxessem adiantamento e ensino.⁸⁶

Nesse ensaio crítico, Marques de Carvalho afirma que as produções desse gênero demonstram noções antiquadas de literatura e de crítica literária, que já caíram em desuso há algum tempo. Além disso, o escritor paraense censura o tom atrevido que transparece nas linhas de alguns textos críticos, cujo conteúdo apresenta não apenas um teor pretensioso, como também banalidades ridículas e ausência de ideias novas e de observações pertinentes, que possam contribuir para o desenvolvimento da produção literária no estado.

Além de defender que a escrita desse gênero é dotada de atrevimento e anacronismos, Marques de Carvalho atenta para o fato de que a crítica literária no Pará preocupa-se em corrigir erros ortográficos ou em censurar inovações formais, em detrimento de outras que são muito mais substanciais, como o estilo e a vinculação literária.

Essas críticas possuem o sinete das críticas à antiga, quando os professores maculavam as margens dos volumes com as suas emendas gramaticais, – que a tanto se resumiam essas inglórias ocupações. Meia dúzia de frases já muito amarrotadas pelo uso constitui-lhes a carcaça, que é enchementada

⁸⁵ ROMERO, Sílvio. A função da crítica. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 3.

⁸⁶ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 9 jun. 1887, p. 7.

com algumas pilhérias avinhadas de peralvilhos sem educação. Eis tudo: eis completa a CRÍTICA LITERÁRIA de qualquer obra, que deu longo trabalho a seu autor, para ser nesciamente espezinhada num instante por uma crítica insciente!...

Longe de estudar-se o temperamento do escritor, para chegar-se e descobrir as causas que motivaram a sua obra; longe de analisar-se-lhe a intuição filosófica e as condições mesológicas e etnográficas que contribuíram para formar-lhe o caráter, os hábitos, o estilo, – procura-se apenas provar que andou erradamente escrevendo sapato com c, como nos tempos de frei Luiz de Souza, – ou compondo alexandrinos de um modo novo, sem curvar-se humildemente às lições do severo Castilho. Terminam os tais artigos com uma torrente de considerações cediças, bolorentas, nas quais se pranteia a ausência de imaginação no literato, a falta de obediência às regras estilísticas e a renitência em servir a Ideia Nova, profundamente odiada... por quem não a compreende. Ai do escritor que não se cingir aos velhos modelos! Receberá sobre si uma dose de tal amálgama de conceitos e lamúrias já confeccionada previamente, à espera de todos os casos!...⁸⁷

Nesse ensaio, é possível percebermos que Marques de Carvalho ressentia-se pelo fato de que uma obra, que exigiu de seu autor muito esforço e longas horas de dedicação e trabalho árduo, não merece em poucos instantes ser desqualificada esteticamente e literariamente por uma crítica incipiente, inábil e improdutiva. Segundo o autor paraense, os trabalhos que se propõem a analisar qualitativamente as obras literárias podem ser indiferentes ou benéficos ao leitor e ao próprio escritor, dependendo da posição do crítico, que pode ser fecunda ou improdutiva. De acordo com Marques de Carvalho, os textos críticos que apresentam uma variedade de insultos ao escritor, por exemplo, não causam nenhuma espécie de efeito sobre o leitor, pois o crítico é logo descredibilizado, pois, em vez de cumprir sagaz e pacientemente o papel do qual foi incumbido, delonga-se a proferir ofensas ferrenhas à figura dos autores e, por conseguinte, perde de vista que seu verdadeiro foco, na realidade, é a obra literária.

Efetivamente, são tais críticas de nenhum efeito para o público, assim como para o escritor. A sua influência sobre eles é nula. Que atenção pode o leitor prestar a uma crítica abundante em insultos ao criticado? Esse leitor tem todo o direito de duvidar da verdade do crítico, porque o surpreende em flagrante ataque a uma pessoa, quando lhe assistia a obrigação de discutir calma e boamente o livro em questão.⁸⁸

Para Marques de Carvalho, os textos críticos que, por sua vez, apresentam um julgamento mais consistente, substancial e fecundo, escrito com seriedade e sensatez, já podem causar um efeito positivo tanto no leitor quanto no próprio escritor, de tal modo que o

⁸⁷ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 9 jun. 1887, p. 7.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 8.

crítico pode desqualificar a obra literária sem perder o bom senso e sem agredir a figura do criticado.

No entanto, que rica porção de efeitos benéficos não produziria uma crítica sensata, científica, expurgada dos insultos reles que parece serem o acompanhamento de todas as críticas em nossa terra?... Quantos ensinamentos aproveitáveis não nos adviriam de um estudo sério, circunstanciado, construído em cima de sólidas bases, acerca de um trabalho literário?... Pode-se dizer a verdade a um escritor sem arrastá-lo ignominiosamente na lama das invectivas, ao som dos assovios dos moleques da rua... Quem desce até ao monturo não poderá sair muito limpo.⁸⁹

Além de discorrer a respeito do efeito que um texto desse gênero pode causar no leitor, Marques de Carvalho afirma que o trabalho do crítico apresenta um alto grau de complexidade e necessita de muito conhecimento científico-literário para que se produza um julgamento que exceda o nível da vulgaridade e dos insultos.

A missão do crítico é difícilíssima nos tempos que correm, diante da nova tendência literária da época: necessita-se de muito estudo, de bastantes conhecimentos científico-literários e de uma boa direção filosófica, para escrever alguma coisa de aproveitável. A não ser assim, jamais se consegue ultrapassar as raias da vulgaridade.⁹⁰

Marques de Carvalho, ao analisar a crítica no estado do Pará do século XIX, demonstra ser um intelectual preocupado com a produção crítico-literária elaborada na região. É possível afirmarmos, portanto, que o escritor paraense tem consciência de que os julgamentos que os autores recebem da crítica podem ajudá-los a ganhar reconhecimento literário, a vender seus livros e a conquistar novos leitores, de tal modo que críticas estereis e irresponsáveis podem prejudicar escritores que não merecem recebê-las. Nesse sentido, é possível assegurarmos também que o ensaio crítico de Marques de Carvalho é uma tentativa de conscientizar os intelectuais paraenses a produzirem críticas que sejam justas, férteis e sensatas, justamente para evitar avaliações equivocadas, parciais e tendenciosas.

Outro aspecto que, segundo o escritor paraense, pode contribuir para que os trabalhos críticos no estado do Pará tenham efeitos benéficos é a vinculação ao movimento-estético naturalista. Nesse ensaio, Marques de Carvalho lamenta que eram poucos jovens paraenses que estavam capacitados a satisfazer as cobranças da crítica moderna, pois ainda se

⁸⁹ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 9 jun. 1887, p. 8.

⁹⁰ Idem.

mantinham afiliados ao Romantismo nas duas últimas décadas do século XIX, quando nesse período aflorava o Naturalismo – “a escola literária dos documentos humanos”.

Bem poucos são os moços paraenses habilitados para a satisfação das exigências da crítica moderna. Vivendo num meio literário tão acanhado como o Pará, sem poderem dispor de boas bibliotecas onde se orientem do rumo da literatura contemporânea, vêm-se forçados a uma vegetação intelectual deveras lastimável, tanto mais quanto possuem talento e não lhes falta vontade para o trabalho. Alguns poucos já conseguiram desembaraçar-se das peias do Romantismo, seguindo, sem olhar atrás, para a escola moderna, – que, mais tarde se há de impor fatal e irresistivelmente a todos, em virtude da lei eterna da evolução; – outros, porém, – o maior número, – caminham às cegas, vivendo a vida romântica dos atletas de 1830, sem que lhes passe pela mente a lembrança de que o Naturalismo abrirá a nós, moços de hoje, as portas do século XX, com essa grande chave que se chama – *a escola literária dos documentos humanos!*

Os poucos de que falei acima, e que são perseguidos sem dó pelos demais, sofreram uma guerra surda, lenta, que no futuro terminará, por certo, mas que presentemente assume as proporções de uma verdadeira perseguição sistemática e injusta.⁹¹

Percebemos que Marques de Carvalho defende que alguns jovens conterrâneos – uma parte significativa – ainda se mantinham vinculados ao Romantismo por falta de grandes bibliotecas no estado onde pudessem conhecer a direção que a literatura daquele tempo estava seguindo e, por essa razão, desconheciam a existência do mais novo movimento estético-literário que, de acordo com o escritor paraense, abriria as portas do século XX, pois ignoram as obras dos principais escritores que influenciaram direta ou indiretamente a instituição do Naturalismo e sua difusão pelo mundo⁹². Dessa forma, sabemos por que Marques de Carvalho afirma que são poucos os moços paraenses capazes de atender as exigências da crítica moderna.

À parte um pequenino número, que constitui louvável exceção, os nossos comprovincianos ignoram completamente os produtos modernos das artes e

⁹¹ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 9 jun. 1887, p. 8.

⁹² No século XIX, os jornais exerciam uma função fundamental, que não se fazia presente apenas no âmbito político, como também no âmbito educativo, uma vez que, em um período em que o acesso à educação era privilégio de uma minoria, a imprensa jornalística preenchia essa deficiência, suprimindo a carência de escolas, de livros e de bibliotecas por meio de seus escritos (Cf. LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003). Nesse sentido, poderíamos inferir que o argumento de Marques de Carvalho, o de que os escritores paraenses não tinham conhecimento a respeito da doutrina naturalista por falta de grandes bibliotecas, não teria muito fundamento, pois os periódicos poderiam muito bem assumir esse papel, visto que são até hoje um forte instrumento de instrução. Porém, verificamos que os jornais que circularam por Belém nas duas últimas décadas do século XIX, como *A República*, *O Liberal do Pará*, *Diário de Belém*, *A Constituição* e *Gazeta de Notícias*, traziam poucos artigos sobre Émile Zola e sobre o Naturalismo. Os poucos que foram encontrados não se aprofundaram muito no assunto, de tal modo que se restringiram apenas a comentários breves.

das letras, depois que uma nova direção científico-filosófica lhes arroteou outras estradas. As obras de Schopenhauer, Darwin, Stuart Mill, Littré, Spencer e Hartmann, em filosofia; de Balzac, Stendhal, Flaubert, Edmond e Jules de Goncourt, Zola, Guy de Maupassant, Huysmans, Alexis, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco e Franklin Távora, no romance; de Tobias Barreto, Sílvio Romero, Mennechet, Taine, Zola, Setembrin, José Veríssimo a Araripe Júnior, em crítica literária e crítica de arte; de Manet, Laurens, Bastien-Lepage, Worms, Gustave Courtois, Béraud, Giron, Gervex, Comorre, Millet, etc., etc., em belas-artes – numa palavra, os assombrosos produtos da atividade hodierna passam desapercibidos por esses moços, que bem se acautelam para não se lhes aproximar, como se lá, no seio da nova frase literário-artístico-científica os aguardasse a morte de suas ilusões!⁹³

É possível observamos ainda que o escritor paraense lamenta o fato de que a leitura no estado restringe-se a alguns romances antigos, sobretudo os franceses⁹⁴, como *Paulo e Virgínia*, de Bernardin Saint-Pierre, cuja primeira publicação saiu em 1788, e *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho, lançado inicialmente em 1848.

Vive-se aferrado a meia dúzia de livros tradicionais, muito piegas e falsos, como *Paulo e Virgínia*, *A dama das camélias* e a enorme salada de livros de exportação europeia, traduzidos às trouxas-mochas dos insípidos romancistas Ponson du Terrail, Eugène Sue, Montépin e Escrich, – o celeberrimo Escrich de colegial recordação.⁹⁵

Considerando os apontamentos de Marques de Carvalho, a crítica moderna ao qual o escritor paraense se refere deveria se voltar a partir das duas últimas décadas do século XIX para os *novos* rumos que a literatura vinha tomando, a fim de satisfazer as *novas* exigências das obras que seguem uma *nova* direção científico-filosófica, baseadas na observação atenta e na representação fiel da realidade.

Pelo teor de seu conteúdo, o ensaio crítico de Marques de Carvalho – “Da crítica literária” – não passou despercebido. No dia 17 de junho de 1887, PLAN⁹⁶ lança um artigo na coluna *Homens e coisas* do jornal *A Província do Pará* em resposta ao do redator do periódico *A Arena*. Segundo o colunista, esse artigo não passa de uma conversa cordial com o ilustre amigo e colega Marques de Carvalho.

⁹³ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. *A Arena*, Belém, 9 jun. 1887, p. 8.

⁹⁴ Na cidade de Belém do século XIX, as obras traduzidas de escritores franceses como Ponson du Terrail, Eugène Sue e Xavier de Montépin, além do famosíssimo romancista espanhol Enrique Pérez Escrich, circulavam tanto nas páginas de livros, como atestam os anúncios de venda de livros publicados em jornais do século XIX, quanto nas páginas da imprensa periódica, sobretudo na coluna *Folhetim*.

⁹⁵ CARVALHO, Marques de. Op. cit.

⁹⁶ Pseudônimo de um colunista do jornal *A Província do Pará* que possui uma seção fixa (*Homens e coisas*), onde publica textos sobre os mais diversos assuntos.

PLAN inicia o diálogo afirmando que o encanto que o redator do periódico *A Arena* criou por Émile Zola transformou-se em obsessão, visto que o escritor paraense acredita que as críticas que lhe foram dirigidas estabeleceram-se em razão de sua filiação ao movimento naturalista, quando, na verdade, se devem a questões que fogem ao âmbito literário.

Marques de Carvalho incontestavelmente, nos poucos anos de sua vida, tem bem trabalhado nos campos da literatura. Propenso e inclinado a ela, tem procurado ler e instruir-se nos melhores mestres. [...]

Marques de Carvalho, lendo os mestres franceses, encontrou um pelo qual ficou deveras encantado; foi Émile Zola. O profundo meditador de Medan produziu uma grande impressão em Marques de Carvalho, a tal ponto que lhe tem servido de guia em seus ensaios literários.

A tal ponto chegou esta obsessão que Marques de Carvalho supõe que as críticas que aqui lhe fazem, se é que estas *descomposturas* merecem este nome, provêm-lhe da escola naturalista a que se filiou.

Não creia nisto; o que dizem de Marques é dito a sua própria individualidade, é o insulto grosseiro, onde nada há de nobre e elevado.⁹⁷

Outro ponto que PLAN rebate em seu artigo diz respeito à presença de uma crítica literária no Pará no século XIX. Segundo o colunista, Marques de Carvalho queixou-se de não existir trabalhos críticos de qualidade no estado porque nessa parte do país não havia crítica literária, visto que também não havia literatura.

O colega queixa-se da ausência de crítica sincera e justa no Pará.

Eu não acho razoável semelhante queixa. Sou de opinião que não há crítica literária no Pará.

E não há crítica pela simples razão de que não há literatura.

Não se pode dar o nome de literatura a traduções das poesias de Campoamor, a pequenos contos escritos sobre a perna, a ensaios literários, enfim.

Isto não constitui uma literatura, nem mesmo pode ser considerado como a sua alvorada.

Ainda estamos muito longe disto.

Sendo assim, como quer o colega que haja crítica literária?

A crítica literária nada cria, e pelo contrário, em muitos casos é um elemento dissolvente.

Ela só aparece depois da literatura existir e estar um pouco desenvolvida.

[...]

Ora, nós não tendo literatura, como quer o colega que tenhamos crítica? É fazer o carro andar adiante dos bois, conforme a frase popular.

É por isso que a *pretensa literatura amazônica* faz-me rir.⁹⁸

⁹⁷ PLAN. Homens e coisas. **A Província do Pará**, 17 jun. 1887, p. 3.

⁹⁸ Idem.

Além de defender que no estado não havia crítica literária nem literatura, PLAN critica Marques de Carvalho por inserir ao lado de Eugène Sue nomes como os de Ponson du Terrail e Xavier de Montépin e por considerar o romance *Paulo e Virgínia*, de Bernardin Saint-Pierre, piegas e falso. Segundo o colunista, o escritor paraense, para fazer uma crítica mais justa, não podia cometer a injustiça de apreciar como boas apenas as obras naturalistas.

Eugène Sue é um nome que se não deve pôr ao lado de Ponson e Montépin. Espírito elevadíssimo, talento *hors ligne*, romancista notável, apesar de não ser naturalista, não merece o epíteto de *insípido novelista*. O mesmo direi de *Paulo e Virgínia* que Marques lança no rol dos *livros tradicionais muito piegas e falsos*. Apesar de sentimental, Paulo e Virgínia é produzido por um grande homem que se chamou *Bernardin de Saint-Pierre*. Por mais naturalista que seja Marques de Carvalho, é preciso ser justo, é preciso pôr de lado, sobretudo em crítica, o espírito do sistema. A crítica não pode ser simplesmente naturalista, quero dizer, só considerar bons os romances naturalistas. Pode-se dizer que os *Rougon-Macquart* são uma das glórias da literatura francesa, sem, contudo, negar o mérito e o valor literário de *Paulo e Virgínia*.⁹⁹

No periódico *A Arena* do dia 19 de junho de 1887, Marques de Carvalho, em resposta ao artigo de PLAN, publica a segunda parte de seu ensaio crítico – “Da crítica literária”. O primeiro aspecto que o escritor paraense rebate diz respeito à sua admiração por Émile Zola. Por acreditar que o movimento naturalista é a mais promissora orientação literária do final do século XIX, Marques de Carvalho exalta a figura de Zola como um talentoso escritor e defende convictamente que o Naturalismo é resultado da Evolução e a única forma pela qual a literatura contemporânea poderia atender às exigências dos leitores e dos críticos de seu tempo.

A minha inabalável admiração pela escola naturalista em literatura não é só o produto do encantamento em que vivo pelo enorme talento de Émile Zola. É também, e principalmente, porque depois de um longo e profundo inquérito sobre as passadas frases da literatura, cheguei à convicção de que o Naturalismo era, nesta época, uma fatal resultante da Evolução, e a única forma por que a literatura contemporânea poderia satisfazer as exigências do público e da crítica atuais. Não é sistema, não: é uma opinião arraigada, que já lançou longas raízes, empolgando todo a meu espírito.¹⁰⁰

No ensaio crítico publicado no jornal *A Arena*, Marques de Carvalho tenta justificar o fato de que sua filiação ao movimento naturalista não se deve apenas pela admiração que

⁹⁹ PLAN. Homens e coisas. **A Província do Pará**, 17 jun. 1887, p. 3.

¹⁰⁰ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 19 jun. 1887, p. 4.

sente pelo talento de Émile Zola, mas também pela conclusão a que chegou depois de muita reflexão acerca de questões que envolvem a literatura. Porém, ainda que o escritor paraense não tenha assumido sua obsessão, o Naturalismo, assim como afirma PLAN, tem lhe feito enxergar toda e qualquer produção ficcional, independente do período de publicação ou da filiação estético-literária, à luz das máximas do romance experimental, sobretudo a do senso do real. Prova disso é sua apreciação sobre o romance *Paulo e Virgínia*.

Quando aludi ao livro de Bernardin de Saint-Pierre, a esse delicioso poema em prosa que foi o suave e grande encanto da minha meninice, do meu *bon vieux temps*, não me dirigi ao estilo, que é um primor da simplicidade e elegância: quis falar da intuição literária sob a qual foi ele criado. *Piegas e falso*, escrevi eu. Piegas, quanto a esse doloroso sentimento que, desde as primeiras páginas, confrange o coração do leitor. Falso, a respeito da sua criação, que nada tem de real ou verdadeiro.

É por este lado que eu censuro todos os produtos do Romantismo.

E censuro-os por esse lado, porque é o lado capital.

Só pode perdurar na memória popular e produzir bons frutos a obra literária que tiver o seu lado humano salientando-se profundamente.

Esta é a máxima inicial do Naturalismo. Ela é também o meu farol nas grandes tenebrosidades perigosíssimas da literatura.¹⁰¹

Marques de Carvalho afirma que *Paulo e Virgínia*, embora seja uma leitura que lhe tenha agradado nos tempos de sua juventude, é um livro “piegas e falso”, pois não segue as máximas do romance experimental, cujas páginas devem ser impregnadas de realidade e verdade. É também por essa razão que o redator do jornal *A Arena* censura todas as obras que se enquadram dentro da estética romântica. Assim como Émile Zola, Marques de Carvalho, seguindo os passos de seu grande mestre, critica todas as obras que fogem aos princípios do Naturalismo, parâmetro eleito pelo escritor para julgá-las. É possível percebermos, portanto, que a fidelidade e a devoção de Marques de Carvalho a esse movimento estético-literário é tão grande que ele próprio chega a afirmar que uma das máximas da escola naturalista – o senso do real – é o farol que o guia “nas grandes tenebrosidades perigosíssimas da literatura”.

O romance de Bernardin de Saint-Pierre foi publicado em 1787, um século antes da publicação do ensaio “Da crítica literária” no jornal *A Arena*. Desse modo, poderíamos pensar que Marques de Carvalho estava tão deslumbrado com o Naturalismo que, caindo em anacronismos, criticou uma obra como *Paulo e Virgínia*, lançada muito antes da criação desse movimento estético-literário, tomando como base as máximas do romance experimental. Pelo menos, é por essa razão que PLAN afirma que Marques de Carvalho precisa pôr de lado as

¹⁰¹ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. *A Arena*, Belém, 19 jun. 1887, p. 4.

amarras literárias para poder fazer uma crítica mais justa, visto que uma obra, segundo o colunista do jornal *A Província do Pará*, não pode perder seu mérito e seu valor literário apenas porque não é naturalista e, conseqüentemente, não traduz fielmente a realidade.

Porém, de acordo com o princípio de atualidade referente aos jornais do século XIX, proposto por Marie-Ève Thérénty, não podemos perder de vista que a atualidade do jornalista deve coincidir com a do leitor do jornal.¹⁰² Desse modo, por mais que o romance *Paulo e Virgínia* tenha sido publicado no Setecentos, é necessário compreendermos que a crítica de Marques de Carvalho a ele repercute porque essa obra, depois de mais de um século da data da publicação, ainda continuava caindo no gosto de uma parte significativa dos leitores belenenses oitocentistas. Além disso, devemos considerar que ela, embora não tenha sido escrita durante o Romantismo, apresenta uma configuração romântica e, por essa razão, é alvo de uma apreciação negativa produzida por um escritor que procura seguir à risca as máximas do romance experimental.

Outro aspecto do ensaio crítico do redator do periódico *A Arena* diz respeito à literatura paraense. Marques de Carvalho rebate a ideia do colunista do jornal *A Província do Pará* de que não há uma literatura no estado do Pará.

Nega o cronista a existência de uma literatura [...]
Mas isto é uma blasfêmia: isto é negar a alvura do leite, é repelir as imposições evidentes da verdade!
Nós não temos literatura!... Pois o que são os livros de Santa Helena Magno, do sr. Barão de Guajará, de Vilhena Alves, de Paulino de Brito, de Teodorico Magno, de Júlio Cezar e de Bruno Seabra?
Não serão verdadeiros filhos da escola romântica de Alfredo de Vigny e de Lamartine?
Não serão o resultado das leituras que essas pessoas fizeram nos produtos do Romantismo?¹⁰³

Para Marques de Carvalho, a existência de uma literatura paraense é uma manifestação literária inegável e está relacionada ao fato de que havia no Pará do final do século XIX obras de escritores que nasceram no estado, como Vilhena Alves, Paulino de Brito e Teodorico Magno. Desse modo, podemos afirmar que o redator do periódico *A Arena* está tentando em seu ensaio crítico criar um conjunto de obras que representem e legitimem a literatura paraense.

¹⁰² Cf. THÉRENTY, Marie-Ève. La matrice médiatique. In : _____. **La littérature au quotidien**: poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

¹⁰³ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 19 jun. 1887, p. 4.

Antes de finalizar o ensaio crítico, Marques de Carvalho reitera a presença de uma literatura paraense.

Acabemos por hoje.

Recapitulando: – Nós temos literatura, porque temos bons escritores que produzem bons trabalhos literários, além das *traduções de Campo amor e dos pequenos contos escritos sobre a perna*.

E logo que temos literatura, eles a alguma escola se hão de filiar.

Não são naturalistas: – “Deus nos livres!” exclamam eles.

Conseqüentemente, são românticos e bons românticos, muito bem disciplinados e fiéis à escola, porque já escreveram *Piraustas*, *O Homem das Serenatas*, o drama *Colombo*, etc., etc.

As razões por que a nossa literatura não é tão grande como a da Europa são as mesmas que concorrem para provar o motivo porque Benevides não é do tamanho de Belém.¹⁰⁴

Ao reiterar o fato de que existe uma literatura paraense, Marques de Carvalho ressalta que há uma “manifestação” literária no Pará não apenas porque há obras assinadas por autores paraenses, mas também porque o estado apresenta escritores capazes de produzir trabalhos de grande excelência – tanto em verso quanto em prosa. Nesse sentido, é possível observarmos que Marques de Carvalho preocupa-se em deixar claro que a valorização da literatura paraense não está relacionada a um sentimento de pertença ao estado onde nasceu, mas sim à qualidade literária que as obras assinadas por escritores conterrâneos geralmente apresentam.

Sabemos que Marques de Carvalho concebe o Naturalismo como a orientação que o guia diante das mais novas manifestações literárias do momento, de tal modo que o senso do real é uma das máximas naturalistas que o escritor paraense elegeu como parâmetro para julgar criticamente as obras recém-lançadas. No que tange, porém, à literatura paraense, parece que esse critério não é fielmente seguido, pois o próprio Marques de Carvalho afirma que há bons escritores românticos no estado do Pará no século XIX produzindo textos literários de excelente qualidade.

Segundo Marques de Carvalho, um exemplo de obra de apreciável valor literário é o romance *O homem das serenatas*, de seu amigo Paulino de Brito, publicado primeiramente na coluna *Folhetim* do jornal *Diário de Belém* a partir do dia 1º de janeiro de 1882. Trata-se até o presente momento da primeira obra do gênero romanesco a ser produzida no estado do Pará. O periódico no qual esse romance foi divulgado lançou uma nota elevando as qualidades do trabalho literário de Paulino de Brito.

¹⁰⁴ CARVALHO, Marques de. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, 19 jun. 1887, p. 4.

O NOSSO FOLHETIM

Começamos a dar hoje publicidade a um pequeno romance *O homem das serenatas*, original do nosso distinto colaborador Sr. Paulino de Brito. O público conhece o estilo fluente e agradável do Sr. P. de Brito e o modo porque trata ele os assuntos de que se ocupa, por isso limitamo-nos a chamar para essa bela produção a atenção dos nossos dignos leitores.¹⁰⁵

Em ensaio divulgado no jornal *Diário de Belém*¹⁰⁶, Marques de Carvalho, embora aponte alguns defeitos presentes no romance de seu amigo, afirma que a obra *O homem das serenatas* é uma produção literária com boas qualidades.

Ornado de boa moral – uma moral sã, trescalando virtudes, – o *Homem das Serenatas* tem – como declara no prólogo o seu autor – uma boa qualidade: – “Não ofende os costumes, as instituições, e pode ser lido por todos, e que não deixa de ser hoje em dia uma qualidade rara num romance”.

Não quero afirmar com isto que o *Homem das Serenatas* seja uma obra perfeita, – que não as há – não. Reconheço que a produção de Paulino de Brito tem defeitos, e alguns bem salientes.

Por exemplo.

É completamente falsa a constituição moral de Berta. Alma de anjo, Paulino de Brito deixou-se iludir pelas fantasiosas carícias do seu ideal, e descreve-nos uma Berta toda sensível, apaixonando-se por um ente que ainda não conhece, que não viu sequer, – *Homem das Serenatas*. Infelizmente, nenhuma Berta assim encontraremos na sociedade paraense...

Outro tipo ainda muito exagerado: o do Anacleto, – o cômico conjunto de pedantismo, de tolice e de ignorância. Sei que há entre nós bastantes Anacletos, porém não tão excessivos nas suas maçadas, no seu propósito de amar, causando enfado e aborrecimento *ao objeto do seu amor* ou aos infelizes que têm a desgraça de conhecê-los.

São, porém, faltas essas que, além de pequenas, merecem toda a desculpa, se atendermos a que o *Homem das Serenatas* foi uma tentativa, uma estreia na carreira do romancismo – (bem feliz estreia) – e que promete ser seguida de obras aplaudidas pelas famílias brasileiras.¹⁰⁷

É possível percebermos que, para Marques de Carvalho, o romance *O homem das serenatas* apresenta alguns defeitos, pois em determinadas passagens da obra não representa fielmente a realidade, um dos princípios básico da estética naturalista. Segundo o escritor paraense, o perfil das personagens Berta e Anacleto, por exemplo, é descrito com exageros que não podem ser vistos pelos leitores como verossimilhantes do ponto de vista externo do romance. Marques de Carvalho, porém, revela que as falhas da obra não a desqualificam literariamente, sobretudo pelo fato de que essa produção romanesca de Paulino de Brito marca

¹⁰⁵ *Diário de Belém*, 1 jan. 1882, p. 2.

¹⁰⁶ Sob o título *Paulino de Brito*, este ensaio foi publicado em regime seriado na coluna *Letras e Artes* do jornal *Diário de Belém* nos dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 1885, sempre na segunda página.

¹⁰⁷ CARVALHO, Marques de. Paulino de Brito. *Diário de Belém*, Belém, 25 fev. 1885, p. 2.

a estreia do escritor na composição desse gênero, uma tentativa que indica que as próximas obras produzidas pelo escritor manauense apresentariam supostamente as mais perfeitas qualidades.

Ao referir-se, no entanto, à obra *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre, em seu ensaio crítico publicado no periódico *A Arena*, Marques de Carvalho afirma que esse romance não apresenta relação nenhuma com o real ou com o verdadeiro e, por essa razão, considera-o piegas e falso. É possível inferirmos, então, que o escritor paraense foi condescendente com Paulino de Brito, pois a obra *O homem das serenatas*, segundo o próprio Marques de Carvalho, também não representa fielmente a realidade.

Considerando a trajetória do escritor paraense na imprensa periódica belenense oitocentista, podemos afirmar que Marques de Carvalho, tomando como base o que defende Roger Chartier, procura não apenas se adaptar às inúmeras situações que envolvem o ambiente social da produção literária, como também busca, a partir dos instrumentos e dos espaços que lhes estão disponíveis, contorná-las ou modificá-las a fim de exercer influência sobre elas.¹⁰⁸

2.2. *A leviana: história de um coração: um romance baseado em fatos reais*

Desde quando o romance tornou-se o gênero mais bem aceito, como também o mais lido no mundo ocidental, os romancistas passaram a se utilizar de inúmeras estratégias e artimanhas para afiançar a confiança dos leitores e para garantir elogios. Entre essas estratégias, Márcia Abreu cita uma que causava muitos debates entre os detratores e os defensores dos romances: a atribuição de veracidade aos enredos:

A narrativa de Altina sintetiza os mais sérios perigos percebidos pelos detratores do gênero: a confusão entre realidade e ficção, favorecida pelo fato de os romances insistentemente declararem-se verídicos; a frustração com relação à própria vida, julgada interessante quando comparada às narrativas; o desejo de fazer, na vida real, o mesmo que fazem os personagens. No caso de Altina, o problema dizia respeito às origens e ao pertencimento à nobreza. Em outros textos, a questão é de natureza amoroso-sexual, o que torna ainda mais complicado o desejo de transpor para a vida o que se lê nos textos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Cf. CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitoras, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

¹⁰⁹ ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 284-285.

A dificuldade em distinguir realidade e ficção pode ser creditada à ingenuidade dos leitores, mas também contribuíram as estratégias empregadas pelos romancistas para conferir veracidade aos enredos. Até mesmo as mais fantásticas histórias sobrenaturais podiam ser apresentadas como extraídas diretamente da realidade, como o fez Daniel Defoe em um dos prefácios às suas “True Ghost Stories”.¹¹⁰

Atribuir veracidade aos enredos constituiu uma prática muito comum entre os romancistas nos séculos XVIII e XIX. Assim como Daniel Defoe e diversos outros romancistas, como os brasileiros Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, Marques de Carvalho adotou também essa técnica. De forma engenhosa e perspicaz, no prólogo do romance *A leviana: história de um coração*, publicado na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, o escritor paraense induz o leitor a acreditar que a trama dessa narrativa foi baseada em fatos verídicos. Se não fosse pela presença do vocábulo “Prólogo” antes do texto em si, seria possível acreditarmos que o público-leitor pensaria que a história foi iniciada sem preâmbulos, pois os elementos da narração – enredo, tempo, espaço, foco narrativo e personagens – aparecem logo no começo, como ilustra o excerto a seguir:

Eram dez horas da noite de 18 de março de 18...

As salas do *Café Carneiro* regurgitavam de *habitues* que, ou jogavam bilhar, ou passeavam pacatamente de um para outro lado, desfilando por junto à mesa onde eu me achava saboreando o conteúdo de uma chávena de café, em companhia de um amigo.

Íamo-nos já a retirar, quando se acercou de nós um rapaz bem trajado, – posto que com algum desalinho, – muito pálido e magro, andando a custo. À primeira vista conhecia-se logo que estava quase ébrio.¹¹¹

Na história narrada no prólogo, Marques de Carvalho é o narrador-personagem que conta ao leitor como conheceu Carlos de Medeiros. Sentado no Café Carneiro às dez horas da noite com um amigo que se chamava Mendonça, o autor-narrador tomava uma xícara de café. Quando os dois iam se levantar para partir, aproxima-se um rapaz bem vestido, embora em desalinho, muito magro e pálido, além de estar em estado de ligeira embriaguez. Depois de alguns cumprimentos, Mendonça apresenta a Marques de Carvalho o jovem mancebo, que despertou logo a simpatia do narrador dessa história.

¹¹⁰ ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, 298-299.

¹¹¹ CARVALHO, João Marques de. *A leviana: história de um coração*. **A Província do Pará**, Belém, 25 mar. 1885, p. 2.

Além do estado de embriaguez, Carlos encontrava-se muito doente. Crises de tosse o interrompiam sucessivamente e vinham sempre acompanhadas de algumas gotas de sangue, que brilhavam em seus lábios pálidos e manchavam o chão de vermelho vivo. Não era, porém, apenas o álcool e a doença que o consumiam, pois Carlos também sofria de uma grande desilusão amorosa.

Depois de muitas insistências, Marques de Carvalho e Mendonça conseguiram convencê-lo a se retirar do estabelecimento. Acompanharam-no até a casa onde o jovem desiludido residia. Quando abriram a porta, um criado logo apareceu para ajudá-los a despier e a deitar o patrão embriagado, doente e desiludido. Quando se dispuseram a sair, Carlos chamou Marques de Carvalho para lhe fazer um singelo pedido:

Dispúnhamo-nos a sair, quando o pobre moço, chamou-me e disse-me:

– Sr. Carvalho; se quer ter assunto para novecentas ou mil tiras de papel, venha falar-me... amanhã à tarde; contar-lhe-ei a minha vida... a vida do meu... coração... um ver... da... deiro.... ro... mance... Ah! Ah! Ah!

E riu-se de novo com aquele gargalhar fatídico, que ressoava-nos até ao mais íntimo da alma.

Ao chegar à rua, eu e Mendonça chorávamos...

*(Continua)*¹¹²

Percebemos que Marques de Carvalho, já no prólogo de seu romance, utilizou-se de uma fórmula que proporcionava o sucesso ao romance-folhetim. As expressões “continua”, “continua amanhã” ou “continua no próximo número”, ao fim de cada fascículo, eram as responsáveis por causar o desejo do leitor em acompanhar a continuação da narrativa, sobretudo quando a história era, estrategicamente, interrompida no auge da expectativa. É muito provável que os leitores tenham sentido a curiosidade de conhecer a vida de Carlos, principalmente a história de amor que lhe causou inúmeras dores e sucessivas decepções.

No fascículo seguinte, publicado em 27 de março de 1885, a história recomeça. Naquela noite, Marques de Carvalho não conseguiu dormir direito, pois passara a noite recordando a fisionomia pálida e simpática de Carlos de Medeiros e desejando conhecer a história desse jovem rapaz. No dia seguinte, às cinco horas da tarde, totalmente ansioso, dirigiu-se à casa de Carlos, para conhecer as revelações que tanto lhe foram prometidas. Ao ser recebido afavelmente por seu novo amigo, o escritor paraense reparou que o mesmo jovem

¹¹² CARVALHO, João Marques de. A leviana: história de um coração. **A Província do Pará**, Belém, 25 mar. 1885, p. 2.

da noite anterior, naquele momento, estava com as faces mais coradas e com as linhas do semblante mais tranquilas.

Os dois conversaram sobre composições literárias, sobre o desenvolvimento da literatura na região amazônica e no território brasileiro, sobre a pouca importância destinada aos escritores locais, sobre a necessidade de uma academia de letras no Pará e de uma universidade no Rio de Janeiro, entre outros assuntos. Foi apenas ao final da conversa que Carlos começou a falar de sua própria vida. A longa e pungente narração de sua história levou ambos às lágrimas. Às dez horas da noite, os dois amigos despediram-se. Carlos agradeceu a visita de Marques de Carvalho e fez-lhe alguns pedidos.

– Venha ver-me de tempos a tempos. Muito lhe agradecerei a visita. Vivo tão abandonado por todos... Quanto ao romance da minha história, escreva-o depois que eu morrer, porém que seja restritamente modelado pelas informações que acabei de dar-lhe. Não altere nem acrescente nada, a não ser um ou outro episódio secundário, que se faça preciso para a boa disposição do entrecho, e os nomes dos principais personagens, que devem ser crismados pelo senhor, a fim de evitar dissabores futuros... Ouça, – continuou com as lágrimas a bailarem-lhe nos olhos, – verberar bem o procedimento de Georgina, para exemplo das moças que se acharem no caso dela... Coitada! Foi mais leviana e infeliz do que criminosa...¹¹³

Percebemos que Marques de Carvalho, no prólogo de seu romance, apresenta uma pequena narrativa para introduzir uma maior. Na história narrada no prefácio, o autor paraense explica como chegou a conhecer Carlos de Medeiros e sua mal sucedida história de amor com Georgina, objeto de inspiração para compor o enredo de seu romance publicado no jornal *A Província do Pará*. Podemos afirmar, portanto, que Marques de Carvalho elaborou essa curta história com o intuito de atribuir à outra maior um caráter de verdade. Considerando que Marques de Carvalho era um escritor que defendia ferrenhamente o Naturalismo na Amazônia, essa estratégia de imprimir a realidade em textos de cunho ficcional pode ser encarada como uma forma da qual o escritor paraense se utilizou para ser condizente com o movimento naturalista, pois Émile Zola é muito claro em seus textos críticos quando defende que a fantasia e a imaginação não são mais elogios que podem ser atribuídos aos escritores e que o senso do real é uma qualidade imprescindível aos romances contemporâneos.¹¹⁴

¹¹³ CARVALHO, João Marques de. *A leviana: história de um coração*. **A Província do Pará**, Belém, 27 mar. 1885, p. 2.

¹¹⁴ Cf. ZOLA, Émile. **Do romance**: Stendhal, Flaubert e os Goncourt. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

A prova de que Marques de Carvalho nessa narrativa mostra-se afeito à doutrina naturalista pode ser verificada no debate travado entre os personagens Antero de Menezes e Carlos de Medeiros. Nessa disputa, podemos observar que, enquanto Antero, por um lado, apresenta o estereótipo naturalista e anuncia tanto a derrocada do Romantismo quanto a ascensão do Naturalismo, Carlos, por outro, não apenas é uma personagem estereotipicamente romântica, como também advoga em defesa da continuação do Romantismo.

– Ora, meus amigos, – dizia aos outros rapazes que o escutavam atentos – essa escola está morta; creiam: já não estamos na época do lirismo piegas e desenhado... Os nossos ouvidos desacostumaram-se do *Boa noite, Maria, eu vou-me embora!* de Álvares de Azevedo, ou do *Já oraste esta noite, Desdemona?* de Corneille. Agora se levanta pujante, assoberbando a tudo e a todos, a moderna escola realista, a escola da poesia científica, que teve por fundador o distinto revolucionário francês Alphonse de Lamartine... [...]

– Mas, menino, – disse-lhe de um lado um rapaz – olha que Victor Hugo, o grande sacerdote da poesia romântica, tem recebido as maiores ovações do universo ilustrado...

– Ovações que hão de terminar brevemente, verão. O paladar dos povos não está ainda habituado ao sabor dos deliciosos manjares da poesia moderna; quando, porém, tomar-lhes a gosto, há de haver uma verdadeira evolução impetuosa e deslumbrante.

– Perdão, cavalheiro, – disse Carlos sem poder conter-se mais. – Permita-me que faça algumas ligeiras observações. A escola romântica não acabará, nem sequer, baqueará, enquanto o homem possuir um coração suscetível de compreender o belo, o santo, o sublime do sentimentalismo... para expandir-se em sua dilatada esfera, não necessita a ciência da linguagem da poesia; para transmitir as suas ideias, os apóstolos da ciência podem, com mais vantagem, servir-se da prosa... Para que empregar a poesia, a misteriosa linguagem da paixão, o olente eflúvio das almas sensíveis?... [...]

Carlos enviou-lhe um sorriso de desprezo compassivo e disse:

– Porque, como acabei de dizer, é a poesia a linguagem do coração. Ora, sendo a mulher o ente que mais nos impressiona e subjuga o espírito, o sentimento; sendo a mulher, na frase de um escritor, o elo sublime da deslumbrante cadeia que liga o homem a Deus, porque não havemos de falar-lhe nessa linguagem, mormente nesses esplêndidos momentos em que desejamos revelar-lhe o fogo, a intensidade da paixão que nos estua indômita no seio?... E demais, julgo muito mais sensata a escola ideal do lirismo romântico, do que essa outra realista, cuja musa, coberta de chagas asquerosas, rebolca-se torpemente nas pútridas realidades de uma civilização decadente...¹¹⁵

É possível percebemos também que o discurso de Antero de Menezes apresenta vários equívocos. Ora essa personagem cita Alphonse de Lamartine como fundador do mais novo movimento estético-literário que se anunciava, ora atribui a autoria do verso de Castro Alves a

¹¹⁵ CARVALHO, João Marques de. *A leviana: história de um coração*. A **Província do Pará**, Belém, 16 abr. 1885, p. 2.

Álvares de Azevedo, ora refere-se a uma das personagens de William Shakespeare como se fosse de Pierre Corneille. Esses enganos, no entanto, reforçam o estereótipo naturalista, pois demonstram que Antero não conhecia a fundo os escritores e as obras a que fazia alusão nem os movimentos estético-literários que estavam em discussão. Segundo o narrador do romance,

A julgar pelo que referiram ao nosso protagonista, era Antero um desses sujeitos dotados de um exterior agradável e de uma verbosidade que faria inveja a uma peixeira do mercado. De maneiras e de ademanos nimiamente delicados, sabia, como ninguém, travar relações com toda a gente; conseguia, não raro, tornar-se simpático, fazendo com que o convidassem para um almoço ou um sarau. Uma vez introduzido em qualquer casa, não saía com facilidade, porque era um consumado parasita, como teremos ocasião de conhecer no decurso desta novela. Numa palavra, Antero de Menezes era um desses indivíduos a que vulgarmente – e com muita propriedade – se dá o nome de *intrujões*.¹¹⁶

Embora Carlos de Menezes, por sua vez, tenha ganhado a discussão literária (fato que poderia nos levar a considerar o triunfo do Romantismo sobre o Naturalismo), não podemos esquecer que essa personagem estereotipicamente romântica recebe um desfecho trágico ao final da narrativa. Desse modo, é possível compreendermos que Marques de Carvalho elabora essa discussão literária entre Antero de Menezes e Carlos de Medeiros para defender o movimento naturalista dentro da própria configuração de um romance escrito supostamente aos moldes naturalistas.

Ao final do prólogo, Marques de Carvalho dirige-se ao leitor, a quem depois de muitos preâmbulos sugere que o acompanhe para conhecer a história narrada por Carlos, como visualizamos no excerto a seguir.

Dois meses depois, por uma tarde chuvosa e tétrica, Carlos de Medeiros expirava murmurando um nome:
– Georgina!...
Agora, se o leitor quiser saber a lutuosa história que me contou Carlos, o ébrio, – assim lhe chamavam, – digne-se acompanhar-me à primeira parte deste romance.

FIM DO PRÓLOGO¹¹⁷

Ao término do prefácio, observamos que Marques de Carvalho, assim como muitos autores dos séculos XVIII e XIX, renegou a autoria de seu romance ao apresentar-se apenas

¹¹⁶ CARVALHO, João Marques de. *A leviana: história de um coração*. **A Província do Pará**, Belém, 16 abr. 1885, p. 2.

¹¹⁷ Idem.

como narrador da história vivida por Carlos. Para causar esse efeito, o escritor paraense cria uma pequena narrativa no prólogo que conduz o leitor a acreditar na legitimidade dos fatos narrados, pois não há nenhum indício no breve enredo que lhe despertasse a desconfiança. Como consta no prefácio, Marques de Carvalho prometeu ao amigo enfermo que não alteraria nem acrescentaria nada que fugisse à história que lhe havia sido contada. Quem deixaria de acreditar numa promessa feita a um amigo que se encontrava próximo à morte? Quem não confiaria em uma história tão realista como a narrada por Marques de Carvalho?

Percebemos que esse leitor ideal a quem Marques de Carvalho se destina e que acredita na realidade impressa à ficção, é um indivíduo curioso, alguém que seja capaz de acompanhá-lo a cada fascículo a fim de descobrir qual foi o desfecho que levou Carlos de Medeiros à desilusão amorosa. Compreendemos, portanto, que o prólogo de caráter narrativo foi uma estratégia elaborada pelo escritor paraense para envolver e despertar a curiosidade de seus leitores.

Ao chegar à leitura do romance, o leitor intuirá que o foco que no prólogo recai sobre Carlos passará para Georgina, pois, enquanto o futuro bacharel em direito protagoniza a breve história no prefácio, quem exerce esse papel na economia do romance é a filha do comerciante Antônio de Lima. A partir do terceiro fascículo, a narrativa apresentará principalmente os dramas da protagonista desenganada e perdida entre dois amores: Carlos de Medeiros, seu antigo noivo, e Pedro da Silva, seu sedutor.

Como já foi aludido anteriormente, o romance em folhetim foi suspenso abruptamente, sem nenhuma explicação prévia. No entanto, em razão da existência do prólogo, é possível imaginarmos que o desfecho da narrativa não foi feliz para as personagens. Além da doença que o levou à morte, Carlos faleceu completamente desiludido pelo amor. Georgina, por seu turno, terminou como uma vítima de artimanhas de sujeitos de má índole e de sua própria leviandade. Embora o escritor paraense defenda a doutrina naturalista e o romance tenha sido concluído, percebemos que “A leviana: história de um coração” apresenta um enredo bem romântico, uma vez que valoriza a idealização da mulher, do sentimentalismo e do amor.

No prólogo do romance do jornal *A Província do Pará*, Marques de Carvalho, à maneira de tantos outros romancistas, utilizou-se de uma tática comumente empregada no século XIX: negar a autoria da própria obra. No entanto, a breve narrativa no prólogo – dividida em dois fascículos – revela uma engenhosa estratégia para induzir o leitor a acreditar na veracidade do enredo, seduzindo-o e envolvendo-o.

2.3. *O pajé*: um romance naturalista pela pena de um paraense

Em 18 de janeiro de 1887, o jornal *A República* apresenta uma nota a respeito da publicação do romance naturalista de Marques de Carvalho, divulgado no mesmo dia na página seguinte, precisamente na coluna *Folhetim*. Nessa nota, a figura do autor paraense é enaltecida, sendo alvo de alguns elogios.

O nosso folhetim

Começamos hoje a publicar um romance naturalista original do distinto acadêmico paraense Marques de Carvalho. Chamamos a atenção dos leitores de *A República* para essa obra do nosso ilustre comprovinciano.¹¹⁸

Ao virar a página, o leitor logo se depara com o prefácio do romance “*O pajé*”, assinado pelo próprio Marques de Carvalho, e com o epíteto “romance naturalista”, logo abaixo do título. Nesse prólogo, Marques de Carvalho afirma que cortou seus laços com a escola romântica para se filiar ao Naturalismo, movimento em ascensão nas duas últimas décadas do século XIX.

É *O Pajé* o primeiro trabalho de seu gênero escrito por um paraense: cabe-me essa glória, tenho a máxima honra em reclamá-la. Desejei fazer um romance que fosse simplesmente um estudo físico-psicológico desse personagem astucioso e hipócrita que é o terror dos espíritos fanáticos do povo de minha província; para isso, alienei-me da velha escola romântica, desprezei-lhe os abusos e prolixidades, para deixar-me levar pela grande orientação literária da nossa época.¹¹⁹

Para o autor paraense, os romances românticos, já no final do período oitocentista, apresentavam abusos e prolixidades, pois ofereciam temáticas muito recorrentes e descrições extenuantes, repletas de adjetivos. É por essa razão que Marques de Carvalho inclina-se pelo novo movimento literário que entrava em voga – o Naturalismo. No texto introdutório, fica evidente que o escritor vangloria-se por acreditar que escreveu uma obra inovadora, que foge às fórmulas e às receitas, muito utilizadas por romancistas românticos.

¹¹⁸ *A República*, 18 jan. 1887, p. 2.

¹¹⁹ CARVALHO, João Marques de. *O pajé*. *A República*, Belém, 18 jan. 1887, p. 3.

Por filiar-se ao Naturalismo, Marques de Carvalho, no prefácio de seu romance, projeta uma imagem acerca de seu público leitor e elabora uma ideia a respeito da recepção de sua obra:

À força de muito labutar consegui levantar uma obra sobre “documentos humanos” autênticos e notas tomadas longa e pacientemente em diversos lugares e épocas.

Bem sei que este livro causará escândalo na família paraense, pela rudeza de suas cenas copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo. Tenho quase que uma certeza dos ataques violentos que me vão ser dirigidos pelos conservadores românticos, dos quais renitência em permanecerem na olvidada escola é deveras contristadora. Mas eu não me acovardo, não volto atrás: espero que a justiça me seja feita um dia, quando a evolução, beneficemente fatal, houver curvado todas as cabeças à moderna fórmula literária. Aqueles que panteiam hoje o realismo, aplaudi-lo-ão amanhã, logo que o tenham compreendido.¹²⁰

Fica claro nesse prefácio que Marques de Carvalho aguarda julgamentos severos destinados a seu romance por parte de seus leitores mais conservadores, afeiçoados aos romances românticos e aos romances-folhetins, gêneros romanescos com temáticas melodramáticas que atraíam o interesse do público leitor no século XIX, não apenas no Brasil como também nos países europeus. É por essa razão que Marques de Carvalho critica seus leitores idealizados, pois acredita que o leitor paraense não seria capaz de compreender seu projeto literário. A escrita do prefácio, portanto, pode ser considerado um artifício utilizado pelo escritor paraense para justificar uma possível má recepção de sua obra por parte do público leitor.

No entanto, apesar de seu discurso ríspido e ofensivo, é possível também que Marques de Carvalho tenha se utilizado do espaço do prefácio para fazer uma espécie de propaganda de seu romance, qualificando-o como proibido. Robert Darnton, em seus estudos sobre os livros licenciosos na França pré-revolucionária, afirma que, no século XVIII, bastava que uma obra fosse censurada para que se tornasse um verdadeiro *best-seller*.¹²¹ Seguindo o mesmo raciocínio, é provável que o autor paraense, com a intenção de chamar a atenção dos leitores, tenha escrito um prólogo ressaltando as cenas possivelmente inescrupulosas que constariam em seu romance e atribuindo a ele, conseqüentemente, uma posição de obra proibida. Assim, é plausível que os leitores curiosos tenham lido o romance naturalista de Marques de

¹²⁰ CARVALHO, João Marques de. O pajé. **A República**, Belém, 18 jan. 1887, p. 3.

¹²¹ Cf. DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Carvalho, a fim de conferir o que haveria de tão audacioso e chocante para que ele tenha sido alvo de críticas severas.

Seja por acreditar que seu público não compreenderia satisfatoriamente sua obra, seja por utilizar o espaço do prefácio para fazer uma forma de publicidade de seu romance, qualificando-o como proibido, todas essas hipóteses dependem de uma imagem que Marques de Carvalho formula de si e de seu leitor.

Sobre o leitor idealizado pelos escritores nos prefácios de suas obras, Germana Sales identifica quatro categorias para classificar o grupo adepto da leitura de romances, considerando a maneira como os romancistas dirigem-se ao público leitor ao qual pretendem atingir.¹²² A primeira categoria é destinada às leitoras, frequentemente mencionadas nos textos introdutórios, pois o desenvolvimento da instrução feminina no Brasil do século XIX propiciou a inclusão da figura feminina no grupo de leitores de romances. A segunda classificação está relacionada ao leitor benévolo e benigno, aquele de quem o autor pode obter a solidariedade na leitura de sua obra. Essa classe de público, supostamente, acolhe e recebe a obra do romancista com benevolência e complacência, sem fazer críticas severas. A terceira categoria é dirigida ao leitor erudito e crítico, a quem o autor escreve algo que julga que lhes seja útil como informação e instrução. A essa categoria, enquadra-se, da mesma forma, o leitor conhecedor de outros idiomas, capaz de ler epígrafes escritas em língua estrangeira e de reconhecer as referências a obras clássicas ou a personagens históricas. Na última categoria, há os leitores que leem romances em busca de entretenimento e distração. Nesse grupo, existe o leitor ocupado e o leitor ocioso. A este as obras são destinadas com a única função de entreter e de passar o tempo. Aquele, por sua vez, dedica algumas horas de seu dia à leitura de romances, pois não pode perder muito tempo com obras consideradas frívolas.¹²³

No prefácio do romance “O pajé”, o leitor a quem Marques de Carvalho destina sua obra não se enquadra em nenhuma das categorias elencadas por Germana Sales, pois o autor paraense não se dirige ao público feminino, não acredita que os leitores seriam benevolentes com a recepção de sua obra nem que seriam capazes de compreendê-la satisfatoriamente, bem como seu romance não seria adequado para as horas de lazer.

Consideramos que é possível, então, definirmos uma nova categoria diante desse prefácio. Se considerarmos, por um lado, que os leitores não compreenderiam satisfatoriamente a obra de Marques de Carvalho, o público-alvo ao qual o romancista em seu

¹²² Cf. SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução**: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Campinas: UNICAMP, 2003. 387 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹²³ Idem.

prólogo se dirige está acostumado aos romances românticos e folhetinescos e ainda não conhece nem está habituado às obras naturalistas, que apresentam máximas e temáticas diferentes, e, por essa razão, não sentiriam satisfação em ler “O pajé”. A escrita do prefácio pode ser considerada, então, uma tentativa por parte do escritor paraense de justificar uma possível não aceitação de seu romance por parte do público leitor. Essa conclusão é plausível porque o romancista, pelo menos aparentemente, acredita que os leitores de sua obra não conseguiriam compreender a proposta de seu trabalho fundamentado na estética naturalista, uma vez que, assim como define o próprio escritor paraense, seu romance apresentaria cenas agressivas e repugnantes, copiadas da vida real com o maior e mais consciencioso escrúpulo. Se considerarmos, por outro lado, que Marques de Carvalho utilizou o espaço do prefácio para qualificar seu romance como proibido, a curiosidade ou o gosto por narrativas com cenas fortes são atributos que compõem o perfil do público-alvo dessa obra do escritor paraense, pois esses leitores seriam capazes de ler “O pajé” apenas para comprovar se existem realmente as cenas licenciosas que lhe foram prometidas no prefácio. Podemos inferir, no entanto, que o projeto dessa narrativa de Marques de Carvalho não tenha conseguido, de fato, a adesão nem a preferência dos leitores, pois a publicação do romance nas páginas do jornal *A República* foi interrompida sem nenhum aviso prévio por parte dos editores.

Sabemos ainda que era muito comum, no século XIX, os prosadores afirmarem em seus prefácios que seus romances foram baseados em fatos verídicos. Em geral, essa era uma tática empreendida pelos romancistas para aproximar a ficção da realidade. Dessa maneira, os leitores seriam conduzidos a acreditar na veracidade dos acontecimentos narrados e, conseqüentemente, poderiam se identificar com a descrição de alguma personagem ou com alguma situação que já vivenciaram.¹²⁴

Assim como os escritores de meados do século XIX, Marques de Carvalho se utilizou da mesma estratégia, pois afirmou que seu romance apresenta cenas reproduzidas da vida real. No entanto, será que o autor paraense fez uso dessa tática com a mesma finalidade ambicionada pelos romancistas românticos?

Mais uma vez, é necessário recorrermos aos textos críticos de Émile Zola. Se a representação fiel da realidade era o interesse fundamental dos romancistas naturalistas, é possível que Marques de Carvalho tenha se apropriado de uma técnica já muito utilizada pelos escritores românticos brasileiros, mas para fins diferentes. Se estes defendiam que suas obras

¹²⁴ Cf. SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução**: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Campinas: UNICAMP, 2003. 387 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

eram baseadas em fatos verídicos, pois o romance em meados do século XIX, conforme afirma Germana Sales, ainda não dispunha de nenhum prestígio literário, aqueles, por sua vez, visto que o gênero romanesco já estava consolidado no final do Oitocentos, talvez assim o fizessem para demonstrar que eram verdadeiros conhecedores da doutrina naturalista.

Para ser, portanto, condizente aos princípios naturalistas, Marques de Carvalho propôs-se a escrever uma obra de ficção supostamente baseada em fatos reais, pois a verossimilhança nos romances vinculados a essa estética literária não é uma categoria relacionada à coerência interna da obra, cujo enredo não precisa necessariamente ser uma cópia fiel à realidade. Para o Naturalismo, no entanto, a verossimilhança manifesta-se no plano externo, uma vez que a coerência da obra revela-se na transposição dos fatos reais, assim como são observados, para o enredo do romance. É por esse motivo que Marques de Carvalho afirmou que as cenas de seu livro foram copiadas da vida real com o maior e mais consciente escrúpulo, justamente com o intuito de defender a estética naturalista e de mostrar-se como um verdadeiro conhecedor dos princípios da doutrina naturalista.

Além da representação que construiu acerca de seus leitores, Marques de Carvalho estabelece uma imagem de si mesmo enquanto escritor no prefácio desse romance. Sobre o papel que os romancistas concebem de si mesmos diante de seu público, Germana Sales indica algumas categorias de análise para qualificar as múltiplas naturezas de autoria representadas por meio da voz dos escritores.¹²⁵ A autora propõe que há os romancistas que classificam a escrita como uma prática trabalhosa, que exige tempo, dedicação e inúmeras revisões para que seja concluída e chegue até as mãos dos leitores. Além dos escritores laboriosos, há os que se identificam com a figura paterna, pois se posicionam como verdadeiros pais de suas obras, consideradas como se fossem as filhas de sua prática de escrita. Uma terceira categoria é destinada aos escritores modestos, cujos prefácios são repletos de excessos de humildade e de acentuado comedimento, pois avaliam que suas obras necessitam de concertos, por apresentarem defeitos que precisariam ser corrigidos. O próximo grupo é dedicado aos prosadores que negam a autoria da própria obra ficcional, uma vez que se mostram como tradutores ou compiladores de manuscritos dos quais se apoderaram, como editores de cartas que supostamente encontraram por acaso ou ainda como contadores de histórias que lhes foram relatadas por terceiros. Na última categoria, ao contrário dos escritores que se passam por modestos e humildes, há os que se apresentam como militantes

¹²⁵ Cf. SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução**: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Campinas: UNICAMP, 2003. 387 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ou como indivíduos eruditos, instruídos e sábios. Estes introduzem epígrafes em línguas estrangeiras no início de seus prefácios ou inserem um discurso favorável a seu romance, proferido por algum crítico consagrado ou por alguma figura importante da época. Aqueles, por seu turno, promovem discursos em seus prólogos a serviço de causas sociais, políticas ou literárias.¹²⁶

Entre as categorias elencadas por Germana Sales, o escritor paraense enquadra-se no grupo de romancistas eruditos e sábios, pois se demonstra conhecedor dos princípios naturalistas e utiliza como argumento de autoridade o discurso dos irmãos Edmond e Jules de Goncourt, como ilustra a citação a seguir:

Num belo romance dos irmãos de Goncourt encontro as linhas seguintes que, por conterem uma ideia adequada ao assunto e interpretarem o meu pensamento, vão servir para deste pequeno prefacio:

“Ele (o público) é apaixonado pelas obrinhas brejeiras, pelas memórias de prostitutas, pelas porcarias eróticas, pelo escândalo que uma estampa ostenta nas vitrines das livrarias e aquilo que vai ler é severo e puro. Que não espere a fotografia decotada do Prazer: o estudo que aí vai é a CLINICA DO AMOR.”

“(…) com a sua triste e violenta distração, este livro foi feito para contrariar-lhe os hábitos e prejudicar-lhe a higiene (…).”

“Agora, que seja caluniado este livro, pouco lhe importa. Hoje que o Romance alarga-se e cresce; hoje que começa a ser a grande forma séria, apaixonada, viva do estudo literário e da inquirição social; hoje que se muda, pela pesquisa psicológica e pela análise, na Historia moral contemporânea; hoje que o Romance tomou sobre si os estudos e tarefas da ciência, pode reivindicar as liberdades e franquezas dela.”¹²⁷

No prólogo de seu romance, compreendemos que Marques de Carvalho defende ferrenhamente o Naturalismo, desconsiderando as críticas que lhe seriam possivelmente destinadas antes mesmo de recebê-las. Esses leitores, acostumados com romances românticos e romances-folhetins, não viram com bons olhos uma obra que se apresentava aos moldes naturalistas, com cenas supostamente abomináveis e com presumíveis personagens em situações de desequilíbrio emocional ou psicológico acentuados, temas próprios ao Naturalismo, movimento literário que Marques de Carvalho adotou, defendeu e compartilhou durante sua carreira de escritor.

¹²⁶ Cf. SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução**: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Campinas: UNICAMP, 2003. 387 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹²⁷ CARVALHO, Marques de. O pajé. **A República**, Belém, 18 jan. 1887, p. 3.

2.4. *Hortência*: entre o prefácio e a nota

No jornal *Diário de Belém* do dia 8 de dezembro de 1888, saiu uma nota sobre o lançamento do romance *Hortência*, de Marques de Carvalho, previsto para a próxima terça-feira em todas as livrarias. Nessa nota, destacam-se informações acerca das qualidades do texto assinado pelo escritor paraense e do suporte material em que essa obra foi impressa – o livro.

Hortência

De grenhada, toda risinha e tafula entrou-nos ontem à tarde pela porta dentro a *Hortência*, romance naturalista do ilustre escritor paraense Marques de Carvalho.

Primorosamente brochado, nitidamente impresso, é o livro do Sr. Carvalho uma obra que tem de ser bastante apreciada pelos adeptos do realismo. Será exposta à venda em todas as livrarias na manhã de terça-feira.¹²⁸

No dia 11 de dezembro de 1888, justamente na terça-feira esperada, diversas notas foram publicadas no jornal *Diário de Belém*, anunciando que o romance de Marques de Carvalho já se encontrava à venda em todas as livrarias da cidade.

Leiam a “*Hortência*”, que será hoje posta à venda em todas as livrarias.¹²⁹

A “*Hortência*” de Marques de Carvalho aparecerá em todas as livrarias. Traz uma bela fotografia da heroína.¹³⁰

Marques de Carvalho publica hoje o seu romance “*Hortência*”, em bela edição ornada de uma fotografia da heroína.¹³¹

Os Srs. Gomes Pereira & C.^a, da Livraria Moderna, oferecem ao público o “*Hortência*” de Marques de Carvalho.

É um grosso volume de páginas compactas, ornado de um bonito retrato da heroína.¹³²

¹²⁸ *Diário de Belém*, 08 dez. 1888, p. 3.

¹²⁹ *Diário de Belém*, 11 dez. 1888, p. 2.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ *Idem*.

¹³² *Idem*.

A Livraria Moderna expõe hoje à venda o romance “Hortênciã”, de Marques de Carvalho.¹³³

No pequeno prefácio do romance *Hortênciã*, Marques de Carvalho demonstra-se intolerante em relação aos julgamentos dos “mesquinhos mercenários do baixo jornalismo”, que não compreenderiam o projeto literário de seu trabalho recém-lançado.

Este livro desprezioso salta hoje para a rua, desafiando os botes agarotados de todos os meus detratores. Os insultos da hipocrisia literária que não gosta de ver-se descrita e combatida nos livros de pura e severa naturalidade intransigente.

Mais uma vez direi: não me intimidam as banalidades que, a seu respeito, hão de lançar-me os mesquinhos mercenários do baixo jornalismo: tenho para mim que as insídias de semelhante corja devem servir-me de poderoso incentivo para novos trabalhos. Só é discutido o homem de merecimento. Aí está toda a minha vingança.¹³⁴

Embora assevere que as críticas que seriam destinadas a seu romance lhe seriam improdutivas, Marques de Carvalho acredita que os julgamentos triviais dos quais seria alvo lhe serviriam apenas de incentivo a novos trabalhos, pois, segundo o escritor paraense, somente os homens de merecimento são dignos de comentário.

Em nota publicada ao final do romance *Hortênciã*, Marques de Carvalho assegura que sua obra foi escrita à maneira naturalista, seguindo, portanto, fielmente as máximas desse movimento estético-literário. Além disso, o romancista paraense ainda revela que pretende ser o porta-bandeira do Naturalismo na Amazônia.

A muita gente – não hesito em dizê-lo, o meu livro, que se diz naturalista, baseado nas firmes e severas máximas literária da vencedora escola de pretendo ser o porta-bandeira na Amazônia – terá parecido o produto debilitado de um sonho polucional, a criação dum cérebro transviado, um caso incongruente, medonho e estranho, incrível pelo seu horror e exposto à contemplação do público sem o titubeio duma hesitação pudica, extreme de toda a consideração para com a jesuítica hipocrisia de nosso tempo.

Mais de um leitor haverá voltado a folha, enojado, em certas páginas onde a ação natural dos fatos logicamente deduzidos se desdobra severa, inclemente em sua verdade, na sua “áspera verdade” – reputando inverossímil o meu romance, crendo a sociedade contemporânea incapaz de produzir aberrações semelhantes, casos teratológicos tão notáveis.¹³⁵

¹³³ **Diário de Belém**, 11 dez. 1888, p. 2.

¹³⁴ CARVALHO, Marques de. Prefácio. In: _____. **Hortênciã**. Belém: Cejup/Secult, 1997, p. 9.

¹³⁵ _____. Nota. In: _____. **Hortênciã**. Belém: Cejup/Secult, 1997, p. 188.

É possível percebermos que Marques de Carvalho infere que os presumíveis leitores de seu romance naturalista – o primeiro e único publicado em livro – não o receberiam com regozijo, pois, ao lerem logo as primeiras páginas, se sentiriam enojados, sobretudo nas cenas mais repugnantes, nas quais a ação dos fatos e a verdade se manifestam severamente.

Depois de imaginar quais seriam as sensações dos leitores ao entrarem em contato com o enredo de seu romance, o escritor paraense, como se estivesse revelando um segredo, afirma que seu romance foi fielmente baseado em um fato verídico.

Pois se disponha o leitor a pasmar com o que vai saber.
O meu romance é fielmente inspirado num fato verídico; da vida real apenas trouxe para o papel os acontecimentos mais simples, os atos menos repugnantes à doce alma compassiva dos venerandos burgueses assustadiços. O verdadeiro Lourenço e a verdadeira Hortência foram bem mais cínicos e desprezíveis, bem como criminosos do que os meus pobres personagens. Estes, que tantos furores excitam entre o jornalismo indígena, são pacatões matutos simpáticos ao lado daqueles celebrizados heróis da vida lisbonense escandalosa.¹³⁶

Para garantir a adesão dos leitores, Marques de Carvalho transcreve um fragmento da correspondência de Eduardo Martins, enviada para o jornal *A Província do Pará*, no dia 14 de setembro de 1886, que conta a história de um irmão que matou a própria irmã, com quem mantinha uma relação incestuosa¹³⁷.

Querem a prova?
Ei-la, flagrante, indiscutível, irrecusável, palpitando no seguinte excerto da correspondência que o sr. Eduardo Martins enviou para “*A Província do Pará*”, em 14 de setembro de 1886:
– “Aí vai um rol de crimes, alguns bem repugnantes, praticados a maior parte nesta civilizada cidade de Lisboa.
O que maior impressão causou foi o de – um irmão que matou a irmã. – Pode chamar-se-lhe tragédia.
Eis em resumo o triste caso: Libânio Rodrigues da Silva, um devasso que a polícia tem metido quatorze vezes na cadeia por vadio, furtos ferimentos, etc., e que já cumpriu degredo em África, tinha uma irmã, Antônia Virgínia de Jesus, que exerce o mister de enfermeira no hospital Estefânia.
Libânio procurava-a repetidas vezes, quase sempre para lhe pedir dinheiro, e quando ela lho recusava, ameaçava de matá-la!
Em um dos últimos domingos foi ao hospital – na véspera havia morrido a mãe deles – Libânio, próximo mesmo ao cadáver da pobre velha, teve uma altercação com a irmã, e de repente, puxando de uma faca, feriu-a no peito.

¹³⁶ CARVALHO, Marques de. Nota. In: _____. **Hortência**. Belém: Cejup/Secult, 1997, p. 188-189.

¹³⁷ A correspondência da qual Marques de Carvalho transcreve um trecho na nota que se encontra após o final do romance *Hortência* não foi encontrada nas páginas do jornal *A Província do Pará*, assim como o nome de Eduardo Martins não pôde ser identificado em razão da falta de referência a ele nos jornais belenenses oitocentistas.

Antônia correu pelas enfermeiras, gritando por socorro, mas o malvado, cego de ira, seguiu-a sempre, vibrando-lhe novos golpes, até que a desgraçada caiu morta.

O assassino tentou evadir-se, procurando primeiro ferir as pessoas que se lhe deparavam no caminho.

Por fim, como o porteiro, de revolver em punho, lhe embargasse a saída, Libânio foi entregar-se ao médico Serrano, que corajosamente lhe intimara prisão. Nos interrogatórios na Boa Hora, declarou ter assassinado sua irmã, com quem entretivera relações incestuosas durante perto de dez anos, por esta ultimamente mostrar desejos de cortar essas relações, que eram conhecidas e sabidas pela própria mãe e por toda a vizinhança da estrada da Penha de França, e da qual houve três filhos, que morreram de pouca idade. Tudo isso é perfeitamente horrível!”¹³⁸

Assim como ocorreu no prefácio dos romances em folhetim “A leviana: história de um coração” e “O pajé”, publicados, respectivamente, nos jornais *A Província do Pará* e *A República*, é possível inferirmos que Marques de Carvalho tenha utilizado a estratégia de atribuir veracidade a seu romance para ser fiel à máxima fundamental do Naturalismo – a transposição fiel de cenas da realidade para a ficção. A presença do excerto da correspondência de Eduardo Martins, por exemplo, é a principal estratégia da qual o romancista se aproveita para convencer seus leitores de que *Hortência* é mesmo um romance baseado em fatos reais.

Ao finalizar a nota, Marques de Carvalho afirma que seus detratores o acusaram de “imoral” e “torpe fantasiador de grandes libertinagens impossíveis”.

Por aí me alcunham de imoral e torpe fantasiador de grandes libertinagens impossíveis. Não querem que eu ponha na boca de homens do povo – de simples mulatos sem educação – a linguagem desnuda que lhes compete, a sua única maneira de expressão fiel e natural.

Fazem de mim o grão-lama de tudo quanto cheirar a gordurosa hediondez de forma literária.

Entretanto, como fica provado, neste romance não fiz mais nada além de copiar algumas das negras infâmias da sociedade atual sintetizada em dois personagens aos quais perdeu a falta de cultura intelectual e moral, aliada ainda ao irresistível determinismo do temperamento e da gravitação mesológica da existência deles.

Acusem e condenem o mundo, ou a esse improvado poder ao qual se atribui os destinos humanos, porém não me criminem, a mim que apenas fui observador, o analista e o crítico de um certo acontecimento.¹³⁹

O escritor paraense não foi o único adepto das ideias naturalistas a ser taxado de imoral e libidinoso. A partir da associação entre autor e obra, Adolfo Caminha também foi

¹³⁸ CARVALHO, Marques de. Nota. In: _____. *Hortência*. Belém: Cejup/Secult, 1997, p. 189-190.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 190.

acusado pela crítica de compartilhar os mesmos desejos de seu personagem Amaro, o protagonista do romance *Bom-Crioulo*, que sente atração pelo grumete Aleixo, um belo marinheiro de quinze anos de idade e de olhos azuis.¹⁴⁰ Em sua defesa, Caminha afirma que Gustave Flaubert, Émile Zola e Eça de Queirós, embora escrevessem romances com temáticas consideradas imorais, não praticavam incestos nem adultérios monstruosos. Do mesmo modo, ainda que Caminha tenha composto um romance em que o personagem principal é homossexual, isso não significa que ele também sentisse o desejo de deitar-se com outro homem.¹⁴¹ O interesse de Adolfo Caminha pela homossexualidade masculina era resultado de suas experiências como jovem oficial da Marinha brasileira na penúltima década do século XIX, quando passou onze meses viajando pelas Antilhas até chegar aos Estados Unidos.¹⁴²

Na nota publicada ao final do romance *Hortêncina*, é possível percebermos que Marques de Carvalho afirma que as ríspidas cenas que foram representadas em sua obra foram fielmente copiadas da realidade. Desse modo, o romancista defende que a responsabilidade pela linguagem vulgar e pelo comportamento hediondo das personagens não é sua. Para ele, o mundo é que deve ser acusado e condenado, pois a matéria para compor o enredo de seu romance foi retirada das execráveis máculas da sociedade. Para ser ainda mais fiel às máximas do movimento estético-literário do qual pretende ser o porta-bandeira na Amazônia, Marques de Carvalho assegura que apenas foi o observador, o analista e o crítico de um determinado acontecimento, princípio básico para que uma obra seja escrita aos moldes naturalistas, segundo o que defende Émile Zola em sua obra *O romance experimental*.

Assim como Marques de Carvalho, Adolfo Caminha, depois de observar na imprensa que seu romance *A Normalista* foi acusado de apresentar cenas licenciosas, rebateu as críticas de que foi alvo afirmando que preferiu dar o simples esboço da cena, que se desenha em traços rápidos, para ser leal aos seus princípios de honestidade literária. Segundo Caminha, seu romance, na verdade, apenas põe em evidência a realidade local do estado do Ceará e, por essa razão, insere no conjunto de obras escritas à base da doutrina naturalista.

Para quem não conhece o Ceará e nunca pisou as legendárias terras de Iracema, tudo aquilo parecerá inverossímil e rebuscado. Os outros, porém, aqueles que viram de perto a vida cearense, desde as camadas inferiores da população indigente, que emigra dos sertões no tempo das secas, até o burguês independente, que afeta aristocracia e bom gosto; esses hão de reconhecer a verdade dos fatos que se desdobram no romance.¹⁴³

¹⁴⁰ Cf. CAMINHA, Adolfo. Um livro condenado. **A Nova Revista**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, 1896.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro, 1895, p. 85-86.

Da mesma forma como no prefácio do romance “O pajé”, podemos afirmar que o prólogo do romance *Hortência* pode ser visto como uma forma estratégica da qual o escritor se utilizou para justificar uma possível má recepção de sua obra por parte do público leitor, pois é provável que Marques de Carvalho tenha acreditado que os leitores, de modo geral, não aceitariam um romance escrito à base das cenas ásperas da realidade.

A partir, portanto, do prefácio não apenas do romance *Hortência*, como o dos demais romances de sua autoria publicados na imprensa periódica, além também de seus ensaios críticos, podemos assegurar que o Naturalismo, ainda que Marques de Carvalho nem sempre tenha conseguido conciliá-lo satisfatoriamente com a execução de suas obras, consiste na orientação filosófica, científica, estética e literária que ele idealizou, adotou e defendeu durante sua carreira de escritor.

CAPÍTULO 3

A ALTERNÂNCIA DE ESPAÇO FICCIONAL NA PROSA DE FICÇÃO DE MARQUES DE CARVALHO EM PERIÓDICOS BELENENSES OITOCENTISTAS

O nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias, a sequência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele. Assim, o que vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social.

(Antonio Candido)

Nos textos em prosa de ficção de autoria de Marques de Carvalho, o enredo é ambientado em diferentes espaços, ora em cidades de Portugal, como Porto, Canelas, Poiares e Peso da Régua, ora na região amazônica, principalmente na cidade de Belém, capital do estado do Pará.

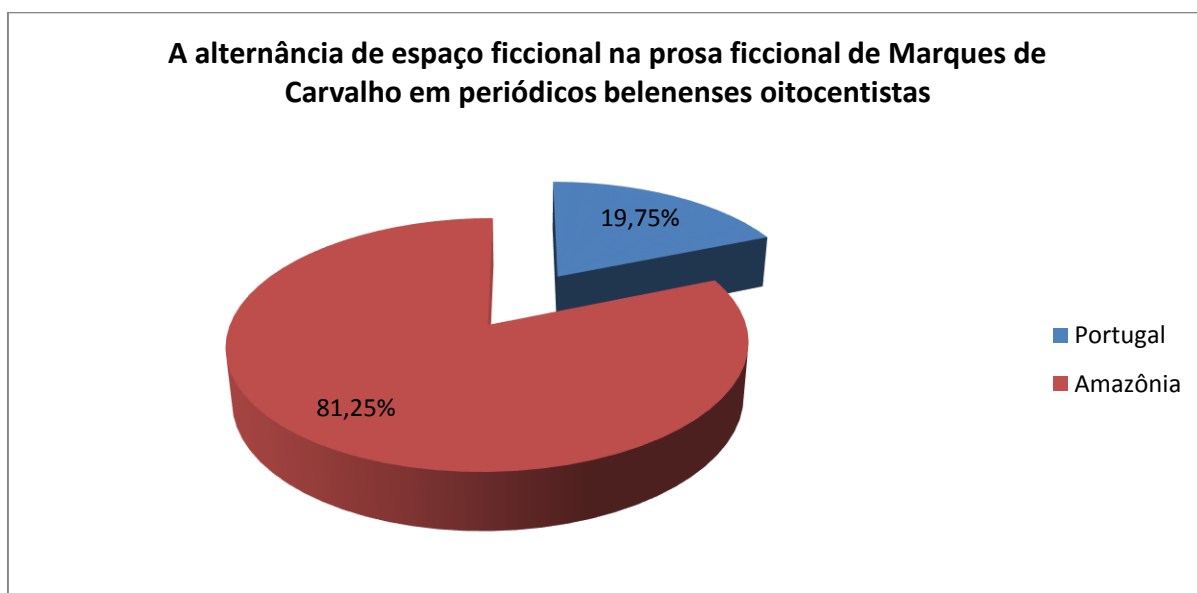


Gráfico 2: número de textos em prosa de ficção ambientados em Portugal e na Amazônia.

Durante o século XIX, a participação de Marques de Carvalho em periódicos belenenses foi efetiva. No gráfico acima, considerando um universo de 16 textos em prosa de

ficção, entre contos e romances, é possível percebermos que 81,25% do total foram ambientados na região amazônica e 19,75% em Portugal. O romance “Ângela” (1883-1884), divulgado no jornal *Diário de Belém*, e os contos “A Cereja” (1885) e “A comédia do amor” (1885), publicados no jornal *A Província do Pará*, tiveram seus enredos desenvolvidos em cidades pertencentes ao território lusitano. Já os romances “A leviana: história de um coração” (1885) e “O pajé” (1887), lançados, respectivamente, nos jornais *A Província do Pará* e *A República*, apresentam regiões da Amazônia como espaço onde se desenvolve a narrativa. Além desses romances, alguns contos também apresentam a intriga sendo desenrolada também na região Norte do Brasil, como “Que bom marido!...” (1885), “Ao despertar” (1887), “No baile do comendador” (1889), “Posições” (1890), “Conto de Natal” (1897), “Um como tantos” (1898), “O fim do mundo” (1899) e “A neta da cabocla de Ourém” (1899), publicados no jornal *A Província do Pará*; “Ao soprar a vela” (1887) e “História incongruente” (1887), divulgados no periódico *A Arena*; e “O preço das pazes” (1887), lançado no jornal *Diário de Belém*, como podemos observar na tabela a seguir.

Título	Ano	Jornal	Coluna	Gênero	Fascículos	Condição
Ângela	1883-1884	Diário de Belém	Variedade	Romance	22	Incompleto
A leviana: história de um coração	1885	A Província do Pará	Folhetim	Romance	38	Incompleto
A Cereja	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	07	Completo
A gruta do amor	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Incompleto
A comédia do amor	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	06	Completo
Que bom marido!...	1885	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo
O pajé	1887	A República	Folhetim	Romance	23	Incompleto
Ao soprar a vela	1887	A Arena	***	Conto	02	Completo

História incongruente	1887	A Arena	***	Conto	01	Completo
A medalha do soldado	1887	A Arena	***	Conto	01	Incompleto
Ao despertar	1887	A Província do Pará	Ciências, Letras e Artes	Conto	01	Completo
No baile do comendador	1889	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo
Posições	1890	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
O preço das pazes	1887	Diário de Belém	Parte Literária	Conto	01	Completo
Conto de Natal	1897	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
Um como tantos	1898	A Província do Pará	Folhetim	Conto	01	Completo
O fim do mundo	1899	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo
A neta da cabocla de Ourém	1899	A Província do Pará	***	Conto	01	Completo

Tabela 6: textos em prosa de ficção de Marques de Carvalho publicados em periódicos belenenses oitocentistas (1880-1900)

Embora na produção ficcional de Marques de Carvalho haja um predomínio da região amazônica atuando como espaço da narrativa, é curioso o fato de que alguns de seus textos, mesmo que representem uma pequena porcentagem, tenham sido ambientados em Portugal, pois o escritor paraense sempre se empenhou em promover a Amazônia, não apenas a partir do conjunto de sua obra, como também do interesse em criar agremiações literárias e jornais voltados para incentivar a publicação de textos assinados por autores paraenses.

Para iniciar essa discussão, podemos recorrer à classificação de Ilana Heineberg acerca dos romances-folhetins escritos por autores brasileiros no século XIX¹⁴⁴. A partir do *corpus*

¹⁴⁴ O objetivo principal da tese de doutoramento de Ilana Heineberg é sair um pouco da questão histórico-geográfica e da recepção do romance-folhetim pelo público leitor e analisar os textos folhetinescos brasileiros, publicados entre 1839 e 1870, nos jornais *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, para observar sua organização narrativa, suas temáticas recorrentes e seus empréstimos.

reunido, Ilana Heineberg, segundo a cronologia e a formação do romance-folhetim no Brasil, divide os textos publicados no rodapé da página em três categorias distintas: miméticos, aclimatados e transformadores.¹⁴⁵

Os miméticos concernem aos romances publicizados em 1839, nos quais é possível percebermos uma transposição de um cenário estrangeiro para ambientar o enredo da narrativa. Esses textos podem se passar facilmente, e com frequência, por romances-folhetins estrangeiros, de tal modo que seus autores podiam até mesmo chegar a negar a paternidade da obra nos prefácios. Segundo Ilana Heineberg, a situação de expatriação assumida por esses textos brasileiros é a prova da importância do romance-folhetim estrangeiro, sobretudo do francês, para os autores, para os editores de jornais, para o público e, finalmente, para todo esse sistema literário em formação. Para a autora, é por essa razão que os primeiros textos em folhetim brasileiros aproximam-se da matriz, não para se reivindicarem como romances brasileiros, pois são anteriores à manifestação na prosa da estética romântica, que pretendia estabelecer uma identidade nacional à literatura brasileira, mas para serem reconhecidos como legitimamente folhetinescos, sendo, portanto, escritos aos moldes dos primeiros textos fundadores do gênero, reproduzindo os mesmos espaços e as mesmas temáticas.¹⁴⁶

Divulgados entre a década de 1839 e a década de 1850, os aclimatados, por sua vez, demonstram uma vontade explícita de transpor os costumes e os cenários nacionais para o romance-folhetim. Para Ilana Heineberg, essa noção pode ser justificada pelo fato de que esses textos são posteriores à publicação das primeiras manifestações do gênero romanesco no Brasil. As temáticas e as escolhas espaciais desses textos, por conseguinte, representam uma forma de descoberta do país pelo romance, pois nesse período há por trás dessa aclimatação uma espécie de responsabilidade social, que toma conta da consciência dos romancistas brasileiros. Para a autora, porém, os romances-folhetins aclimatados não rompem ainda com os moldes folhetinescos da matriz.¹⁴⁷

Publicados entre 1860 e 1870, os transformadores, finalmente, muito mais do que transpor os costumes e os cenários nacionais para a narrativa folhetinesca, demonstram uma tomada de posição e o início de uma transformação face ao modelo folhetinesco. É nesse período que o gênero consegue obter sua autonomia em relação aos modelos estrangeiros. De

¹⁴⁵ Cf. HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro** : Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens *Jornal do comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* et *Correio mercantil* (1839-1870). Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle, 2004. 400 f. Thèse de Doctorat – U. F. R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Université de la Sorbonne Nouvelle.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

acordo com Ilana Heineberg, essa tomada de posição não significa uma negação do modelo folhetinesco, mas sim o emprego de procedimentos narrativos e estilísticos que demonstram uma consciência crítica, comumente por meio do humor.¹⁴⁸

Segundo Ilana Heineberg, o processo de formação e de consolidação do romance-folhetim brasileiro não é de forma alguma estático ou regular. Alguns textos apresentam vestígios das fases anteriores ou posteriores, assim como há romances inteiros que parecem dialogar com uma fase subsequente ou voltar a uma precedente. Assim, a autora conclui que essas etapas marcam apenas pontos de referência de um processo longo e irregular.

É importante enfatizar, contudo, que o *corpus* delimitado por Ilana Heineberg em suas pesquisas se restringe somente aos textos brasileiros que foram divulgados no rodapé das páginas de três jornais cariocas. É possível, portanto, que o desenvolvimento do romance-folhetim em outras províncias não necessariamente se enquadre no processo sistematizado pela autora, de tal modo que as fases de formação do romance-folhetim em outras localidades não coincidam com as fases de formação do romance-folhetim no Rio de Janeiro.

Além disso, o estudo no qual Ilana Heineberg pretende discutir a formação do romance-folhetim brasileiro é feito a partir de um *corpus* que comporta apenas textos folhetinescos que foram divulgados em jornais cariocas. Esse fato, por conseguinte, demonstra que as pesquisas foram realizadas apenas em nível local e não nacional. É óbvio que esse caso não desmerece em nenhum momento o trabalho de Ilana Heineberg, uma vez que a ampliação do *corpus*, adicionando jornais que circularam em outras províncias, representaria um tempo incalculável destinado à pesquisa e um trabalho de muito maior fôlego. No entanto, é importante termos a consciência de que, ao usar como referência a tese de doutoramento da autora, não é possível acreditarmos que em qualquer lugar do Brasil as fases de formação do romance-folhetim se comportarão da mesma maneira.

Se tentássemos aplicar a classificação de Ilana Heineberg aos textos em prosa de ficção de autoria de Marques de Carvalho, seria possível afirmarmos que alguns deles estão na fase mimética, pois são ambientados em cidades portuguesas, enquanto os demais se enquadram na fase de aclimatação, pois são representados em cidades da região amazônica. Essa análise, contudo, se não está equivocada, apresenta minimamente uma visão reducionista e precipitada sobre o tema, uma vez que há uma distância temporal muito grande entre os romances-folhetins brasileiros analisados por Ilana Heineberg, publicados em pleno

¹⁴⁸ Cf. HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro** : Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do comércio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870). Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle, 2004. 400 f. Thèse de Doctorat – U. F. R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Université de la Sorbonne Nouvelle.

Romantismo, e os contos de Marques de Carvalho, divulgados em periódicos já nas duas últimas décadas do século XIX.

Para obtermos uma análise mais apurada, recorreremos ao enredo dos textos em prosa de ficção de autoria do escritor paraense: primeiramente os ambientados em Portugal e depois os que representam o espaço amazônico.

3.1. Portugal: a representação do espaço lusitano nos textos de Marques de Carvalho

O primeiro texto ficcional cujo enredo se passa em solo lusitano é o conto “A Cereja”, publicado na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, em sete fascículos, entre os dias 15 e 23 de agosto de 1885. Essa narrativa é ambientada em Portugal, precisamente nas freguesias de Canelas¹⁴⁹ e Poiares¹⁵⁰, pertencentes ao concelho de Peso da Régua.

Podemos perceber que o narrador demonstra-se interessado pela descrição do espaço, uma vez que, logo no início da narrativa, se preocupa com pequenos detalhes e dedica um número significativo de linhas para descrever o local onde se passa a narração, como é possível observarmos no excerto a seguir.

Nos arredores de Canelas, – província de Trás-os-Montes, em Portugal, – por uma fresca tarde de domingo de maio, estavam três raparigas assentadas debaixo de uma amendoeira carregada de flores, a alguns passos onde se bifurca a estrada a fim de seguir para Poiares e para a Régua.

A natureza estava tranquila. As charruas descansavam, os bois haviam ficado na estrebaria, e o sino da capela de Nossa Senhora das Candeias tocava lentamente, para chamar às vésperas os fiéis que tinham assistido à missa da manhã.

Na azinhaga1 que conduz da aldeia ao cemitério as romeiras silvestres ostentavam as flores vermelhas sobre a verde ramada dos galhos espinhosos. Alguns bons montanhese haviam passado por essa azinhaga, para dirigirem-se ao campo do repouso e orarem sobre a sepultura onde descansavam a avó, a mãe ou os filhos. Outros, seguindo para a aldeia, faziam o sinal da cruz diante do símbolo da Redenção, que se elevava no meio do pequeno largo que precedia o adro da ermida.

O noroeste, que soprara enfurecido durante toda a semana, sossegara-se de manhã, sem dúvida para descansar também. A toutinegra cantava nas searas, e a codorniz executava um dueto com a companheira.

Tudo era alegria na primavera dos campos e dos prados, dos outeiros e dos montes, os lavradores tinham deixado em casa dos instrumentos de trabalho,

¹⁴⁹ Canelas, atualmente, é uma freguesia portuguesa do concelho do Peso da Régua, com 15,37 km² de área e 664 habitantes. Em 1849, no entanto, tinha 3580 habitantes e 53 km².

¹⁵⁰ Poiares, atualmente, é uma freguesia portuguesa do concelho do Peso da Régua e do Distrito de Vila Real, com 11,80 km² de área e 802 habitantes.

e, se aqui ou ali se via um camponês ou algum caseiro examinando as oliveiras ou as amendoeiras, é que uns e outros vinham para admirar as aparências da colheita. Além de que haviam todos envergado os trajes domingueiros e só alimentavam o pensamento de distraírem-se, da conversarem com os amigos, ou de irem refrescar-se nas tavernas do Terreiro em companhia dos camaradas.¹⁵¹

A menção à capela de Nossa Senhora das Candeias, por exemplo, evidencia que se trata, de fato, do lugar escolhido por Marques de Carvalho para ser palco dessa narrativa, pois esse templo religioso é considerado patrimônio arquitetônico da freguesia de Canelas.

Porém, embora o enredo se abra pela longa descrição do espaço, percebemos que a presença do meio desaparece, de tal modo que o narrador prioriza totalmente a caracterização das personagens e o desencadeamento das ações. Nesse sentido, observamos que a delimitação do território na ficção exerce uma função meramente decorativa na tessitura do texto, pois não há uma articulação entre o espaço e os demais elementos narrativos, como enredo e personagens.

Outro conto cuja intriga se passa em território lusitano é “A comédia do amor”, publicado na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, em seis fascículos, entre os dias 6 e 15 de setembro de 1885. O enredo dessa narrativa ocorre em Portugal, mais precisamente nas cidades do Porto e de Peso da Régua.

O caminho de ferro do Douro e Minho, construído entre 1875 e 1887, e a estação de trem de Campanhã¹⁵², inaugurada em 20 de maio de 1875, por exemplo, são mencionados na narrativa e constituem pontos de referência que aludem, de fato, às cidades portuguesas citadas nesse conto.

Antes de estar terminado o caminho de ferro do Douro e Minho, na época em que a locomotiva parava em Cahide, isto é, em 1878, pelas cinco horas de uma bonita tarde do mês de junho, um cavalheiro, montado num sendeiro de aluguel, seguia lentamente pela estrada que de Jogueiros conduz ao Peso da Régua.¹⁵³

Algum tempo depois do pôr do sol, o comboio vindo de Lisboa, chegara à estação de Campanhã, e um dos passageiros, depois de consultar o horário,

¹⁵¹ CARVALHO, Marques de. A Cereja. **A Província do Pará**, Belém, 15 ago. 1887, p. 2.

¹⁵² A estação de trem de Campanhã está situada na freguesia de Campanhã e serve à cidade do Porto, em Portugal. Inaugurada em 20 de maio de 1875, assumiu-se, na transição para o século XX, como um importante núcleo ferroviário, tanto no transporte de mercadorias e passageiros, quanto na gestão ferroviária e na manutenção de material circulante.

¹⁵³ CARVALHO, Marques de. A comédia do amor. **A Província do Pará**, Belém, 6 set. 1885, p. 3.

tendo sabido que o trem para Amarante devia partir à meia-noite, resolvera empregar as horas de espera passeando pela cidade.¹⁵⁴

Nesse conto, percebemos que há uma interação um pouco tímida entre o espaço e as personagens. O herói Raul de Menezes, por exemplo, era um homem de muitas posses e, por esse motivo, não precisa trabalhar para viver. Seu tempo, por conseguinte, era gasto em passeios pelos países mais diversos, como a Suíça, a França, a Itália e o Egito. Nada mais natural, portanto, do que encontrá-lo em estações de trem, como a de Campanhã, ou em hotéis, estalagens, hospedarias, pensões e pousadas, como o *Hotel dos Viajantes*, uma vez que o rapaz vive se locomovendo de um lugar para outro. Porém, embora haja uma relação do espaço com o perfil da personagem, não é possível afirmarmos que exista uma impregnação do espaço lusitano na composição do enredo, pois os ambientes mencionados no conto, como o caminho de ferro do Douro e Minho e a estação de Campanhã, não formam um elo unificado com outros elementos da narrativa e, por essa razão, apenas desempenham um papel ilustrativo na economia da ficção.

Além dos contos “A Cereja” e “A comédia do amor”, uma parte do enredo do romance “Ângela” foi ambientada em Portugal e a outra na Inglaterra. Publicado na seção *Variedade* do jornal *Diário de Belém*, entre os dias 17 de novembro de 1883 e 8 de março de 1884, em vinte e dois fascículos, esse romance foi o primeiro a ser escrito por Marques de Carvalho na imprensa jornalística belenense oitocentista.

Infelizmente, não há como sabermos o desfecho da história de Ângela, a heroína do romance, pois os fascículos finais dessa narrativa não foram localizados, provavelmente porque muitos números do jornal *Diário de Belém* não foram recuperados, ou talvez porque Marques de Carvalho não terminou de escrevê-la.

Porém, em qual espaço se passa o romance “Ângela”? Infelizmente, o romancista nos deixa sem resposta, pois, embora saibamos que o enredo desse romance se desenvolve em Portugal, o narrador não explicita o nome da aldeia em que vive a protagonista e, quando precisa mencionar esse espaço, utiliza o pseudônimo “A...”, como podemos observar nos excertos a seguir:

Tudo é deslumbrante em **A...**, aldeia encantadora que se esconde entre dois outeiros uma légua distante da majestosa Lisboa. Ao leitor pouca importa saber se está situada ao norte ou ao sul, a leste ou a oeste da *bela cidade de mármore e granito*.¹⁵⁵

¹⁵⁴ CARVALHO, Marques de. A comédia do amor. **A Província do Pará**, Belém, 13 set. 1885, p. 3, grifo nosso.

¹⁵⁵ _____. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 17 nov. 1883, p. 2, grifo nosso.

Algumas horas depois o sol morria além das montanhas de ***, e o crepúsculo vespertino começava de estender-se o seu majestoso manto de sombras pelas imensas regiões do firmamento. Os alunos da Academia das ciências regressavam a Lisboa, levando nas carteiras alguns esboços que deviam servir-lhe de modelos para algumas paisagens; – as espanholas, essas levaram as mãos repletas de flores que tinham colhido nos jardins do bom amigo residente em A...

– Não é verdade – perguntou Paqueta durante o trajeto para Lisboa, dormitando sobre o regaço de Arthur – não é verdade que tu não virás sozinho para A...?¹⁵⁶

Efetivamente, poucos dias depois Arthur saía de Lisboa, em direção à aldeia de A...; ia buscar o sossego de que necessitava para criar o primor de arte que, – pensava ele com secreta alegria, – já levava no espírito, prestes a revelar-se sobre o mármore, logo que as suas mãos empunhassem o buril.¹⁵⁷

No enredo, o narrador, embora não deixe claro o nome da localidade onde a história se desenrola, menciona algumas vezes lugares ou pontos de referência que se encontram nas adjacências da aldeia em que Ângela vive ou que são muito conhecidos em Lisboa, como a capela de Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁸, o rio Tejo¹⁵⁹, a Academia Real das Ciências¹⁶⁰ e o Teatro Nacional de São Carlos¹⁶¹, como podemos observar nas citações a seguir.

Como dissemos, corria a manhã de um dos mais belos dias de maio. Nesse dia, uma imagem, tida em grande veneração nas montanhas de ***, é transportada em triunfo da pequena **capela de Nossa Senhora da Conceição**, situada no cume de apreciável outeiro, para a pequena aldeia.¹⁶²

¹⁵⁶ CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 17 nov. 1883, p. 2, grifos nossos.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Em Portugal, há várias capelas construídas antes do século XIX em devoção a Nossa Senhora da Conceição, rainha e padroeira do país. Por essa razão, não é possível sabermos especificamente a que capela Marques de Carvalho se refere nesse romance.

¹⁵⁹ O rio Tejo é o mais extenso da Península Ibérica. A sua bacia hidrográfica é a terceira mais extensa na península, atrás do rio Douro e do rio Ebro. Nasce na Espanha e deságua no Oceano Atlântico, banhando, por exemplo, as cidades de Lisboa, Toledo, Santarém, Alcântara e Abrantes.

¹⁶⁰ A Academia Real das Ciências foi fundada no reinado de Dona Maria I em 24 de dezembro de 1779, em pleno Iluminismo. Depois da implantação da República, passou designar-se Academia das Ciências de Lisboa. Essa instituição científica portuguesa foi fundada com o intuito de incentivar a investigação científica, de estimular o estudo da língua portuguesa e de literaturas lusófonas e de promover o estudo da história portuguesa e das suas relações com outros países. A Academia encontra-se, desde 1833, instalada no antigo Convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco, em Lisboa.

¹⁶¹ Principal casa de ópera de Lisboa, em Portugal, o Teatro Nacional de São Carlos foi inaugurado em 30 de julho de 1793 pela Rainha D. Maria I para substituir o Teatro Ópera do Tejo, que havia sido destruído no terremoto de 1755.

¹⁶² CARVALHO, Marques de. Op. cit., grifo nosso.

Antes do rei do dia aparecer além das montanhas, uma deputação foi buscar a milagrosa imagem e logo começou o clássico passeio ao longo de um caminho de onde se vê um caudaloso ribeiro que, depois de atravessar alguns dilatados campos, arcando contra mil obstáculos naturais que a todo o momento lhe tolhem a passagem, retrocede de repente, para logo despenhar-se sobre o **Tejo**, que corre indômito do oriente para o ocidente.¹⁶³

Entre eles havia um grupo de jovens brasileiros alunos da **Academia Real das Ciências**, de Lisboa. O mancebo acercou-se dele. Receberam-no com um tiroteio de gracejos e felicitações irônicas.¹⁶⁴

Dessas três mulheres, a primeira era uma dançarina medíocre no **teatro de São Carlos**; – as duas outras eram *inquilinas* de um prédio de *vistosa aparência*, situado na *rua da Prata* em Lisboa.¹⁶⁵

Esses locais, à exceção da capela de Nossa Senhora da Conceição, são referidos apenas como pontos de referência no enredo do romance, de tal modo que não se tornam elementos constituintes da tessitura da narrativa. A menção a esses lugares, portanto, serve unicamente para demonstrar que a intriga ocorre em domínio lusitano, mesmo que o nome da aldeia onde se passa uma parte significativa do enredo não seja citado.

A capela de Nossa Senhora da Conceição, entretanto, é mencionada, pois no início do romance há uma romaria que leva uma imagem da rainha e padroeira de Portugal desse pequeno templo religioso até a “aldeia encantadora que se esconde entre dois outeiros uma légua distante da majestosa Lisboa”. Além de cânticos, ladainhas, romeiros e padres, essa peregrinação conta com a participação de crianças. Fantasiados de anjos, os rapazes bonitos e robustos, por exemplo, usavam coroas de flores ou de diademas feitos de papel dourado, asas nos ombros e uma almofada com algum emblema religioso. Em meio às crianças vestidas de anjos, destaca-se a figura de uma jovem já bastante crescida que, envolvida quase inteiramente por um véu branco, representava a Virgem. Essa moça é a protagonista do romance: a bela e ingênua Ângela.

Desse modo, a capela, a romaria, o dossel, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, além de outros elementos, servem não apenas para introduzir essa personagem no enredo do romance, como também para inseri-la em meio a um ambiente de devoção, religiosidade e

¹⁶³ CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 17 nov. 1883, p. 3, grifo nosso.

¹⁶⁴ *Ibidem*, 18 nov. 1883, p. 3, grifo nosso.

¹⁶⁵ *Ibidem*, 22 nov. 1883, p. 3, grifo nosso.

veneração. Nesse sentido, o fato de Ângela representar a Virgem na romaria foi uma forma de enaltecer algumas qualidades da heroína, como a pureza, a submissão e a brandura.

Além do espaço lusitano, parte do enredo se desenvolve na Inglaterra. Embora não haja alusão a pontos de referência que sejam caracteristicamente ingleses, esse país simboliza para Ângela uma forma de evasão de seus problemas, uma perspectiva de transformação e uma oportunidade de crescimento e instrução. Desse modo, se permanecesse na aldeia onde morava, a protagonista desse romance estaria fadada a uma vida pacata, áspera e medíocre.

No enredo do romance, por exemplo, quando conheceu Justino Guedes, o presumível pretendente a casar-se com Ângela assim que a moça alcançasse a maioridade, um rapaz loiro e franzino, de má fisionomia, curvado sobre um banco cortando algumas peças de couro, Arthur da Fonseca, em pensamento, definiu o futuro mediano ao qual Ângela estaria destinada, se não fosse pela mudança de país.

A imagem de Ângela, evocada em semelhante quadro, perdeu, aos olhos de Arthur, uma boa parte de sua poesia.

– Na verdade, valia a pena começar por ser uma *Virgem*, etérea e divinal, para acabar nesse covil negro e infecto pelas nauseabundas emanções do couro e da carne podre! Não importa, ela há de divertir-se. Se eu voltar algum dia a A..., será a mulher de um Justino Guedes, sentada no limiar da porta, como todas estas robustas mães de família feias e sujas, com quem, sem dúvida, ela há de parecer-se quando lhe vieram os filhos. Este pensamento fez-lhe o efeito de uma profanação; o espírito não podia habituar-se a ele.¹⁶⁶

Ainda que o desfecho da narrativa nos seja desconhecido, pois os números do jornal *Diário de Belém* não estão completos, é possível inferirmos que Ângela, com o auxílio das senhoritas Clary Lilly e Ophelia Campbell, personagens que são inseridas na narrativa para levá-la da aldeia onde vivia, alcançou o objetivo de instruir-se e educar-se, deixando de ser, portanto, uma moça ignorante, rude e ingênua.

Além dos espaços em que se desenvolve a narrativa, a nacionalidade das personagens também é um fator importante para que possamos compreender como são construídas suas características internas, como a personalidade, a moral, o caráter e a índole. Começemos a análise pela heroína do romance.

Ângela nasceu numa pequena aldeia portuguesa de onde nunca saiu até conhecer as senhoritas Clary Lilly e Ophelia Campbell. Desse modo, é possível percebermos que seu conhecimento de mundo era limitado, pois se restringia apenas à circunscrição do lugar onde

¹⁶⁶ CARVALHO, Marques de. Ângela. *Diário de Belém*, Belém, 28 nov. 1883, p. 3.

nasceu e se criou. Além disso, a falta de contato com a cultura letrada contribuía para que a jovem vivesse presa à ignorância e à ingenuidade, uma vez que as atividades que exercia na casa de sua tia Gracinda estavam sempre relacionadas ao campo doméstico.

Pela romaria a Nossa Senhora da Conceição que abre a narrativa, notamos também que a religiosidade e a fé movem muitos devotos não somente da aldeia como também de suas adjacências a participarem dessa procissão. Nesse sentido, o perfil de Ângela é revestido de devoção à figura da Virgem, quem representava no percurso da romaria com muita seriedade e respeito.

Ela [Ângela] representava a Virgem. O véu branco que a envolvia quase inteiramente formava pregas soberbas à roda de sua delicada cintura; os seus negros e sedosos cabelos flutuavam soltos à mercê do vento um alfanje de ouro parecia atravessar-lhe o coração.

Com a cabeça um tanto pendida para a direita, ela tinha os olhos cravados num grande crucifixo que trazia respeitosamente nas mimosas mãos, e não via outra coisa além do pálido rosto do sublime mártir do Calvário.

Dir-se-ia que a donzela tomava a sério aquele papel que devia representar por espaço de uma hora, e o seu rosto, em cujas feições se refletiam a inocência e a fé, estava verdadeiramente divino. Em redor dela os homens exclamam: “Como é bela!” E as mães, ajoelhadas ao passar da romaria, citavam-na como exemplo a suas filhas.

Porém ela nada ouvia e os seus pensamentos subiam mais alto de envoltos com o oloroso fumo de turíbulos; talvez ela se sentisse transportada além deste mundo por um sentimento de ingênuo orgulho, que a sua devoção esforçava-se em reprimir. E, com efeito, não era bem glorioso e lisonjeiro ter sido escolhida para representar a rainha do céu aos olhos de toda a aldeia?¹⁶⁷

Quando se descobriu enganada e iludida por Arthur da Fonseca, o escultor por quem se havia apaixonado, a protagonista do romance, em razão do tamanho de sua religiosidade e de sua devoção a Nossa Senhora da Conceição, passou a acreditar que, ao sobrepor o amor que sentia por Arthur acima dos desígnios da Virgem, estava cometendo um pecado que poderia comprometer sua salvação eterna.

Quando, do fundo de seu isolamento, [Ângela] erguia as mãos para o céu, parecia-lhe que a Virgem censurava-a por se entristecer sem arrependê-la, e por não rezar senão para pedir o breve regresso do seu amado Arthur. Com efeito, não era isso uma criminosa obstinação no pecado?...

Ângela sacrificaria sem hesitar a sua salvação eterna, só para ver Arthur durante uma hora; Arthur tal como era outrora quando a amava.

A inocente virgem – pensava sem cessar – que esse desejo era a sua condenação, ou antes, sentia-o, julgando já ser presa das torturas do inferno;

¹⁶⁷ CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 17 nov. 1883, p. 3.

longe de minorar-lhe os sofrimentos morais, a religião dava-lhe terrores sem limites.¹⁶⁸

No romance, a aldeia onde Ângela nasceu e foi criada, portanto, é representada como um lugar onde impera a religiosidade, sentimento que, por sua vez, influencia a construção do perfil da protagonista. Dessa forma, as atitudes e os pensamentos da heroína ponderam sempre os desejos da divindade. Além do elemento religioso, a casa de sua tia Gracinda revela-se como um espaço que levaria Ângela a permanecer continuamente no mesmo nível de ignorância e ingenuidade, pois, se não fosse pela interrupção das inglesas Clary Lilly e Ophelia Campbell, a jovem passaria os restos dos dias a cuidar dos afazeres domésticos da casa onde morava. É interessante, no entanto, o fato de que Ângela tinha consciência dessa condição na qual se encontrava.

Porém ela [Ângela] não o [Arthur da Fonseca] via mais; o outono passou, depois o inverno, sem que o ingrato desse sinal de si; aquilo que a princípio recusara crer, foi pouco a pouco tomando uma aparência de medonha realidade; então passou-lhe no coração um drama silencioso; conheceu as alternativas da dúvida, do desespero, do desalento, do ódio, quase da loucura... Teve desejos de ir a Paris e matá-lo, porém foi impedida por essa ignorância de tudo e que lhe era comum com a ervazinha condenada a vegetar até ao fim sobre o montão de terra que a viu nascer.¹⁶⁹

Assim, é possível observarmos que o espaço ficcional influencia intimamente a construção do perfil da protagonista, de tal modo que a ingenuidade, a ignorância e a religiosidade, qualidades visíveis na personalidade de Ângela, apresentam uma relação relativa com os ambientes pelos quais a heroína transita, como a casa em que mora com a tia e as primas, onde trabalha como uma verdadeira criada.

Outra personagem que aparece no romance é o brasileiro Arthur da Fonseca. Percebemos que o narrador interessa-se em vários momentos da narrativa por enfatizar a nacionalidade do sedutor de Ângela, como os excertos subsequentes deixam claro:

É que a Virgem caíra do céu para sempre e o jovem **brasileiro** não tinha defronte dos olhos senão uma humilde filha do povo, lidando nas mil ocupações caseiras. Arthur lembrou-se da Maria Borradeira depois do baile.¹⁷⁰

¹⁶⁸ CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 21 dez. 1883, p. 3.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Ibidem, 23 nov. 1883, p. 3, grifo nosso.

Com efeito, desde que viera para Portugal, o nosso jovem **brasileiro** limitara-se a gozar apaixonada e negligentemente de tudo o que o rodeava; o prazer de ver, de admirar, de sentir, apoderar-se dele inteiramente.¹⁷¹

O golpe estava dado; o moço escultor **brasileiro** já ficava sabendo que as raparigas como Ângela não eram feitas para divertir por uma hora os namorados de sua espécie.¹⁷²

Desde aquele dia a priminha foi muitas vezes mandada ao jardim, para ir agarrar borboletas; [...] só muito mais tarde se importou de contar à mãe que o senhor **brasileiro** e a Ângela gostavam de ficar sozinhos; porém a senhora Gracinda foi depressa informada que a virtude da sobrinha corria perigo; o sinal de alarma foi dado primeiro pelos Guedes pai e filho; depois os vizinhos vieram cada um por sua vez dizer-lhe que tinham encontrado passeando fora da aldeia, ao anoitecer, nos caminhos afastados um par amoroso que se escondia dos transeuntes, e que parecia ser a Angelazinha de braço dado com o escultor estrangeiro.¹⁷³

Para compreendermos o perfil dessa personagem, elaboramos a seguinte questão: qual seria a intenção por parte do narrador em evidenciar repetidas vezes a nacionalidade brasileira de Arthur da Fonseca?

Essa personagem, embora tenha nascido no Brasil, não se remete nem apresenta um sentimento de pertença em nenhum momento a seu país de origem. Arthur da Fonseca é um escultor com ar garboso que vive viajando por países da Europa, como a França, onde passa maior parte do tempo. O narrador, contudo, sugere que alguns dos estereótipos dos brasileiros são a galanteria e a sedução, pois Arthur, após pedir permissão à tia da menina, a senhora Gracinda, conseguiu a autorização de que precisava para que Ângela comparecesse todos os dias a seu atelier para servir-lhe de modelo para seu mais novo trabalho artístico, com a única condição de que a jovem fosse acompanhada de uma prima, para evitar os comentários maliciosos das más línguas, visto que são necessárias todas as precauções contra os jovens brasileiros.

– Já lhes disse que tudo está preparado. A tia achou-me com cara de bom rapaz; depois de ter ponderado e combinado que a minha estátua seria vestida até ao queixo, ou pouco menos, o diabo da velha não pode resistir aos afagos de certa soma que lhe entregarei na véspera do primeiro dia de

¹⁷¹ CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, 21 dez. 1883, p. 3.

¹⁷² *Ibidem*, 25 nov. 1883, p. 3, grifo nosso.

¹⁷³ *Ibidem*, 15 dez. 1883, p. 3, grifo nosso.

trabalho. A única condição é que a menina nunca irá sozinha ao *estudo*; porque nós sabemos – acrescentou a megera rindo malignamente, – que todas as precauções são poucas contra os brasileiros da sua idade. Com efeito, ela deve sabê-lo por experiência própria; o demônio da mulher está bem conservada, e, se tivesse trinta anos menos, só lhe faltaria um pouco de garbo no corpo e doçura na fisionomia.¹⁷⁴

Além das lusitanas e brasileiras, há também as já citadas personagens inglesas compondo o enredo do romance, como as senhoritas Clary Lilly e Ophelia Campbell, duas mulheres solteiras e respeitáveis, cada uma com aproximadamente cinquenta anos. Ambas empreendiam o tempo a fazer viagens pelo continente europeu, como a França, a Alemanha, o Egito e “em todos os lugares onde se vai procurar o sol no inverno, o fresco do verão, os belos sítios ou os curiosos monumentos em todas as estações, fora da pátria, que se continua a colocar acima de tudo e a adorar religiosamente, porém de certa distância”¹⁷⁵.

Nesse sentido, podemos afirmar que, de modo geral, nas narrativas de autoria de Marques de Carvalho ambientadas em Portugal quase não há impregnação do espaço lusitano na tessitura do texto ficcional, de tal modo que a representação do território português não assume uma dimensão que ultrapasse a categoria de lugar onde se desenvolve a narrativa, pois o ambiente quase não interfere nas ações e na personalidade das personagens, no desenvolvimento do enredo e na demarcação do tempo.

Após analisarmos os espaços narrativos e sua relação com a construção do perfil das personagens, precisamos responder uma pergunta que ficou implícita durante o decorrer deste trabalho. Por que, então, um escritor paraense como Marques de Carvalho escreveu algumas obras de ficção cujo espaço ficcional representa o território lusitano?

Segundo José Eustáquio de Azevedo, Marques de Carvalho embarcou, em maio do ano de 1879, para Lisboa, capital de Portugal, para iniciar seus estudos no curso de humanidades.¹⁷⁶ É possível inferirmos, portanto, que os lugares mencionados nos contos “A Cereja”, “A comédia do amor” e no romance “Ângela” foram, de fato, visitados pelo escritor paraense.

Para irmos, no entanto, além do plano da inferência, recorreremos a um texto que Marques de Carvalho escreveu, em 1885, para o jornal *A Província do Pará*, intitulado “A fada malévola”. Nesse texto publicado na coluna *Folhetim*, o escritor paraense narra para seus leitores como chegou a ter conhecimento acerca da lenda sobre a fada malévola. Segundo ele,

¹⁷⁴ CARVALHO, Marques de. *Ângela*. **Diário de Belém**, Belém, 22 nov. 1883, p. 3.

¹⁷⁵ *Ibidem*, 29 dez. 1883, p. 3.

¹⁷⁶ AZEVEDO, José Eustáquio de. **Antologia amazônica**. Belém: Livraria Carioca Editora, 1918.

essa história lhe foi contada, em 1882, em suas andanças pelas estradas da província de Trás-os-Montes.

Em fins de 1882, o **autor destas linhas** seguia pela estrada que conduz da Régua a Canelas, montando num pobre sendeiro de aluguel e acompanhado por um *guia*, que levava sua pequena mala de viagem. Seriam três horas da tarde. A atmosfera estava coberta de densas nuvens cor de chumbo, prenunciando chuva ao cair da tarde. Não obstante, fazia muito calor, obrigando-nos a conservar-nos calados, para melhor aspirarmos um ou outro braço de ar que passasse.¹⁷⁷

Então, de fato, sabemos que Marques de Carvalho peregrinou pelas adjacências de Canelas e Peso da Régua, lugares citados em suas narrativas ficcionais, como “A Cereja” e “A comédia do amor”. Ainda ignoramos, entretanto, o motivo que o levou a ambientá-las em território lusitano. A resposta, talvez, esteja no ensaio crítico que o escritor paraense publicou, em 1885, no jornal *Diário de Belém*, sobre a produção tanto em verso quanto em prosa de seu amigo Paulino de Brito. Nesse ensaio, Marques de Carvalho explica por que desconhecia a evolução literária no estado do Pará.

A primeira vez que o [Paulino de Brito] vi foi em princípio de 1882, alguns dias após o meu regresso da Europa. Não o conhecia, nem de nome. Ausentara-me pequenino de terra natal, e voltava um homem, ignorando todas as transições renovadoras por que passara a minha província, desconhecendo o grão do movimento literário existente na Amazônia. [...] Que não pareça estranha esta minha ignorância do estado da evolução literária no Pará. De ordinário, na Europa, bem pouca importância se liga a esta parte da América do Sul, parecendo mesmo que o brasileiro se esquece, inteiramente, da sua pátria, quando vê os rendilhado dos florões do convento dos Jerônimos, em Lisboa, o *Covent-garden*, de Londres, ou transpõe, à noite, a brilhante gradaria do Bullier, de Paris. Se, de tempos a tempos, recorda-se da terra que o viu nascer, é para enviar um suspiro saudoso à família que lá vive pacatamente no meio do mourejar quotidiano, – nunca para se interessar pelo estão de civilização literária em que se acha o seu país. **O jovem brasileiro que estuda na Europa nenhuma importância dá aos acontecimentos políticos ou literários do Brasil, que apenas lhes chegam aos ouvidos como um débil murmúrio de água límpida e serena a deslizar-se branda pelas tendas de rochedos inclinados em declive suave.** Eis porque, ao chegar a esta província, ainda não conhecia a Paulino de Brito, não obstante a nomeada que ia granjeando entre os nossos conterrâneos este inteligente moço.¹⁷⁸

Como já foi mencionado anteriormente, Marques de Carvalho publicou o romance “Ângela” entre os anos de 1883 e 1884, no jornal *Diário de Belém*, e os contos “A Cereja” e

¹⁷⁷ CARVALHO, Marques de. A fada malévola. *A Província do Pará*, Belém, 4 jul. 1885, p. 2, grifo nosso.

¹⁷⁸ _____. Paulino de Brito. *Diário de Belém*, Belém, 24 fev. 1885, p. 2, grifo nosso.

“A comédia do amor”, em 1885, no periódico *A Província do Pará*. As demais obras de ficção que foram lançadas posteriormente foram desenvolvidas na Amazônia. Considerando, portanto, os argumentos de Marques de Carvalho em seu ensaio crítico sobre a produção de seu amigo Paulino de Brito e as datas de publicação de suas narrativas ficcionais, é possível afirmarmos que o autor paraense ambientou alguns de seus textos em prosa de ficção em Portugal, pois se encontrava distante em todos os sentidos – física e espiritualmente – de seu país, de sua região, de seu estado e de sua cidade natal. Somente quando retornou ao território brasileiro é que pôde familiarizar-se, em sua época, com a atual situação política e literária do Brasil. Podemos assegurar, portanto, que a escolha de Marques de Carvalho pela ambientação de algumas de suas narrativas em Portugal pode ser considerada puramente circunstancial.

Sabemos, então, que Marques de Carvalho ambientou alguns de seus textos em prosa de ficção em Portugal, onde morou durante alguns anos, quando cursava humanidades em Lisboa. Levando esse fato em consideração, poderíamos inferir que o autor paraense, talvez, tivesse escrito essas narrativas quando ainda estava na Europa. Pelo menos em relação aos contos, essa suposição não se sustenta, pois Marques de Carvalho escreveu “A comédia do amor” quando passou algum tempo no Ceará, em 1884, um ano antes da publicação dessa narrativa no jornal *A Província do Pará*, e “A Cereja” quando estava em Belém, em 1885, no mesmo ano do lançamento desse conto no mesmo jornal.

Quem olhasse naquele momento para os dois esposos notaria a arrebatadora expressão dos olhos azuis de Ana buscando encontrar os olhos negros de Raul quando cantaram o primeiro verso:

A mão do Onipotente guiou-me até aqui!...

Ceará – 1884.

FIM.¹⁷⁹

Luiza viveu só, coberta de luto pelo infeliz Epifânio. Alguns anos depois, morreu inconsolável pelas desgraças de que fora causa, e teve sepultura no cemitério da aldeia, ao lado daquele com quem quisera casar-se...

Pobre *Cereja!*...

Belém – 1885.

FIM.¹⁸⁰

¹⁷⁹ CARVALHO, Marques de. A comédia do amor. *A Província do Pará*, Belém, 15 set. 1885, p. 3, grifo nosso.

¹⁸⁰ _____. A Cereja. *A Província do Pará*, Belém, 23 ago. 1885, p. 2, grifo nosso.

Os contos em discussão, portanto, foram escritos no Brasil, mas ambientados em Portugal. De modo geral, apresentam espaços que fogem quase sempre ao ambiente doméstico, pois geralmente se passam em margens de estradas, em bailes, em casamentos, em hotéis, em igrejas, em chalés e em estações de trem. O romance “Ângela”, por sua vez, privilegia também o ambiente doméstico, mas se desenrola na maioria das vezes em procissões religiosas, em ateliers e em exposições de arte.

Se considerarmos, por conseguinte, o estudo de Ilana Heineberg, seria equivocado classificar as narrativas “Ângela”, “A Cereja” e “A comédia do amor” como miméticos, pois não é intenção de Marques de Carvalho, como já comprovamos anteriormente, reconhecê-las como legitimamente folhetinescas. Na verdade, a escolha pela ambientação de alguns de seus textos em prosa de ficção em Portugal deu-se por uma questão puramente circunstancial.

3.2. A representação do espaço amazônico na produção ficcional de Marques de Carvalho

Além dos textos ficcionais ambientados em Portugal, Marques de Carvalho também representou o espaço amazônico em outras narrativas de sua autoria. Publicado no dia 25 de dezembro de 1885, em um único fascículo, na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, o conto “Que bom marido!...”, por exemplo, é ambientado em Belém, capital do estado do Pará.

Nesse conto, além da menção à localização da casa de Bonifácio e Elvira na Estrada de São Brás (atual Avenida Brás de Aguiar), situada na cidade de Belém, a rotina anual do casal é organizada segundo os festejos que são realizados na capital paraense.

Dispostas as coisas para a segunda refeição, [Elvira] ia sentar-se à máquina de costura, que lhe dava não diminuta receita para o auxílio das despesas diárias. O ganho desses trabalhos e os vencimentos do sr. Bonifácio formavam uma soma bem razoável todos os meses, a qual lhes permitia de tempos a tempos o luxo de um camarote no **Theatro da Paz**, um passeio a bonde nas noites de luar, um vestido novo para o **Círio de Nazaré**, algumas dúzias de pistolas e bexigas na **feira de S. João**, e mais outras regalias que alegravam o gorducho amanuense e forneciam à encantadora esposa dele ensejo para satisfazer a sua natural vaidade de mulher bonita e nova...¹⁸¹

¹⁸¹ CARVALHO, Marques de. Que bom marido!... *A Província do Pará*, Belém, 25 dez. 1885, p. 2, grifos nossos.

É possível percebermos que o ordenado de Bonifácio e os trabalhos de costura de Elvira permitiam que o casal frequentasse de vez quando um luxuoso camarote no Theatro do Paz¹⁸², possibilitavam um passeio de bonde nas noites de luar, proporcionavam um vestido novo para Elvira no Círio de Nazaré¹⁸³ e algumas pistolas e bexigas na festa de São João¹⁸⁴.

O Theatro do Paz, em especial, representava, sobretudo na segunda metade do século XIX, uma suntuosa e imponente edificação localizada na zona urbana de Belém, quando a capital paraense era considerada no período áureo da borracha a metrópole da Amazônia e, segundo Maria de Nazaré Sarges, uma das cidades mais europeias do Brasil, dominada por um francesismo, principalmente no aspecto intelectual.¹⁸⁵ Nesse contexto, o Theatro da Paz recebia grandes companhias internacionais de teatro, de música e de dança, que possibilitavam uma vida cultural mais intensa em Belém. Contudo, sabemos que a visita a esses espaços de magnificência não era democrática, pois estava associada ao poder aquisitivo das famílias e, portanto, era permitida a um grupo específico.

Nesse conto, ressaltamos que as ações das personagens estão de acordo com os costumes, os eventos e os lugares frequentados pela sociedade belenense oitocentista. Desse modo, notamos uma relação muito estreita entre espaço e personagem. Não se trata, portanto, de apenas mencionar que o conto está sendo desenvolvido em algum espaço específico, mas sim de organizar sua estrutura narrativa de tal modo que o espaço, o tempo, o enredo e as personagens se entrelacem, formando uma unidade em que percebamos que esses elementos se influenciam mutuamente. É por essa razão que podemos afirmar que, nesse conto, não é apenas a descrição da rotina do casal Bonifácio e Elvira que fica em evidência, mas também a descrição do cotidiano de uma cidade no seio amazônico.

Além de pôr em revelo certos festejos e lugares típicos da cidade de Belém, o narrador, por meio de uma personagem secundária, uma criada mulata que trabalhava na casa de Bonifácio e Elvira, alude ao linguajar peculiar à população paraense. Essa personagem,

¹⁸² Fundado em 15 de fevereiro de 1878, durante o período áureo do Ciclo da Borracha, quando ocorreu um grande crescimento econômico na região amazônica, o Theatro da Paz foi construído para proporcionar divertimentos à elite local vigente na época. É considerado atualmente o primeiro teatro construído na Amazônia, o maior da região Norte e um dos mais luxuosos do Brasil.

¹⁸³ Realizado em Belém do Pará há mais de dois séculos, o Círio de Nazaré é uma das maiores e mais belas procissões católicas do Brasil e do mundo. Reúne, anualmente, cerca de dois milhões de romeiros numa caminhada de fé pelas ruas da capital do estado, num espetáculo grandioso em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, a mãe de Jesus, que ocorre sempre no segundo domingo do mês de outubro.

¹⁸⁴ Festa cristã realizada no dia 24 de junho em comemoração ao nascimento de João Batista, profeta que batizou Jesus Cristo nas águas do Rio Jordão.

¹⁸⁵ Cf. SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

responsável pela troca de cartas de amor clandestinas entre Jacinto e a esposa do amanuense, apresenta uma “voz cantada”, que, segundo o narrador, é considerada tipicamente paraense.

Por uma bela tarde de dezembro, o sr. Bonifácio descia do bonde em frente de casa, de volta de uma visita que fora fazer ao seu chefe de seção. Transpondo o limiar da porta, encontrou a mulatinha que saía apressadamente, escondendo entre as dobras do vestido um objeto que lhe atraíu a atenção de velho curioso.

– O que levas aí? – perguntou.

– Não é nada... – **respondeu a rapariga naquela voz cantada peculiar aos paraenses.**¹⁸⁶

Outro conto de autoria de Marques de Carvalho cuja intriga se desenvolve em Belém intitula-se “Ao soprar a vela”. Publicada no jornal *A Arena*, em dois fascículos, nos dias 17 de abril e 1º de maio de 1887, essa narrativa inteira desenrola-se na casa do casal Cândida e Roberto, onde prevalecem as relações domésticas e os hábitos e costumes de uma elite local. As únicas referências que demarcam o espaço da capital paraense no enredo desse conto são o jornal *Diário de Notícias*¹⁸⁷ e a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré¹⁸⁸.

E com que alegria, com que assomos de risonha infantilidade não ficou, na manhã imediata, quando leu no *Diário de Notícias* as linhas seguintes, que decorou à força de repeti-las baixinho? – “Uniram-se ontem à noite em matrimônio, na **igreja de Nazaré**, o Sr. Roberto da Silva Pedreira, honrado comerciante de nossa praça e a Exma. Sr. D. Cândida Anunciada Seixas, filha do nosso amigo Sr. Pandolfo Seixas, proprietário abastadíssimo. Foram padrinhos os Srs. Silvino Cunha e Antero de Mendonça e suas Exmas. consortes. Aos jovens conjugues desejamos o mais ridente porvir enaltecido das felicidades a que têm jus por seus dotes distintíssimos.” Ficou a nadar em júbilo, toda desvanecida por ver o nome nos jornais, comovidíssima pela lembrança de que, àquela hora, a cidade inteira estava sabedora da realização de seus íntimos desejos de moça apaixonada!...¹⁸⁹

A intriga desse conto gira em torno das reflexões de Cândida sobre a felicidade que sente por estar casada com Roberto e de um mistério que revela ao marido apenas ao final do enredo. Nesse sentido, os pensamentos da esposa amorosa, responsáveis por atribuir a essa personagem uma parcela de particularidade psicológica, se sobrepõem ao espaço ficcional e,

¹⁸⁶ CARVALHO, Marques de. Que bom marido!... *A Província do Pará*, Belém, 25 dez. 1885, p. 2, grifo nosso.

¹⁸⁷ O *Diário de Notícias* foi um jornal que circulou diariamente em Belém a partir da penúltima década do século XIX e chegou a fazer parte do cotidiano da sociedade belenense oitocentista até o ano de 1898. O primeiro número desse periódico saiu à luz no dia 26 de fevereiro de 1880.

¹⁸⁸ A Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, um dos principais patrimônios históricos de Belém, foi erguida em 1852, no mesmo lugar em que foi achada a imagem da Santa pelo Caboclo Plácido.

¹⁸⁹ CARVALHO, Marques de. Ao soprar a vela. *A Arena*, Belém, 17 abr. 1887, p. 8, grifos nossos.

por essa razão, este é pouco explorado, a ponto de exercer uma função periférica na economia dessa narrativa.

Outro conto de autoria de Marques de Carvalho que se desenrola na região amazônica intitula-se “História incongruente”. Diferentemente das narrativas anteriores, não é ambientado na capital paraense, mas na Ilha do Marajó. Apesar dessa peculiaridade, o espaço, em relação ao enredo e às personagens, dilui-se em meio aos outros elementos narrativos. A intriga, basicamente, gira em torno de um segredo guardado há anos pelo coronel Fonseca, que impede que seu filho Thiago case-se com Venância.

Esse conto foi publicado no jornal *A Arena*, em um único fascículo, no dia 22 de maio de 1887, mas foi escrito em Altos Pirineus, no sudoeste da França, em 1882, cinco anos antes de sua publicação em periódico.

E caiu redondamente para trás, agitado nas convulsões da gota, da sua moléstia habitual, ao mesmo tempo em que o filho rolava sobre a rede de maqueira, fulminado pela morte, que providencialmente o livrou de uma vida que daí em diante só poderia ser de tormentos e angústias indizíveis.

Altos Pirineus. – 1882.

MARQUES DE CARVALHO.¹⁹⁰

Ao considerarmos o lugar e o ano em que esse conto foi escrito, a hipótese que levantamos anteriormente esvai-se. Se, em 1882, Marques de Carvalho, quando ainda estava na Europa, escreveu o conto “História incongruente”, narrativa ficcional cujo enredo se desenvolve na Ilha do Marajó, não podemos mais afirmar, então, que o escritor paraense deixou de ambientar alguns de seus textos em prosa de ficção na região amazônica, como “Ângela”, “A Cereja” e “A comédia do amor”, porque no período em que os compôs se encontrava longe física e espiritualmente de sua terra natal.

O conto “Ao despertar”, por sua vez, foi publicado na coluna *Ciências, Letras e Artes* do jornal *A Província do Pará*, em um único fascículo, no dia 6 de fevereiro de 1887. Assim como no conto “Ao soprar a vela”, prevalecem nessa narrativa as relações e o espaço domésticos e os hábitos e costumes de uma elite local, com direito a uma pequena dose de humor ao final do enredo.

Outro conto ambientado na região amazônica é “No baile do comendador”, publicado na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, no dia 19 de maio de 1889, em um único

¹⁹⁰ CARVALHO, Marques de. História incongruente. *A Arena*, Belém, 22 maio 1887, p. 2, grifo nosso.

fascículo. Essa narrativa divide-se basicamente em duas partes: uma que representa um diálogo entre as personagens Arcelina e Machado, supostamente em um baile, em razão do título dado ao conto. Arcelina demonstra-se incrédula em relação à sinceridade das palavras do doutor Machado – ricas em afeto, lirismo e sentimentalidades – e narra-lhe uma história, que apresenta como pano de fundo a revolta dos cabanos, para lhe provar que sua descrença a respeito dos homens é baseada nas lições que aprendeu com a vida. Ao terminar a narração dessa história, Arcelina pergunta ao doutor Machado se ele ainda acreditava na existência de um só homem sincero e verdadeiramente amante, capaz de efetuar todas aquelas palavras mentiras que ele lhe havia proferido.

A outra parte, por sua vez, é justamente essa pequena história baseada em um fato verídico que Arcelina ouviu quando criança de uma velha que atendia pelo nome de Eufrásia. Para defender a ideia de que os homens não são confiáveis, Arcelina propõe-se a narrá-la ao doutor Machado para lhe servir como exemplo. No período da revolta da Cabanagem, Aniceto, um rapaz esbelto de uns vinte anos, morava às margens da baía do Guajará e estava de casamento marcado com Tomásia, uma rapariga que residia na margem oposta do rio. O jovem caboclo, sempre muito contente, passava horas inteiras ao lado de sua noiva. Houve, um dia, no entanto, que alguns guerrilheiros da Cabanagem, revoltosos e sedentos por derramar sangue, invadiram a casa de Tomásia, violentaram-na e ainda por cima mataram seus pais. Em meio à revolta dos cabanos, Aniceto escapou juntamente com a família para dentro da floresta. De sua casa, o rapaz presenciou a violência a que sua noiva foi submetida e, em nenhum momento, teve a iniciativa de salvá-la. Em vez disso, fugiu cheio de medo e sem remorso. Anos depois, Tomásia encontrou o antigo noivo vivendo na companhia de uma torpe mulata animalizada. Além disso, a casa onde Aniceto morava estava coberta pelo matagal. Tomásia, por sua vez, estava envelhecida e havia gerado um filho que era fruto da violência que sofrera.

É possível observarmos que Marques de Carvalho escreve uma narrativa que alude a um período marcante na história da província do Grão-Pará – a Cabanagem, um movimento formado basicamente por índios, caboclos, negros, mestiços das mais variadas combinações étnicas, libertos ou escravos. Segundo Vicente Salles, os cabanos “levaram sua luta até as últimas consequências, até a tomada do poder”¹⁹¹. É por essa razão que, durante a revolução social dos cabanos, houve a morte de muitos mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, além do homicídio de uma parte significativa da elite da Amazônia. Os brancos eram, no

¹⁹¹ SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e militantes excluídos**: capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 32.

entanto, o principal alvo dos cabanos, sobretudo os portugueses mais abastados.

No conto “No baile do comendador”, a personagem Tomásia é vítima da agressão dos guerrilheiros revoltosos da Cabanagem, e seu relacionamento com Aniceto chega ao fim porque o jovem caboclo, embora estivesse vendo que a noiva estava em perigo, não teve coragem de ir a seu encontro para tentar salvá-la e fugiu deixando-a para trás, totalmente entregue à própria sorte.

A cabanagem assolava esta parte da província. As aguerridas guerrilhas dos revoltosos percorriam sanguisedentas povoados e roças, buscando e fazendo vítimas por toda a parte, com o desabrimento impudico da mais ousada barbaridade.

Em tais condições, a casa dos pais de Tomásia não poderia escapar à visita dos desalmados. Esta foi sujeitada à mais torpe violência que se pode intentar contra uma donzela, e os pais da rapariga, por haverem querido dissuadi-los da infâmia, – após assistirem à perpetração selvática do atentado sem nome, sofreram inermes a pena última, dependurados, um defronte do outro, em dois galhos de sombrosa sumaumeira!

Escaparam ao rábido furor dos revoltosos Aniceto e seus pais, que se embrenharam precavidos nos profundos recessos da floresta. De sua casa haviam presenciado o que se passava na roça fronteira e nem um só momento o rapaz, aquele mesmo namorado fêrvido da véspera, sentiu um assomo de correr a vingar o ultraje a que lhe tinham submetido a noiva! [...]

Fugiu, poltronamente, cheio de medo, sem um remorso que, exprobrando-lhe a indignidade, propelisse-o a ir morrer no sítio onde haviam insultado a sua noiva, – sem ir arrebentar os miolos de um dos abjetos infames, ainda mesmo quando tivesse a certeza de ser feito pedacinhos pela tropa dos sicários!

Anos depois, quando se estabelecera a pacificação na província, a Eufrásia encontrou-o em casa, muito satisfeito e cínico, a viver na companhia de torpe mulata animalizada por uma vida de largas materializações soezes e gordurosas. [...]

Lá defronte, porém, a roça, tão florescente de antes, convertera-se em matagal e a infeliz Tomásia, – apatetada e envelhecida, coberta de andrajos e chorosa, – tinha simplesmente, como testemunha da sua desgraça, uma criança inconsciente, um filho que dentro dela semeara a hedionda selvageria dos revoltosos.¹⁹²

É possível percebermos, então, que o enredo dessa narrativa apresenta como pano de fundo um fato histórico que se desenvolveu na região amazônica durante o período regencial, precisamente na segunda metade da década de 1830. Além do movimento cabano, notamos a menção no enredo à farinha de mandioca, alimento tipicamente paraense. Na narrativa, a família de Aniceto, que sobrevivia da agricultura familiar, produzia a farinha mais famosa comercializada em Belém.

¹⁹² CARVALHO, Marques de. No baile do comendador. **A Província do Pará**, Belém, 19 maio. 1889, p. 3.

Viviam todos na mais lata felicidade que poderiam almejar em sua simplicidade medíocre de lavradores remediados. A farinha da sua roça era a mais afamada na praça de Belém e a seriedade com que tratavam negócios tinha-lhes aberto largo crédito em casa do seu correspondente na cidade.¹⁹³

Outro elemento que é também mencionado no conto é a baía do Guajará, que banha diversas cidades do estado do Pará, inclusive a capital, Belém. No enredo, as personagens Tomásia e Aniceto moravam em margens opostas do rio, mas esse obstáculo não impedia que o jovem caboclo o atravessasse para encontrar-se com a noiva.

Da outra banda do rio, à margem esquerda deste mesmo Guajará que rola suas túrbidas águas aos pés de Belém, uma roça havia, naquele tempo, – em 1835, – que era o abrigo de uma simples família de modestos caboclos agricultores: pai, mãe e um filho, rapaz esbelto, no pleno vigor de uns 20 anos sadios e bem desenvolvidos. [...]

O rapaz, Aniceto, andava de casamento justo com a Tomásia, uma rapariga da margem oposta do rio, moradora num sítio quase fronteiro à roça. [...]

Uma vez por semana, aos sábados, a pequena montaria do jovem caboclo rasgava, cheia de vigor, o claro seio do rio e transportava-o rejubilado à pequenina casa da venturosa amante sitibunda de mirar-lhe as suaves transparências do olhar e ouvir-lhe a incomparável meiguice das longas falas singelas e apaixonadas.¹⁹⁴

Percebemos, então, que os elementos que caracterizam a região a que esse conto se refere combinam-se para que haja uma impregnação do espaço amazônico na tessitura do texto ficcional, de tal modo que percebemos que a narrativa não tem condições de ser representada em nenhum outro lugar senão na Amazônia. Desse modo, podemos afirmar que não é apenas a história de amor sem sucesso de Aniceto e Tomásia que é narrada por Arcelina, mas também uma das inúmeras histórias do movimento cabano na região amazônica.

No conto “Posições”, lançado no corpo do jornal *A Província do Pará*, em um único fascículo, no dia 6 de novembro de 1890, entra mais uma vez em cena a paisagem da capital paraense e, mais precisamente, o espaço e as relações domésticos. Diferentemente das narrativas “Ao soprar a vela” e “Ao despertar”, o conto “Posições”, no entanto, põe em relevo uma discussão comparativa entre a produção ficcional de dois escritores paraenses: um conto de Paulino de Brito e algumas estrofes épicas de Frederico Rhossard.

¹⁹³ CARVALHO, Marques de. No baile do comendador. **A Província do Pará**, Belém, 19 maio. 1889, p. 3.

¹⁹⁴ Idem.

No chão, aos pés, arrastava-se humilde um número de jornal.

[Dionísia] Acabara de ler, momentos antes, um conto de Paulino de Brito e algumas estrofes épicas de Frederico Rhossard e, por ventura, cotejando as impressões recebidas pelos trabalhos desses dois artistas, verificava e confessava que, para si, o talento de pintar o amor vale bem a glória de cantar, na epopeia, as aspirações do espírito moderno. A independência revoltada do autor dos versos, a sua rudeza irônica de oprimir de ridículo as convenções, escandalizavam-lhe as opiniões formadas pelo seu sentimentalismo desequilibrado de crioula enferma de nevrose periódica, toda vibrátil de histerismo. Propendia-lhe, naturalmente, a simpatia para o *conteur* delicado e chão, que lhe sacudia a alma com o acerbo sarcasmo das ideias novas.

Estava quase a detestar o poeta, numa incipiência de cólera que lhe enrugava a fronte, como a superfície de um igarapé tranquilo encrespam de leve tênues brisas tépidas do meio-dia. O sossego transudado do conto acalmava-lhe a pouco e pouco o tédio trazido da alcova, pelo efeito do contraste, e sentia-se mal com as estrofes que lhe acirravam a zanga. Imaginem que até chegou a ter ímpetos de escrever uma carta anônima, desaforada e enérgica, ao jovem autor das estrofes!¹⁹⁵

Considerando o perfil de Dionísia – inclinada a um “sentimentalismo desequilibrado de crioula enferma de nevrose periódica” – e seu julgamento acerca dessas duas produções ficcionais, podemos afirmar que o conto de Paulino de Brito, por exemplo, despertou a simpatia da personagem, pois apresenta características que estão de acordo com aspectos de sua personalidade. As estrofes épicas de Frederico Rhossard, ao contrário, lhe provocavam a cólera, uma vez que revelam a “rudeza irônica de oprimir de ridículo as convenções” e a “independência revoltada do autor dos versos”, apreciações que destoam de seu perfil sentimental.

Numa outra passagem do conto, no entanto, Dionísia, sem nenhuma razão aparente, relê os dois textos de naturezas diferentes (verso e prosa) e reconsidera o primeiro julgamento que lhes outorgou anteriormente.

Curvando-se, apanhou o jornal, principiou a reler o conto, singelo e piedoso como a afeição de um bom filho, de Paulino de Brito.

Era extraordinário! Já não gostara tanto dele. Passou à poesia de Frederico Rhossard: achou-lhe quase razão no junqueirino sarcasmo que as estrofes continham, rubro como grumos de sangue, ardente como a pimenta que, ao almoço, costumava amassar no prato, no tucupi dos peixinhos do mato ou das pacas sevadas e saborosíssimas.¹⁹⁶

Essa mudança de apreciação em relação à produção dos escritores paraenses revela uma faceta do perfil da personagem – a mimalhice. Desde seu nascimento, Dionísia foi uma

¹⁹⁵ CARVALHO, Marques de. Posições. **A Província do Pará**, Belém, 06 nov. 1890, p. 1.

¹⁹⁶ Idem.

menina minada, cheia de vontades, inconstante e intolerante a contrariedades. Desse modo, podemos afirmar que a alteração de seu julgamento acerca dos textos ficcionais de Paulino de Brito e Frederico Rhossard reitera um aspecto de sua personalidade.

Publicado na coluna *Parte Literária* do jornal *Diário de Belém*, no dia 2 de fevereiro de 1889, em um único fascículo, o conto “O preço das pazes”, assim como sucede na narrativa anterior, revela mais uma vez as relações domésticas na capital paraense. No entanto, há menção na economia do texto ao Liceu Paraense¹⁹⁷.

O general aceitara o convite com extraordinário gáudio do delegado especial, a quem eram familiares os inflexíveis rasgos de rude *catonismo* do Bandeira. Disposto a conservar as suas tradições de severo examinador, preparava-se para dirigir-se ao **Liceu**, no dia marcado, quando – oh! admiração! – apareceu-lhe no quarto a mulher, a Marocas, arrastando um longo penteador de batista, ornado de finas rendas sobre o colo, por cima das mais apeteceíveis redondezas turgidas que é possível imaginar.¹⁹⁸

O Liceu Paraense exerce uma função-chave para produzir um efeito cômico ao final da narrativa, pois o general Bandeira e a esposa Marocas estavam em clima de guerra, pois o marido negou-se a realizar um dos caprichos da mulher. As pazes entre o casal apenas se reestabeleceu quando o general Bandeira foi convidado para ser examinador de matemáticas, durante os exames da comissão especial da delegacia geral da instrução secundária do município da Corte. Aproveitando-se do cargo do marido, Marocas, em troca de seu perdão, pede-lhe para aprovar o estudante Antônio da Silva Laranjeira, cuja aprovação somente lhe foi possível por intermédio do general Bandeira, uma vez que o desempenho do rapaz nos exames foi uma negação.

Daí a pouco, foi chamado ao exame oral o senhor Laranjeira, cuja prova escrita não poderia ser pior. Escusado é dizer-te que o pequeno espezinhou a ciência com toda a coragem de um preparatoriano ignorante. Como, porém, desempenhava ali as altas funções de representar a bela Marocas, à falta de Minerva, o general deu-lhe boa nota e muito se empenhou para que a indulgência dos demais examinadores salvasse da guilhotina o infeliz.¹⁹⁹

¹⁹⁷ O Liceu Paraense (atual Colégio Estadual Paes de Carvalho), criado em 1841, foi o primeiro estabelecimento oficial de instrução pública no estado do Pará. O interesse dos homens públicos paraenses de manter sempre atualizado o ensino secundário do Liceu Paraense refletia não apenas o desejo manifesto de dotar esse estabelecimento de ensino do que existia de mais moderno no país, como também a vontade política de criar distinção social para os filhos das elites paraenses.

¹⁹⁸ CARVALHO, Marques de. O preço das pazes. **Diário de Belém**, Belém, 2 fev. 1889, p. 1, grifo nosso.

¹⁹⁹ Idem.

Nesse conto, Marques de Carvalho aproveita também o espaço ficcional para denunciar uma das consequências desses exames realizados no estado no Pará.

Aconteceu que naquele mesmo tempo, fora o general Bandeira convidado para examinador de matemáticas, durante os exames da comissão especial da delegacia geral da instrução secundária do município da Corte, – **essa criação absorvente e desconchavada, que tira toda a força autonômica dos nossos liceus provincianos, reduzindo-os às simples e modestas proporções de insignificantes escolas de primórdios científicos e literários, destituídos do mínimo valor perante as academias superiores do império...**

Mas dispensemos esta tirada pedagógica, meu excelente amigo, e continuemos na exposição dos acontecimentos que prometi referir-te.²⁰⁰

Assim como ocorre na narrativa “História incongruente”, o “Conto de Natal”, publicado no jornal *A Província do Pará*, no dia 25 de dezembro de 1897, em um único fascículo, é ambientado também na Ilha do Marajó.

À porta da casa principal da fazenda, à beira-rio, em Marajó. Tarde assoalhada pomposamente na magnificência vencedora do grande astro descambante pelo espaço translúcido. Chovera uma hora antes e o céu, azul e brunido, estava ermo de nuvens. Dos campos infinitos, muito verdes ao perto, gradativamente azulados à medida que a vista buscava o horizonte, subiam olores adocicados, o bom cheiro das fortes pastagens ensopadas de água. E do lado dos estábulos, era um retintim jovial de cavaquinhos e violas, o sapateio ardente das danças campesinas.

Toda a família da Maricota, sentada no copiar em derredor da secular mangueira frondosa da esquerda, palestrava contente, ouvindo as boas chalaças inofensivas do sacerdote.²⁰¹

Podemos perceber pela descrição do espaço uma referência a elementos naturais típicos da região, como as chuvas vespertinas, o rio e as mangueiras. Em crítica publicada no jornal *A Província do Pará* do dia 27 maio 1984, Eidorfe Moreira afirma que o espaço ficcional no romance *Hortênci*a não recebe um tratamento apropriado de valorização, pois Marques de Carvalho não prestigiou as características peculiares da capital paraense, ao contrário de outros prosadores do Naturalismo, que ressaltaram as singularidades do espaço ficcional em que se passa o enredo de suas obras. O crítico ressentiu-se, por exemplo, pela ausência de uma referência às mangueiras, espécie de árvore típica da capital paraense, que fez com que Belém fosse conhecida popularmente como “A Cidade das Mangueiras”. Além disso, no que diz respeito à climatização, Eidorfe Moreira enfatiza que o romancista também

²⁰⁰ CARVALHO, Marques de. O preço das pazes. *Diário de Belém*, Belém, 2 fev. 1889, p. 1, grifo nosso.

²⁰¹ _____. Conto de Natal. *A Província do Pará*, Belém, 25 dez. 1897, p. 1.

não valorizou as chuvas torrenciais e o clima quente e úmido, características climáticas típicas de cidades tropicais como Belém²⁰².

Em “O conto de Natal”, ao contrário do que afirma Eidorfe Moreira em seu texto crítico, podemos afirmar que Marques de Carvalho põe em evidência os elementos naturais que são peculiares à região amazônica, como a menção aos rios, responsáveis pelo sustento, pela alimentação e pela locomoção da maioria das famílias ribeirinhas; a alusão às chuvas vespertinas quase diárias, típicas de lugares onde o clima é quente e úmido; a referência às mangueiras, árvores que podem ser muito bem cultivadas em países tropicais e subtropicais. Desse modo, podemos assegurar que a tessitura do texto narrativo impregna-se de espaço amazônico, uma vez que elementos tipicamente regionais misturam-se ao enredo e às personagens da narrativa.

No conto “Um como tantos”, volta a ser ambientada a paisagem urbana da cidade de Belém e, dessa vez, o espaço doméstico não se configura mais em primeiro plano. Publicada na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, no dia 27 de janeiro de 1898, em um único fascículo, essa narrativa desenha um panorama da capital paraense, onde recebem destaque o Ver-o-Peso²⁰³, o Clube Universal²⁰⁴, o Café Riche²⁰⁵ e as mangueiras²⁰⁶.

Haviam passado para Nazaré, de volta do **Ver-o-Peso**, os derradeiros bondes do espetáculo. A pouco e pouco, os peões tinham rareado no cimento dos largos passeios das avenidas, – o trânsito fizera-se nulo, um ou outro noctívago impenitente vagava à sombra propícia das **mangueiras** folhudas, investigando a distância com olhares incendidos de uma ponta de lubricidade contida a contragosto. Nos renques da iluminação elétrica manifestavam-se eclipses intermitentes, contra os quais praguejava, sem bem saber o porquê, o cocheiro de uma carruagem estacionada em frente ao **Clube Universal**. Poucas mesas restavam no terraço do **Café Riche**. Entretanto, um criado

²⁰² É importante ressaltar que há inúmeras ressalvas a ser feitas na crítica de Eidorfe Moreira sobre o romance *Hortênci*a, pois não é possível afirmar que Marques de Carvalho não situou adequadamente a paisagem urbana da cidade de Belém no final do século XIX, nem tampouco que a ausência dos elementos naturais característicos da paisagem belenense compromete o valor estético do texto.

²⁰³ O Ver-o-Peso é um mercado situado na cidade de Belém, no estado do Pará, localizado na Travessa Boulevard Castilho Franca, no bairro da Cidade Velha, às margens da baía do Guajará. Ponto turístico e cultural da cidade, é considerado a maior feira ao ar livre da América Latina e um dos mercados públicos mais antigos do Brasil. O mercado do Ver-o-Peso abastece a cidade com variados tipos de gêneros alimentícios e ervas medicinais do interior paraense, fornecidos principalmente por via fluvial.

²⁰⁴ O Clube Universal era um lugar reservado ao entretenimento e frequentado por famílias da elite belenense. Nesse clube, realizavam-se danças de salão e organizavam-se também festas.

²⁰⁵ O Café Riche era uma casa de diversão e um local de encontro, onde os principais grupos da elite paraense, ao modo da cultura europeia, mantinham intensas atividades culturais. Nesse estabelecimento, realizavam-se também debates sobre política, arte e cultura.

²⁰⁶ Um dos pontos importantes do projeto urbanístico do intendente Antônio Lemos foi a arborização de Belém, projeto criado para amenizar o calor intensa da cidade, para embelezá-la e para purificar o ar a partir do processo de fotossíntese. Para atingir essa finalidade, as mangueiras, entre as espécies de árvores escolhidas para arborização da capital paraense, foram as que mais se adaptaram ao solo e ao clima de Belém.

sonolento, não obstante a ausência de frequentadores, persistia, pelo hábito, em dispô-las em simetria, rodeando-as de cadeiras. O chão, ali, estava zebrado de umidades adocicadas, escorrido de Apollinaris transbordante, coalhado de rolhas pletóricas, aqui e acolá brilhante de pedaços de chumbo das garrafas de cerveja. Perto, gania um cão. Mas outro cachorro irrompera do centro da enorme praça, viera em linha reta, cabeça baixa e cauda erguida, para junto daquele e, após as rápidas saudações peculiares, foram-se ambos, General Gurjão a baixo. Libérrimos animais!²⁰⁷

Nesse conto, a personagem Silvério sai às ruas de Belém para fugir das circunstâncias críticas que lhe atordoavam dentro do próprio ambiente familiar – as gritarias enfurecidas da esposa, as recriminações da sogra e as ameaças do sogro. O amor pelos dois filhos pequenos, concebidos entre acessos de raiva e curtas calmarias, era o único fator que o prendia ao matrimônio. O ambiente externo ao espaço doméstico, portanto, representa a válvula de escape para evadir-se dos próprios problemas. É por essa razão que a paisagem urbana da capital paraense é posta em evidência na narrativa, pois Belém é descrita a partir do campo de visão da personagem, que observa atentamente as ruas, os lugares, os transeuntes e todos os acontecimentos que se passam a seu redor. Nessa narrativa, é possível assegurarmos que os espaços amazônico e ficcional entrelaçam-se, de tal modo que este não se configura como elemento periférico na economia do texto.

Outro conto ambientado na cidade de Belém intitula-se “O fim do mundo”, divulgado na primeira página do jornal *A Província do Pará*, no dia 14 de novembro de 1899, em um único fascículo. Nessa narrativa, a personagem Júlio, embora se manifeste incrédulo em relação aos prenúncios do fim do mundo, sente-se desconfortável a respeito de todo falatório que girava em torno desse assunto, tanto no trabalho quanto nas ruas. À medida que Júlio, perdido em seus próprios pensamentos, caminha pelas ruas da capital paraense, o narrador vai descrevendo os caminhos trilhados pela personagem, revelando, por conseguinte, a paisagem urbana da cidade de Belém. Podemos perceber que a Praça da República e a rua Conselheiro João Alfredo, por exemplo, são pontos de referência que aludem à capital paraense pelos quais passa a personagem Júlio.

Na rua, o ar livre fê-lo melhorar um pouco do mal físico. A preocupação moral, porém, lá estava agachada ao fundo do cérebro, nos recessos íntimos do cerebelo, dolorosamente.
Encontrou logo dois ou três conhecidos, que saudou distraidamente, sem expansão, contra o seu costume. Por toda a parte por onde passava, – à **rua**

²⁰⁷ CARVALHO, Marques de. Um como tantos. *A Província do Pará*, As noites amazônicas, Belém, 27 jan. 1898, p. 1, grifos nossos.

João Alfredo, principalmente, – viu dezenas de pessoas a fitarem o céu com rápidas e persistentes intercadências.²⁰⁸

Foi, por isso, a Nazaré: percorreu todas as linhas de bondes e, para cúmulo do desfastio, abalou até as Montanhas Russas, a gozar das trepidações bolonhesas, nessa noite mais sensacional, em virtude de oportuno preconício.

Toda a gente conhecida, – quantos, em Belém, possuem um nome, – viram-no a passear o seu imperturbável abdômen de hidrópico pelas enluaradas alamedas da **Praça da República**, ou nos esconsos recantos da Avenida Popular, em Nazaré. Houve mesmo um bisbilhoteiro que afirma tê-lo visto, já tarde da noite, sair cauteloso a fatigado de certo ninho, onde a morte soe ser efêmera e suave. Fora despedir-se da vida, perdoemo-lo.²⁰⁹

Desse modo, é possível observarmos que a parte urbana da cidade de Belém ganha um destaque no conto, de tal modo que o espaço equipara-se em grau de importância à personagem, elemento narrativo que geralmente ganha mais visibilidade do que os outros na economia do texto. Além disso, podemos afirmar que, nesse conto, em vez de o espaço influenciar os hábitos e os costumes da personagem, é a condição psicológica da personagem que influencia o espaço, pois Júlio, atordoado pelo prenúncio do final do mundo, transpassa para o ambiente ficcional esse estado de perturbação. É como se a capital paraense também pressentisse que o fim dos dias estava muito próximo e que não lhe restava muito tempo.

No conto “A neta da cabocla de Ourém”, por sua vez, lançado na primeira página do jornal *A Província do Pará*, no dia 25 de dezembro de 1899, em um único fascículo, Belém compõe mais uma vez o cenário ficcional da narrativa de Marques de Carvalho, na qual predomina o espaço dos salões, dos bailes e das festas da capital paraense do final do século XIX.

Nessa narrativa, a jovem Paquinha, como assim lhe chamavam, morava em Ourém, cidade onde nasceu e foi criada pela avó, até ser sequestrada por um embarcaçõ, que lhe levou para morar em Belém. Quando o entusiasmo de seu sedutor teve fim e começou a ser vítima de maus-tratos, Paquinha foge e depara-se com a grandiosidade capital paraense, totalmente diferente de sua cidade natal.

Na rua, teve a impressão de achar-se num labirinto: era a primeira vez que saía, em tamanho povoado; a casaria chegou a fazer-lhe medo, perdeu o jeito de andar: lágrimas fluíram-lhe dos grandes olhos negros,

²⁰⁸ CARVALHO, João Marques de. O fim do mundo. *A Província do Pará*, Belém, 14 nov. 1899, p. 1, grifo nosso.

²⁰⁹ Idem.

desconsoladamente. Ao quebrar uma esquina, esbarrou em apressado transeunte, pediu-lhe orientação para o caminho do porto. [...]

Em poucos dias, tornou-se conhecidíssima. A ingenuidade natural dos seus modos, a lhaneza dos ademanos, a própria incorreção com que se expressava, constituíam outros tantos aperitivos da concupiscência de seus protetores. Conquistar-lhe as preferências, um bom sorriso, ao menos, era afã em que se empenhavam dois terços da população viril de Belém. [...] E não poucos comendadores, dos mais adiposos e conspícuos, tiveram noitadas de insônia, flatulências insidiosas, – ruminando a relutância da moça em aceitar-lhes as tentadoras propostas. Paquinha comprazia-se menos em viciosas intimidades do que no revoloteio das valsas; e a inebriante efervescência de uma taça de champagne, em jucundo banquete, oferecia-lhe maior atração do que as promessas de instalações de luxo, que por experiência sabia dever serem sempre efêmeras, tão fugidío é o capricho dos homens.²¹⁰

Já há alguns anos vivendo na cidade de Belém, a personagem Paquinha, depois de uma forte desilusão amorosa que deixou seu coração dolorido, enxerga em seu retorno a Ourém e ao lar de sua saudosa avó o final de seus problemas e de suas angústias, além de uma nova perspectiva de recomeço.

Quando a embarcação deu as primeiras voltas de hélice, – a jovem tapuia, sentada à popa, envolveu a cidade num longo, inexprimível olhar de ódio. Descendo por trás da ilha das Onças, o sol rutilava, magnífico; e os milhares de vidraças, pelas janelas da casaria, no litoral, como que lhe retribuíram esse olhar numa deslumbrante reverberação incendida. Mas Paquinha volveu as pupilas para o alto, para o nascente e viu que o céu, de uma serenidade auspiciosa, arredondava a pureza da sua cúpula toda azul, misericordiosamente, sobre a terra e sobre as águas.

Cabocla, – supersticiosa. Paquinha inferiu gratos augúrios desse tranquilo aspecto do espaço. Se o nascente assim promissor estava, por que não havia ela de tornar a crer no futuro e esperar o almejado sossego para a sua pequenina alma dolorida, cuidando dos derradeiros dias da mãe de sua mãe? A esperança do amor trouxera-a um dia, águas abaixo; restituía-a o amor da esperança no bem-estar da consciência.

Foi com tais sentimentos que regressou ao lar da saudosa avó, na insipidez lacustre do lugarejo paraense, a neta da cabocla de Ourém.²¹¹

Percebemos que nos dois casos em que há alteração de espaço ficcional existe também uma mudança de consciência por parte da personagem. Antes de sair de Ourém, Paquinha era uma menina simples e ingênua, mas ao se estabelecer em Belém se tornou uma mulher sagaz, astuta e ousada, que já conhecia por experiência própria as propostas tentadoras dos homens, sempre tão efêmeras e fugidias. O retorno à cidade natal, por sua vez, representa uma nova tomada de consciência de Paquinha, uma vez que essa tapuia desiludiu-se em relação ao

²¹⁰ CARVALHO, Marques de. A neta da cabocla de Ourém. **A Província do Pará**, Belém, 25 dez. 1899, p. 1.

²¹¹ Idem.

amor, mas acreditava no restabelecimento de sua alma e na restituição do bem-estar de sua consciência. Desse modo, é perceptível que a alteração do espaço simboliza uma mudança de opinião da personagem sobre os homens, o amor, a família e os valores mais importantes na vida.

Além de seus contos publicados em periódicos de Belém do século XIX, há alguns textos do gênero romanesco de Marques de Carvalho que também são ambientados na região amazônica, como, por exemplo, o romance “A leviana: história de um coração”, publicado na coluna *Folhetim* do jornal *A Província do Pará*, entre os dias 25 de março e 4 de agosto de 1885, em trinta e oito fascículos.

Nessa narrativa, percebemos que prevalecem o espaço e as relações domésticas, a classe burguesa e a paisagem urbana da capital paraense no Oitocentos. Embora o narrador não priorize a descrição minuciosa dos aspectos físicos da paisagem da cidade, os personagens desse romance caminham pelos bairros, pelas ruas e pelas praças da Belém do século XIX e fazem parte de uma classe social abastada, formada por advogados, negociantes, mulheres e moças de família.

Chegados à rua, puxou do bolso dois charutos; ofereceu um a Carlos e acendeu o outro.
Depois seguiram pela rua adiante, em direção à **estrada de Nazaré**.²¹²

– Oh! Chegou, finalmente – disse-lhe a moça quando Estevão achou-se perto dela. Estava aborrecida de esperá-lo.
– Não pude vir mais cedo. Eu e o Carlos fomos a **Nazaré**, passeando a pé, e de vagar, por divertimento. Além de que, necessitei falar muito para resolvê-lo a ser franco comigo.²¹³

No dia seguinte, às 5 horas da tarde, Antônio de Lima e sua filha saíam de casa, para irem visitar o dr. César da Cunha.

Na **Praça de Pedro II** embarcaram no bonde que vai pela **estrada de Nazaré**, e, alguns minutos depois, achavam-se na **estrada da Independência**, à porta de uma bonita e espaçosa rocinha.²¹⁴

Outro romance de Marques de Carvalho que se desenrola na parte urbana da cidade de Belém intitula-se “O pajé”, divulgado na coluna *Folhetim* do jornal *A República*, em vinte e

²¹² CARVALHO, Marques de. A leviana: história de um coração. *A Província do Pará*, Belém, 24 abr. 1885, p. 2, grifo nosso.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ibidem, 30 maio 1885, p. 2, grifos nossos.

três fascículos, entre os dias 18 de janeiro e 20 de fevereiro de 1887. Nessa narrativa, as personagens caminhavam por lugares muito conhecidos em Belém no século XIX, como, por exemplo, a travessa de São Mateus (atual Travessa Padre Eutíquio), a estrada dos Mundurucus, a estrada de Nazaré (atual Avenida Nazaré), a Praça de Batista Campos, a Praça de D. Pedro II, o Theatro da Paz, assim como também as lojas *Notre Dame de Paris*²¹⁵ e *Formosa Paraense*²¹⁶.

Uma brisa fresca e rumorejante volitiva entre os arbustos e flores, e o luar, límpido e fantástico, esbatia-se na relva que atapetava a **Praça de Batista Campos**, a qual tomava a feição de um grande lago tranquilo, marginado por lagos e quintais. A alguns passos deles, um cavalo branco pastava, com o pescoço estendido, andando muito devagar. Ao longe, do lado oposto, vindo da **travessa de S. Matheus**, passava um bonde, sem passageiros. O condutor, sentado no último banco, dormitava, enquanto o cocheiro, muito atarefado, fustigava com o longo chicote os animais. O ruído das rodas confundia-se com os sons melancólicos de um piano que na **estrada dos Mundurucus** soluçava uma ária da *Norma*.²¹⁷

Uma tarde, – era em fins de Agosto, – convalescente passeava pelo jardim da rocinha, aspirando suavemente a fragrância das flores, encostado a uma grossa bengala; com a cabeça erguida, fitava o céu, onde pequeninas nuvens avermelhadas grupavam-se para o lado do poente. Borboletas volitavam sobre as dalias, um colibri pairava em cima de uma rosa monte cristo, indeciso. Da **estrada de Nazaré** vinha o ruído de um bonde seguindo em direção à **Praça de Pedro II**.²¹⁸

– Já mandaste ver a loja *Notre Dame de Paris*?
– Já, não encontrei.
– Admira: o José Leonardo costuma ter bons sortimentos...
– Vê tu até onde vai a minha caipora!
E suspirou, enfadada.
– Já foste ver o Kean, ao **Theatro da Paz**? – perguntou Mariana, para distraí-la.
– Ora! se eu estive doente...²¹⁹

²¹⁵ Muito similar à que existiu no centro do Rio de Janeiro, precisamente na Rua do Ouvidor, a *Notre Dame de Paris* foi uma das primeiras lojas francesas em Belém, onde se vendiam inúmeros artigos de luxo, como luvas de pelica, leques, sapatos de cetim, chapéus, perfumarias, cosméticos, sabonetes, óleos, vestidos, espartilhos, fitas de veludo de todas as cores e grampos pretos para chapéus.

²¹⁶ A *Formosa Paraense* era uma loja onde se vendia toda sorte de miudezas e de artigos de luxo. Possuía o que havia de mais delicado, de mais moderno e de mais chique em matéria de gosto. Localizava-se em Belém, na Rua João Alfredo, na esquina da Travessa São Matheus. Também atendia a qualquer pedido pelo telefone e ainda enviava qualquer mercadoria à residência do comprador sem cobrar nenhuma taxa pelo serviço.

²¹⁷ CARVALHO, Marques de. O pajé. **A República**, Belém, 19 jan. 1887, p. 3, grifos nossos.

²¹⁸ Ibidem, 20 jan. 1887, p. 3, grifos nossos.

²¹⁹ Ibidem, 28 jan. 1887, p. 3, grifos nossos.

- Mas que renda é essa, minhas senhoras? – perguntou o bacharel Eduardo.
- Uma renda muito estreita, enfeitada de vidrilhos...
- Sim, há... Mas o dr. interrompeu-me, não pude terminar. A renda que precisa é de seda; não há em parte alguma. A que restava na *Formosa Paraense* foi vendida há dias para o vestido de uma criada de Rosa. Vê, portanto, que a necessidade é lamentavelmente urgente; máxima quando o vestido está quase pronto e foi começado com a tal renda, que, por infelicidade, não chegou.²²⁰

Esses espaços aludidos na narrativa romanesca de Marques de Carvalho compõem o cenário urbano da capital paraense e revelam uma Belém próspera, urbanizada e cidadina, por onde caminham personagens que pertencem à elite local, que exibem seu poder de riqueza, que frequentam bailes e festas, que assistem a espetáculos no Theatro da Paz, que conhecem música erudita e que leem e discutem literatura. Geralmente, essas personagens que gozam de uma posição social privilegiada na sociedade belenense oitocentista são médicos, advogados, poetas e negociantes, além de mulheres e moças de família.

Nos excertos a seguir, é possível observamos, por exemplo, personagens não apenas frequentando espaços construídos em Belém no século XIX para promover lazer e diversão às classes sociais mais abastadas, como também discutindo música e literatura.

- Terminara o primeiro ato de *Madalena*, no Theatro da Paz. [...]
Num camarote de primeira ordem estavam Matias de Almeida, d. Josefa, Generosa, Mariana de Macedo e Eduardo da Anunciação. Este acabava de chegar, sentou-se ao lado de Generosa, dizendo-lhe risonho:
- Recebeu a pequena encomenda que tive a honra de enviar-lhe, d. Rosa?
 - É verdade! Recebi, doutor, e agradeço-lhe imensamente... Não a aceito, porém, senão com uma condição...
 - Qual?
 - É que o doutor há de receber a sua importância.
 - Ora, minha senhora, não falemos nisso, por quem é...²²¹

- Papai comprou-me hoje um trecho musical esplêndido: a *Sonata patética*, de Beethoven. Amanhã hei de tocar, isto é, havemos de tocá-lo simultaneamente, verás como é lindo! Beethoven é um dos mestres da escola alemã, agrada-me imensamente. Não avalias da embirração que tenho pelos compositores italianos: são uns chorões insuportáveis! – Passa-me aquela fita. Faze o favor... – Os tais senhores italianos parece que não sabem fazer outra coisa senão chorar. Às vezes acho insuportável semelhante asneira! Como se pode admitir que se tenha vontade de compor jeremiadas num país em que, segundo o que dizem os viajantes, tudo é prazer, juventude e festas

²²⁰ CARVALHO, Marques de. O pajé. *A República*, Belém, 29 jan. 1887, p. 3, grifo nosso.

²²¹ *Ibidem*, 4 fev. 1887, p. 3.

na limpidez do céu e na perspectiva da paisagem, na serenidade do lago cristalino e no brando marulhar das ondas do Mediterrâneo? Nada: a Alemanha é o meu país: produz gênios como Wagner! Que grande homem, com mil cuias! Só o *Leohengrin* vale toda a bagagem musical da Itália! – Dá cá esse espartilho! - Quanta beleza no *Lohengrin*... Oh! É verdade! Lembraste daquela vez em que a d. Eufrásia disse que tinha dormido a sono solto enquanto eu estivera tocando o belo começo do primeiro ato? Deu-me vontade de esganá-la, por Deus! Ainda agora fico a tremer quando me lembra tal blasfêmia!... Tola!

– Há gente muito ignorante! – ponderou Mariana.²²²

E o Eduardo declamava, fazendo gestos largos, muito sério, apesar de não sentir a convicção do que dizia. Ele era um apologista dedicado dos contos de Boccaccio e do Marquês de Sade, sacrificava muitas horas a Paulo de Koch e outros escritores pornográficos, mas usa dessa linguagem austera no intuito de captar a confiança e a simpatia que nasce entre caracteres semelhantes.

– Não o drama! – continuou ele. – O drama é o vínculo da instrução, o cáustico da maldade. Quantos benefícios não têm vindo às famílias por intermédio do drama? Quantos maridos libertinos reconduzidos ao lar, quantas esposas adúlteras arrependidas e regeneradas, somente pela severa lição de um bom drama!...

– Faça-me o obséquio de concordar que há dramas insuportáveis que ficam muito aquém de uma opereta, doutor! – retorquiu Madalena sorrindo.²²³

Nesse romance, as personagens que possuem uma posição de prestígio na sociedade, sobretudo as femininas, usam trajes, acessórios e calçados que indicam a classe social a que pertencem. As roupas de Generosa, por exemplo, representam o vestuário de uma dama da elite local belenense, que se trajava com grande ostentação, seja para comemorar datas festivas, seja para ir a bailes e a espetáculos teatrais.

Generosa estava bastante pálida ainda. Trazia um vestido de cambraia ornado de rendas do Ceará, com pequenos laços de fita azul claro. Calçava sapatos pretos, sobre meias também azuis. O cabelo caía-lhe por entre as omoplatas numa trança enfeitada de angélicas.²²⁴

Chegou a tarde de quinta-feira santa. Generosa estava atarefada, preparando-se para vestir-se. Mariana dispunha-lhe sobre cadeiras, sobre o sofá, sobre a cama, as variadas peças de roupa que compõem o traje de uma mulher rica. Em cima do leito achava-se um custoso vestido de gorgurão preto, elegante e

²²² CARVALHO, Marques de. O pajé. **A República**, Belém, 9 fev. 1887, p. 3.

²²³ Ibidem, 17 fev. 1887, p. 3.

²²⁴ Ibidem, 25 jan. 1887, p. 3.

enfeitado de rendas de seda finíssima. Um chapéu da mesma cor tinha uma grande pena roxa, frisada.²²⁵

Generosa estava na alcova, sentada à beira do leito, dando instruções a Mariana, que lhe preparava as malas, dobrava-lhe os corpinhos de cambraia, as camisas rendadas, as anáguas com bordados da Madeira, as fitas, as mil nonadas que compõem um guarda-roupa feminil.²²⁶

Na cidade de Belém do século XIX, as mulheres que apresentavam uma condição socialmente privilegiada tinham um zelo especial pela indumentária, de tal modo que mandavam buscar vestidos confeccionados na Europa, sobretudo em Londres ou em Paris.²²⁷ Generosa, portanto, representa essa classe de mulheres que não apenas cuida dos próprios trajes, como também compra peças de roupas vindas da Europa, adquiridas em lojas francesas que se estabeleceram na capital paraense no século XIX, como, por exemplo, a *Formosa Paraense* e a *Notre Dame de Paris*, estabelecimentos comerciais citados nas páginas do romance.

Além de fazer menção a pontos que servem de referência para que saibamos que o romance se passa, de fato, na cidade de Belém, Marques de Carvalho insere na narrativa personagens que, embora não façam parte da elite local, são muito típicas na região amazônica, como a tia Faustina, uma preta velha que ajuda mulheres em trabalho de parto a dar à luz um filho, conhecida popularmente como parteira. Tão grande é sua devoção por essa senhora que o escritor paraense interrompe o enredo de seu romance para prestar-lhe uma singela homenagem.

Permitam-me que faça uma pequena divagação, afastando-me da marcha deste romance, para deixar imortalizado num livro meu o nome mais popular que atualmente existe na sociedade paraense.

A tia Faustina é um desses tipos que são o lado pitoresco de um povo e que existem em quase toda a cidade: – personagens conhecidíssimos, cujo nome é bastante para excitar um sorriso alegre, para evocar uma recordação pândega. É ela *un grand enfant gaté* das senhoras do Pará, que lhe são particularmente afeiçoadas e reconhecidas pelos eminentes serviços que dela hão recebido nas mais críticas situações de uma vida de mulher: é para a cidade de Belém o que são Fajardo para o Porto, o palhaço Augusto para Paris, a sr.^a d. Maria Pia para Lisboa, o Budião para Recife, o Castro Urso e o velho Pedro II para o Rio de Janeiro: um ridículo assunto de escarninho, – e isto se entende com os Budiões e Pedros II. – ou um objeto de luxo, uma

²²⁵ CARVALHO, Marques de. O pajé. **A República**, Belém, 9 fev. 1887, p. 3.

²²⁶ Ibidem, 20 fev. 1887, p. 3.

²²⁷ Cf. SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

encarnação da Caridade e da Benemerência, – e isto diz respeito à rainha de Portugal, ao Augusto do Circo e à asneirenta e simpática tia Faustina:

Imaginem os leitores se pode haver numa cidade pessoa mais credora de veneração, mas digna de estima, do que essas ignorantes pretas velhas que, com o socorro de uma longa prática, ajudam à realização desse laborioso ato fisiológico pelo qual uma criança entra a fazer parte dos seres humanos que por si sós, sem o auxílio de ninguém, respiram com toda a liberdade o ar que envolve o mundo! Eis a venerável missão da tia Faustina. – missão que bem merece a recompensa de uma estátua e que, todavia, só possui um pequeno altar em cada um dos devotados corações maternos que compõem a face respeitabilíssima de nossa sociedade...

A tia Faustina anda sempre acompanhada de uma pequena cesta dentro da qual vão as ferramentas de seu ofício: tesouras, fios, ligaduras etc. Está em contínuo movimento durante o ano todo, recebendo as *obras do Rio*, quando os recém-nascidos são brancos, as *obras de Marajó* quando pretos, e as *de Bragança* quando mulatos. Esta classificação também é aplicável conforme a remuneração que ela recebe, o que equivale a dizer que, muitas vezes, o mulatinho é *obra do Rio*, e o branco uma simples e insignificante *obra de Bragança*...

Durante o seu longo sacerdócio, a tia Faustina tem presidido ao nascimento de quase toda a *camada* paraense contemporânea. O autor destas linhas apressa-se a lavar-lhe aqui um voto de agradecimento, não por haver dela recebido os serviços respectivos, mas por entender que a rainha das parteiras de Belém merece uma repetição da justa homenagem que o seu ilustre amigo Luiz do Lago lhe rendeu por um dos folhetins do *Diário do Gram-Pará* em fins de 1884.²²⁸ (CARVALHO, *A República*, 20 fev. 1887, p. 3, grifo nosso)

Podemos afirmar que tia Faustina simboliza na economia do romance uma parte da população belenense que entra em contraste com a nova classe social emergente que, em razão da nova ordem econômica, se instaurou na capital paraense a partir da segunda metade do século XIX – a burguesia. Numa cidade onde crescia o número de médicos e hospitais, ainda era possível encontrar parteiras, que auxiliavam mulheres em trabalho de parto a dar à luz um filho.

Além de tia Faustina, outra personagem que é mencionada no romance é a figura polêmica do pajé, tipicamente conhecida na região amazônica. Contudo, como o romance não foi concluído, não sabemos qual será seu papel na economia do texto ficcional (se o de curandeiro ou o de charlatão), mas podemos inferir que Georgina será submetida aos rituais de pajelança ou aos medicamentos elaborados a partir de plantas medicinais da flora nativa para obter a cura, uma vez que os médicos não conseguiram pôr fim a sua doença.

Pelo teor, porém, do prefácio do romance, assinado pelo próprio Marques de Carvalho, podemos compreender que o pajé será um impostor, que se aproveitará da fragilidade da família do senhor Matias de Almeida, cuja maior vontade é conseguir, seja a qualquer custo, a

²²⁸ CARVALHO, Marques de. O pajé. *A República*, Belém, 20 fev. 1887, p. 3, grifo nosso.

reabilitação da saúde da única filha. O fato de o pajé exercer o papel de charlatão na narrativa é, conseqüentemente, mais condizente com a proposta estética que o escritor paraense defende no prólogo – o Naturalismo.

Desejei fazer um romance que fosse simplesmente um estudo físico-psicológico desse personagem astucioso e hipócrita que é o terror dos espíritos fanáticos do povo de minha província.²²⁹

O romance em folhetim termina quando Georgina, juntamente com os pais e com a amiga Mariana, está a caminho de Alenquer, município do noroeste do estado do Pará, onde, provavelmente, encontrará Pedro, o pajé indicado por tia Faustina.

Ah! Já sei: a minha filhinha precisa mudar de ares. Vão para Alenquer... Olhe, sinhá comadre, consulte o Pedro, o pajé do Surubiú. Ele dá remédio pra nossa filha, você verá!

– Quem é esse pajé?

– Oh! Nhá dona, um mulato de fama! Tem curado muita gente! Deus permita que a nossa *obra do Rio* fique boa, coitadinha... Mas onde então ela está? Hum! No quarto... Dê licença, comadre, vou ver ela...²³⁰
(CARVALHO, *A República*, 20 fev. 1887, p. 3)

Ao dar em d. Josefa o apertado amplexo de despedida, a tia Faustina recomendou-lhe na sua voz vibrante e arranhada:

– Experimente, nhá dona. Fale co'o pajé do lago de Surubiú! Adeus! Boa viagem!... Até na volta, madamas.²³¹ (CARVALHO, *A República*, 20 fev. 1887, p. 3, grifo nosso)

Nesse romance, podemos perceber que Marques de Carvalho tem o objetivo de representar, por meio da escrita, a fala de tia Faustina, para que o linguajar dessa personagem muito conhecida na região amazônica esteja condizente com a sua condição social e, por conseguinte, seja verossimilhante. Essa faceta demonstra, por sua vez, o empenho do escritor paraense em conceber uma literatura que represente fielmente a região amazônica.

Podemos afirmar que, nesse romance, em razão da enfermidade de Georgina, existe um embate entre o saber científico (medicinal) e o saber tradicional (popular). Por um lado, há o papel do médico Adalgiso da Costa, que não consegue curar pela segunda vez a enfermidade da filha do senhor Matias de Almeida; por outro, a figura incógnita do pajé, que

²²⁹ CARVALHO, Marques de. O pajé. *A República*, Belém, 18 jan. 1887, p. 3.

²³⁰ Ibidem, 20 fev. 1887, p. 3.

²³¹ Idem.

não sabemos se conseguirá restabelecer a saúde de Georgina, mas que provavelmente tentará restituí-la a partir dos saberes tradicionais da tribo, passados de geração em geração, dos quais é o depositário, como, por exemplo, o conhecimento de medicamentos feitos a partir de várias espécies de ervas, raízes, cascas, sementes e flores, além de substâncias animais e minerais.

Considerando todo o universo de textos em prosa de ficção de autoria de Marques de Carvalho ambientados na região amazônica, é possível constatar, por conseguinte, que a maior parte dessa produção ficcional põe em evidência o espaço urbano da cidade de Belém, onde se concentram as famílias que fazem parte da elite local. A maioria das personagens que ganha vida nessas narrativas de Marques de Carvalho vive em bairros nobres da capital paraense e frequenta espaços como o Theatro da Paz, os salões de festas, as casas de diversões e os clubes recreativos. Essas personagens, exibindo por onde passam seu poder de riqueza, transitam por uma cidade de Belém cidadina, cuja urbanização e infraestrutura foram provenientes do capital excedente da economia gomífera. Algumas narrativas, no entanto, são ambientadas na Ilha do Marajó ou trazem, além da paisagem urbana da capital paraense, menção a outras cidades do interior do estado do Pará, como Alenquer e Ourém.

Quando se trata dos textos em prosa de ficção ambientados na região amazônica, podemos afirmar que o espaço ficcional da maioria das narrativas assinadas pelo escritor paraense não é um componente periférico, mas atua na economia do texto como um elemento que contribui para caracterizar personagens e para provocar o desencadeamento do enredo. Desse modo, percebemos que os elementos narrativos – personagem, enredo e, sobretudo, espaço – inter-relacionam-se e, por essa razão, este último adquire uma relevância significativa para o texto ficcional.

É claro que em algumas narrativas, principalmente as que se desenvolvem no espaço doméstico, a paisagem urbana da cidade de Belém não é muito explorada, mas, mesmo assim, ainda podemos observar que as personagens que atuam nesses textos ficcionais pertencem a uma classe social de prestígio dentro da sociedade belenense oitocentista, pois fica evidente que possuem fortuna, serviços, instrução e tempo ocioso para se dedicarem ao lazer e, em alguns casos, à leitura.

A paisagem suburbana da Belém do século XIX, por sua vez, somente será objeto de interesse para Marques de Carvalho no romance naturalista *Hortêncina*, publicado em 1888, cujo enredo apresenta personagens que vivem às margens da capital paraense cidadina, como mulatos, lavadeiras, prostitutas, vendedoras de açaí, sapateiros, aguadeiros e homens vadios. O espaço doméstico, por sua vez, é constituído por pequenas casas, barracos, quartos e casas

de cortiço. Desse modo, o escritor paraense traça nesse romance um perfil de uma Belém mulata, periférica e marginalizada, que contrasta com a Belém urbanizada, desenvolvida e europeizada.

Considerando, portanto, toda a produção ficcional de Marques de Carvalho publicada na imprensa periódica, é possível afirmarmos que, embora o escritor paraense tenha ambientado alguns de seus textos em cidades lusitanas, seu projeto literário era voltado para oferecer visibilidade à região amazônica e, mais precisamente, ao estado do Pará, em razão não apenas da porcentagem de romances e contos cuja intriga se desenvolve na Amazônia, como também do quadro de hábitos e costumes regionais que ele objetivou trançar por meio do conjunto de sua obra.

A obra de Marques de Carvalho, de modo geral, tem como foco principal evidenciar a Amazônia em toda sua pluralidade. Por um lado, apresenta uma Amazônia urbana, cidadina e desenvolvida, por onde caminham personagens que desfrutam de uma posição de prestígio na sociedade belenense oitocentista; por outro lado, uma Amazônia tradicional, construída ficcionalmente a partir da representação de costumes tradicionais, de personagens estereotipicamente amazônicos e de elementos tipicamente regionais (culinários, linguísticos, geográficos, históricos, entre outros).

Nos contos ambientados na região amazônica, é possível percebermos que o espaço ficcional, de modo geral, não é apenas um elemento acessório, ou seja, o lugar onde se desenvolve a narrativa. Podemos observar que quase sempre o ambiente relaciona-se e combina-se com o enredo e com as personagens, de tal modo que há impregnação do espaço amazônico na tessitura da narrativa, interferindo nas ações das personagens, no desenvolvimento do enredo e na demarcação do tempo. Já nos contos ambientados em cidades portuguesas, notamos que o espaço lusitano não assume uma dimensão que ultrapasse a categoria de lugar onde se desenrola a narrativa. Além disso, embora alguns de seus textos em prosa de ficção sejam ambientados em território lusitano, não é possível afirmarmos que Marques de Carvalho apresenta uma produção ficcional em que o espaço narrativo seja oscilante, pois seus contos e romances, majoritariamente, representam a região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autores também são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e autores, criam noções de gênero, estilo e uma ideia geral de iniciativa literária que afeta seus textos, quer escrevam sonetos shakespearianos ou instruções para montagem de kits de rádio. Um autor pode usar seu trabalho para rebater críticas sobre sua obra anterior, ou prever reações que serão causadas pelo texto. Ele se dirige a leitores implícitos.

(Robert Darnton)

Sabemos que Marques de Carvalho recebeu apreciações negativas de alguns críticos consagrados e atualmente não desfruta de um estatuto canônico. Temos conhecimento também que a maioria de suas obras há muito tempo não é reeditada e alguns de seus textos estão ainda dispersos em periódicos que circularam em Belém no período em que viveu o autor paraense.

Marques de Carvalho pode não ter alcançado hoje um lugar de prestígio no âmbito da História da Literatura Brasileira, mas é impossível negarmos que ele foi um escritor singular no estado do Pará na segunda metade do século XIX, sobretudo em relação ao papel que desempenhou na imprensa periódica belenense oitocentista.

Como nenhum outro escritor da Amazônia no século XIX, Marques de Carvalho foi um autor que não apenas defendeu ferrenhamente o Naturalismo de Émile Zola, como também desenvolveu seu senso crítico elegendo como critério para definir a qualidade estético-literária das obras que avaliou a representação fiel da realidade. Nos romances que, no entanto, se propôs a escrever seguindo a doutrina naturalista, como “A leviana: história de um coração” e “O pajé”, Marques de Carvalho não obteve muito êxito nessa tarefa, pois os enredos dessas narrativas soam bem românticos, visto que neles podemos observar uma idealização da figura feminina, do sentimentalismo exacerbado e do amor.

Além de eleger o Naturalismo como o mais novo parâmetro estético, Marques de Carvalho censurou os poucos trabalhos críticos publicados no estado do Pará, pois julgava que eles apresentavam um tom atrevido e que tomavam como base noções antiquadas de literatura e crítica literária. Para o escritor paraense, esses ensaios improdutivos não causam

nenhuma espécie de efeito sobre o leitor, pois o crítico é logo descredibilizado, visto que perde de vista que seu foco é a análise apreciativa da obra e, por essa razão, deixa de cumprir satisfatoriamente seu papel. Marques de Carvalho, contudo, defendeu que os trabalhos críticos que apresentam um julgamento sério e fecundo já podem causar um efeito benéfico tanto no leitor quanto no próprio escritor, de tal modo que o crítico pode desqualificar a obra sem perder de vista o bom senso e sem agredir a figura do escritor.

Ressaltamos também que Marques de Carvalho foi um escritor preocupado com a pouca visibilidade da produção literária no estado do Pará, pois, além de contribuir para fundar agremiações literárias, como a Mina Literária e a Academia Paraense de Letras, esteve empenhado em defender a existência de uma literatura paraense no estado. Para Marques de Carvalho, embora ainda se mantivessem afiliados ao Romantismo e negassem o Naturalismo como o mais novo e promissor movimento-estético literário daquela época, os escritores conterrâneos sabiam produzir obras românticas de excelente qualidade. Além disso, o escritor paraense aproveitou o espaço ficcional em alguns de seus contos e romances para divulgar as obras de seus amigos escritores, como Paulino de Brito, Frederico Rhossard e Teodorico Magno.

Além de preocupar-se com o lugar da produção literária no estado do Pará em nível nacional, Marques de Carvalho foi o escritor que mais publicou textos nos periódicos locais, como poemas, crônicas, lendas, ensaios críticos, romances e, sobretudo, contos. Na maioria de seus textos em prosa de ficção, representou a região amazônica, sobretudo a cidade de Belém do século XIX. Nos contos “A Cereja” e “A comédia do amor” e no romance “Ângela”, contudo, representou o espaço lusitano, mas poucas vezes o colocou em evidência na tessitura dessas narrativas, de tal modo que podemos afirmar que o ambiente não influenciou no desenvolvimento do enredo.

Como nenhum outro escritor da Amazônia no século XIX, quando representou ficcionalmente a cidade de Belém, Marques de Carvalho destacou, no entanto, uma capital paraense do período áureo da economia gomífera, cidadina e urbanizada, transformada no tempo da *belle époque* numa das cidades genuinamente mais europeias do Brasil, dominada pelo francesismo, com *boulevards*, praças, bosques, monumentos, teatros, avenidas pavimentadas, iluminação elétrica, bondes e, principalmente, árvores, para amenizar o calor, purificar o ar e embelezar a paisagem. A cidade de Belém à margem do processo de urbanização, contudo, apenas ganhou representação literária quando o escritor paraense publicou o romance *Hortência*, no qual Belém não ostenta riqueza nem luxo. Trata-se, nessa

obra, de uma Belém dos mulatos, lavadeiras, vendedoras de açaí, sapateiros, prostitutas e homens vadios. Esses personagens vivem em pequenas habitações, barracos, quartos e casas de cortiço. Além da capital paraense, Marques de Carvalho ambientou em alguns contos outros lugares do estado do Pará, como a Ilha do Marajó, Alenquer e Ourém.

O escritor paraense, com efeito, não alcançou um lugar de prestígio no cânone literário, pois foi excluído ou mal avaliado pelas instâncias de legitimação, como os compêndios de história da literatura brasileira e a crítica literária. Se considerarmos, no entanto, o conceito de literatura enquanto sistema, proposto por Antonio Candido, podemos afirmar que Marques de Carvalho, embora não desfrute atualmente de um estatuto canônico e seja um escritor nacionalmente pouco conhecido e lido, assim como muitos outros autores que se propuseram a seguir o movimento naturalista, representa um elemento significativo para a constituição do sistema literário nacional brasileiro e regional amazônico, visto que uma história da literatura propriamente dita não se constrói tomando como base apenas obras e escritores canonizados.²³²

²³² Cf. CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos (1750-1880). 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

REFERÊNCIAS

1. Livros

ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

_____. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro. In: BOSI, Alfredo (Organizador). **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

ASSIS, Machado de. O ideal do crítico. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (Organizador). **Uma ideia moderna de literatura**: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011.

_____. **O jornal e o livro**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

AZEVEDO, José, Eustáquio de. **Literatura paraense**. 3. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. **Antologia Amazônica**. Belém: Livraria Carioca Editora, 1918.

BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa periódica no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BOSI, Alfredo (Organizador). **Araripe Júnior**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

BORDINI, Maria da Glória. A materialidade do sentido e o estatuto da obra literária em *O Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, Regina [et al.]. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 201-202.

BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas**: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do desejo**: o erotismo no romance naturalista brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro, 1895.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos (1750-1880). 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Organizadores). **Crítica e movimentos do campo literário**: Configurações discursivas do campo literário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CARVALHO, Marques de. **Hortênci**a. Belém: Cejup/Secult, 1997.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitoras, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Organizadora). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORRÊA, Paulo Maués. **Leitura de dois Contos Paraenses de Marques de Carvalho**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

_____. Leitura mítico-simbólica d'*O banho de tapuia*, de Marques de Carvalho. In: CORRÊA, Paulo Maués; FERNANDES, José Guilherme dos Santos (Organizadores). **Estudos de literatura da Amazônia**: Prosadores paraenses. Belém: Paka-Tatu/EDUFPA, 2007.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

EGLEATON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HEINEBERG, Ilana. Miméticos, aclimatados e transformadores: Trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. In: ABREU, Márcia (Organizadora). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 2008, p. 497-522.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

HOLANDA, Sílvio. **Contistas paraenses**: roteiro de leitura. Belém: Estudos Amazônicos, 2011.

LAJOLO, Marisa. **Literatura**: leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária durante o Romantismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr (Organizadores). **Introdução à literatura no Pará**: antologia. Volume I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Belém: CEJUP, 1990.

MENDES, Leonardo. As qualidades da incorreção: o romance naturalista no Brasil. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Organizadores). **Crítica e movimentos do campo literário**: Configurações discursivas do campo literário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre história cultural. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

NUNES, Paulo. Prefácio: Ou eu te leio ou me devoras: passeio num bosque de carvalho. In: CORRÊA, Paulo Maués. **Leitura de dois contos paraenses de Marques de Carvalho**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira**: Prosa de ficção (de 1870 a 1920). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ROCHA, Carmem Marçal Barreto da Rocha. **O olhar microscópico de Marques de Carvalho sobre o Pará do século XIX**. Belém: Prêmio Samuel Wallace MacDowell; Academia Paraense de Letras, 2004.

ROCQUE, Carlos. **História geral de Belém e do Grão-Pará**. Belém: DistribeL, 2001.

ROMERO, Sílvio. A função da crítica. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. A crítica naturalista: sobre Émile Zola. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. A literatura em perspectiva: movimento espiritual do Brasil no ano de 1888. In: CANDIDO, Antonio (Organizador). **Sílvio Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e militantes excluídos**: capítulos da História do Pará. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. Cronologia: Marques de Carvalho. In: CARVALHO, Marques de. **Hortência**. Belém: Cejup/Secult, 1997.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SITI, Walter. O romance sob acusação. In: MORETTI, Franco (Organizador). **A cultura do romance**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Organizador). **Uma ideia moderna de literatura**: textos semanais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011.

THÉRENTY, Marie-Ève. **La littérature au quotidien**: poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil**: 1830 à atualidade. São Paulo: Duas cidades, 1994.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. **Formação do romance inglês**: ensaios teóricos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fadesp, 2007.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). São Paulo: Letras & Letras, 1998.

_____. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. O Naturalismo na Literatura Brasileira. In: BARBOSA, João Alexandre (Organizador). **José Veríssimo: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

ZOLA, Émile. **Le Roman expérimental**. Paris: GF Flammarion, 2006.

_____. **Do romance: Stendhal, Flaubert e os Goncourt**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. O romance experimental. In: _____. **O romance experimental e o Naturalismo no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Mercado de Letras, 1990.

2. Dissertações

BARBOSA, Maurel Ferreira. **O pajé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2011.

SANTOS, Edimara Ferreira. **Dumas, Montépin e du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2011.

3. Teses

HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro : Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do comércio, Diário do Rio de Janeiro et Correio mercantil (1839-1870)**. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle, 2004. 400 f. Thèse de Doctorat – U. F. R. d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Université de la Sorbonne Nouvelle.

SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)**. Campinas: UNICAMP, 2003. 387 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

3. Artigos científicos

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura da Amazônia ou Literatura Amazônica? **Graphos** – Revista da Pós Graduação em Letras/UFPB, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 111-116, 2004.

MENDES, Leonardo. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, p. 189-207, 2008.

_____. Naturalismo com aspas: “Bom-Crioulo” de Adolfo Caminha, a homossexualidade e os desafios da criação literária. **Gragoatá**, Niterói, v. 14, p. 29-44, 2003.

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Entrelaces** (UFC), v. 1, p. 44-56, 2007.

4. Relatórios

FERREIRA, Sara Vasconcelos. *A leviana: história de um coração e outras histórias n’A Província do Pará*. Belém. 2012. 28 p. Relatório Técnico Científico.

5. Textos de Marques de Carvalho em periódicos

CARVALHO, Marques de. Ângela. **Diário de Belém**, Belém, [01] 17 nov. 1883, p. 3 / [02] 18 nov. 1883, p. 3 / [03] 21 nov. 1883, p. 3 / [04] 22 nov. 1883, p. 3 / [05] 23 nov. 1883, p. 3 / [06] 24 nov. 1883, p. 3 / [07] 25 nov. 1883, p. 3 / [08] 28 nov. 1883, p. 3 / [09] 29 nov. 1883, p. 3 / [10] 13 dez. 1883, p. 3 / [11] 14 dez. 1883, p. 3 / [12] 15 dez. 1883, p. 3 / [13] 19 dez. 1883, p. 3 / [14] 20 dez. 1883, p. 3 / [15] 21 dez. 1883, p. 3 / [16] 29 dez. 1883, p. 3 / [17] 03 jan. 1884, p. 3 / [18] 18 jan. 1884, p. 3 / [19] 20 jan. 1884, p. 3 / [20] 22 fev. 1884, p. 3 / [21] 20 fev. 1884, p. 3. / [22] 08 mar. 1884, p. 3.

_____. Paulino de Brito. **Diário de Belém**, Belém, [01] 24 fev. 1885, p. 2 / [02] 25 fev. 1885, p. 2 / [03] 26 fev. 1885, p. 2 / [04] 27 fev. 1885, p. 2.

_____. A leviana: história de um coração. **A Província do Pará**, Belém, [01] 25 mar. 1885, p. 2-3 / [02] 27 mar. 1885, p. 2 / [03] 29 mar. 1885, p. 2 / [04] 31 mar. 1885, p. 2 / [05] 01 abr. 1885, p. 2-3 / [06] 07 abr. 1885, p. 2 / [07] 08 abr. 1885, p. 2 / [08] 09 abr. 1885, p. 2 / [09] 10 abr. 1885, p. 2 / [10] 11 abr. 1885, p. 2 / [11] 12 abr. 1885, p. 2 / [12] 16 abr. 1885, p. 2 / [13] 17 abr. 1885, p. 2 / [14] 19 abr. 1885, p. 2 / [15] 22 abr. 1885, p. 2 / [16] 24 abr. 1885, p. 2 / [17] 28 abr. 1885, p. 2 / [18] 29 abr. 1885, p. 2 / [19] 04 maio 1885, p. 2 / [20] 05 maio 1885, p. 2 / [21] 06 maio 1885, p. 2 / [22] 08 maio 1885, p. 2 / [23] 09 maio 1885, p. 2 / [24] 10 maio 1885, p. 2-3 / [25] 16 maio 1885, p. 2 / [26] 19 maio 1885, p. 2 / [27] 21 maio 1885, p. 2 / [28] 28 maio 1885, p. 2 / [29] 30 maio 1885, p. 2 / [30] 03 jun. 1885, p. 2 / [31] 12 jun. 1885, p. 2 / [32] 20 jun. 1885, p. 2 / [33] 16 jul. 1885, p. 2-3 / [34] 17 jul. 1885, p. 2-3 / [35] 21 jul. 1885, p. 2-3 / [36] 24 jul. 1885, p. 2-3 / [37] 30 jul. 1885, p. 2-3 / [38] 04 ago. 1885, p. 2.

_____. A rocha do desespero. **A província do Pará**, Belém, [01] 16 jun. 1885, p. 2.

- _____. A fada malévola. **A Província do Pará**, Belém, [01] 04 jul. 1885, p. 2.
- _____. A Cereja. **A Província do Pará**, Belém, [01] 15 ago. 1885, p. 2 / [02] 18 ago. 1885, p. 2 / [03] 19 ago. 1885, p. 2 / [04] 20 ago. 1885, p. 2 / [05] 21 ago. 1885, p. 2 / [06] 22 ago. 1885, p. 2 / [07] 23 ago. 1885, p. 2-3.
- _____. A gruta do amor. **A Província do Pará**, Belém, [01] 01 set. 1885, p. 2.
- _____. A comédia do amor. **A Província do Pará**, Belém, [01] 06 set. 1885, p. 3 / [02] 10 set. 1885, p. 3 / [03] 11 set. 1885, p. 2-3 / [04] 12 set. 1885, p. 2-3 / [05] 13 set. 1885, p. 2 / [06] 15 set. 1885, p. 2-3.
- _____. Que bom marido!... **A Província do Pará**, Belém, [01] 25 dez. 1885, p. 2.
- _____. O pajé. **A República**, Belém, [01] 18 jan. 1887, p. 3 / [02] 19 jan. 1887, p. 3 / [03] 20 jan. 1887, p. 3 / [04] 21 jan. 1887, p. 3 / [05] 22 jan. 1887, p. 3 / [06] 23 jan. 1887, p. 3 / [07] 25 jan. 1887, p. 3 / [08] 28 jan. 1887, p. 3 / [09] 29 jan. 1887, p. 3 / [10] 01 fev. 1887, p. 3 / [11] 02 fev. 1887, p. 3 / [12] 04 fev. 1887, p. 3 / [13] 05 fev. 1887, p. 3 / [14] 08 fev. 1887, p. 3 / [15] 09 fev. 1887, p. 3 / [16] 10 fev. 1887, p. 3 / [17] 12 fev. 1887, p. 3 / [18] 13 fev. 1887, p. 3 / [19] 16 fev. 1887, p. 3 / [20] 17 fev. 1887, p. 3 / [21] 18 fev. 1887, p. 3 / [22] 19 fev. 1887, p. 3 / [22] 20 fev. 1887, p. 3.
- _____. Ao despertar. **A Província do Pará**, Belém, [01] 06 fev. 1887, p. 2.
- _____. Ao soprar a vela. **A Arena**, Belém, [01] 17 abr. 1887, p. 7-8, [02] 01 maio 1887, p. 4.
- _____. História incongruente. **A Arena**, Belém, [01] 22 maio 1887, p. 1-2.
- _____. A medalha do soldado. **A Arena**, Belém, [01] 09 jun. 1887, p. 7.
- _____. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, [01] 09 jun. 1887, p. 7-8, [02] 19 jun. 1887, p. 4.
- _____. No baile do comendador. **A Província do Pará**, Belém, [01] 19 fev. 1889, p. 2-3.
- _____. O preço das pazes. **Diário de Belém**, Belém, [01] 02 fev. 1889, p. 1.
- _____. Gaivotas. **A Província do Pará**, Belém, [01] 26 maio 1889, p. 2.
- _____. Posições. **A Província do Pará**, Belém, [01] 06 fev. 1889, p. 1.
- _____. Conto de Natal. **A Província do Pará**, Belém, [01] 25 dez. 1897, p. 1.
- _____. Um como tantos. **A Província do Pará**, Belém, [01] 27 jan. 1898, p. 1.
- _____. Colisões. **A Província do Pará**, Belém, [01] 10 fev. 1898, p. 1.
- _____. O fim do mundo. **A Província do Pará**, Belém, [01] 14 nov. 1889, p. 1.

_____. A neta da cabocla de Ourém. **A Província do Pará**, Belém, [01] 25 dez. 1889, p. 1.

6. Outros artigos em periódicos

CAMINHA, Adolfo. Um livro condenado. **A Nova Revista**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, 1896.

MEIRA, Clóvis. O centenário de “Hortência”. Belém, **O Liberal**, 01 jan. 1989, p. 8.

MOREIRA, Apolinário. O último discurso acadêmico. **Revista da Academia Paraense de Letras**, Belém, ano 1, n. 2, jan. 1952.

MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. **A Província do Pará**, 27 maio 1984, 2º caderno, p. 13.